

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – MGP

A UNIVERSIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL: Uma análise das ações
de extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco com vistas à preservação da Feira de Caruaru, patrimônio cultural
imaterial do Brasil.

ANSELMO MENDONÇA JÚNIOR

Recife, 2013.

ANSELMO MENDONÇA JÚNIOR

A UNIVERSIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL: Uma análise das ações de extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco com vistas à preservação da Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – MGP da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na linha de Pesquisa Gestão do Patrimônio Cultural e Ambiental, em 28 de fevereiro de 2013, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Pública, sob a orientação da Prof^a Dr^a Emanuela Souza Ribeiro e co-orientação da Prof^a Dr^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

Recife, 2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

- M539u Mendonça Júnior, Anselmo
A universidade e o patrimônio cultural: uma análise das ações de extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco com vistas à preservação da Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil / Anselmo Mendonça Júnior . - Recife : O Autor, 2013.
119 folhas : il. 30 cm.
- Orientador: Profa. Dra. Emanuela Souza Ribeiro e co-orientador Profa. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Gestão Pública, 2013.
- Inclui bibliografia e apêndices.
1. Extensão universitária. 2. Patrimônio cultural. 3. Diálogo. I. Ribeiro, Emanuela Souza (Orientador). II. Aguiar, Sylvana Maria Brandão de (Co-orientador). III. Título.
- 351 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2013 – 069)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Anselmo Mendonça Júnior** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: **“A UNIVERSIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL: Uma análise das ações de extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco com vistas à preservação da Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil”**, orientada pela Professora **Emanuela Sousa Ribeiro** e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Prof^a. Dr^a. Emanuela Sousa Ribeiro

Presidente

Prof^a. Dr^a. Sylvana Maria Brandão de Aguiar

Examinadora Interna

Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza

Examinador Externo

Recife, 28 de fevereiro de 2013.

Prof^a. Dr^a. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura

Coordenadora Acadêmica

A quatro mulheres muito especiais:

*mínha avó Leoníla,
mínha mãe Socorro,
mínha esposa Mércia e
mínha filha Manuela*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e um pouco de Inteligência que me permitiu chegar até aqui.

À minha avó Leonila (*in memorian*), minha maior incentivadora. Com certeza sem o seu incentivo não teria chegado até aqui. Muito obrigado por tudo. Por tudo mesmo.

À Mércia e Manuela, que me inspiram e me renovam a cada dia. Amo vocês de forma incondicional.

À minha mãe, exemplo de superação de dificuldades. Exemplo que me inspira até hoje.

Ao meu pai, que durante o curto tempo que ficou em nosso convívio, foi um exemplo de honestidade.

Aos meus irmãos e sobrinhos, que eu tanto amo.

Aos demais familiares, que nunca se negaram a dar o suporte que fosse necessário.

À Profª Emanuela, minha orientadora, que não mediu esforços para que este trabalho fosse concluído. Muito obrigado por tudo mesmo.

Ao corpo docente do MGP, pela imensa contribuição nesse meu aprendizado.

A todos/as que fazem a secretaria do MGP, sempre a postos para ajudar.

A todos os meus professores, desde a educação infantil até a pós-graduação. Vocês não têm ideia da importância que tiveram. Continuem lutando por um tratamento digno.

Aos meus colegas da Turma X, que dividiram comigo alegrias, tristezas, angústias, etc.

Ao profº Edilson Fernandes, Christina Nunes e Jowânia Melo, através dos quais agradeço a toda a equipe da PROEXT.

Aos meus colegas de trabalho, Alberto, Andson, Caran, Eudesandra, Etiene, Íris e Neide. Muito obrigado pelo incentivo e por terem dado um algo mais para suprir a minha ausência.

Ao meu amigo Clarck, que sempre me “empurrou” para a vida acadêmica. Muito obrigado pelas dicas preciosas.

Aos professores Mariano e Nélío, pela disponibilidade em ajudar no que fosse necessário.

Aos demais colegas de trabalho do CAA.

Aos entrevistados, que contribuíram de sobremaneira para que este trabalho se tornasse possível.

À sociedade brasileira que, mesmo em sua grande maioria sem ter o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sobretudo a de nível superior, financiou este estudo.

À UFPE, instituição a qual tenho orgulho em fazer parte, que a todo momento viabilizou este estudo, seja financeiramente, seja disponibilizando parte de minha carga horária para a sua realização.

Que se pinte de negro, que se pinte de mulato, que se pinte de operários e de camponeses, que se pinte de povo, porque a Universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo. (...) É preciso descer ao povo, é preciso vibrar com o povo. Quando isto for alcançado, ninguém terá perdido, todos teremos ganho.

Ernesto Che Guevara, em seu discurso ao receber o título de *doutor honoris causa* da Universidade Central de las Villas, em Cuba, em 28 de dezembro de 1959.

RESUMO

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural está cada vez mais presente no seio da sociedade contemporânea. Ao considerarmos a universidade uma instituição social, acreditamos que ela tem responsabilidade para com a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Por entendermos também que a extensão universitária é a função que mais aproxima a universidade dos demais setores da sociedade, acreditamos que a universidade deva encarar o desafio de aliar as práticas extensionistas com a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Práticas essas baseadas no diálogo, na problematização. Diante destas premissas e fundamentado nos pensamentos de Paulo Freire (1983) e Boaventura de Souza Santos (2005, 2007, 2010), partimos da suposição de que o diálogo e a problematização ainda não são características encontradas na totalidade e, porque não dizer, na maioria das ações extensionistas. Dessa forma, este trabalho tem a seguinte pergunta central: Desenvolve o Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco diálogos com a comunidade, através de ações extensionistas, acerca da preservação da Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil? Para tentar responder tal pergunta, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as ações extensionistas desenvolvidas pelo Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, formulando proposições que propiciem o diálogo entre a Universidade e os demais setores da sociedade, com vistas à promoção e proteção da Feira de Caruaru, enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil. Como objetivos específicos, a pesquisa buscou conhecer (identificar) as ações extensionistas do CAA/UFPE destinadas à promoção e preservação da Feira de Caruaru após sua homologação como patrimônio cultural imaterial brasileiro; analisar os fatores que facilitaram e os que dificultaram a realização das ações extensionistas destinadas à promoção e preservação da Feira de Caruaru; compreender se as ações extensionistas traduziram-se em diálogos com a comunidade; e formular proposições ao CAA/UFPE no sentido de ampliar o diálogo da Universidade com os demais setores da sociedade com o propósito de promover e proteger o patrimônio cultural imaterial do Brasil existente na região, a Feira de Caruaru. Foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; realização de entrevistas semiestruturadas na coleta; e análise de conteúdo na interpretação dos dados. Os resultados obtidos nos levam a concluir que o CAA/UFPE ainda atua de forma tímida quando tratamos do patrimônio cultural da região, em especial a Feira de Caruaru; e que as ações de extensão analisadas não necessariamente se traduzem em diálogos com a comunidade, razão pela qual inferimos que esta questão ainda não está institucionalizada pela universidade, ficando a cargo da equipe extensionista a decisão de promover ou não tais diálogos. Conclusões estas que nos levam a confirmar nossa suposição inicial e responder negativamente à nossa pergunta central

Palavras-chave: Extensão Universitária. Patrimônio Cultural. Diálogo.

ABSTRACT

The concern with the preservation of cultural heritage is increasingly present within contemporary society. As we consider the university a social institution, we believe that it has a responsibility to preserve the cultural heritage of Brazil. By also understand that the university extension is the function that most approximates the university from other sectors of society, we believe that the university should take on the challenge of combining the practical extension to the preservation of Brazilian cultural heritage. These practices based on dialogue, questioning. Given these assumptions and based on the thoughts of Paulo Freire (1983) and Boaventura de Souza Santos (2005, 2007, 2010), we start from the assumption that dialogue and questioning are not features found in full and, why not say, in most actions extensions. Thus, this work has the following central question: Develops the Centro Acadêmico do Agreste from Universidade Federal de Pernambuco dialogues with the community through actions extension, about the preservation of Fair Caruaru as intangible cultural heritage of Brazil? Trying answer this question, the research aims at analyzing the actions undertaken by the extension of the Centro Acadêmico do Agreste from Universidade Federal de Pernambuco, formulating proposals that foster dialogue between the university and other sectors of society, with a view to promoting and protecting Caruaru Fair as intangible cultural heritage of Brazil. As specific objectives, the research sought to know (identify) the actions of the extension CAA / UFPE for the promotion and preservation of Caruaru Fair after its approval as intangible cultural heritage Brazilian; analyze the factors that facilitated and hindered the realization that the actions extensionists for the promotion and preservation of Caruaru Fair; understand the actions extensionists translated into dialogues with the community; and formulate propositions to CAA / UFPE to broaden the dialogue of the University with other sectors of society in order to promote and protect the intangible cultural heritage of Brazil in the region, the Caruaru Fair. We carried out the following methodology: literature, documentary research, semi-structured interviews in the collection, analysis and interpretation of data content. The results lead us to conclude that the CAA / UFPE still acts so shy when we treat the region's cultural heritage, in particular the Caruaru Fair; and that the extension actions analyzed not necessarily translate into dialogue with the community, which is why we infer that this issue is not yet institutionalized by the university, leaving it to the team extensionist the decision to promote or not such dialogues. These findings lead us to confirm our initial assumption and respond negatively to our central question.

Keywords: University Extension. Cultural Heritage. Dialogue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: localização de Caruaru	49
Figura 2: Feira da Sulanca	50
Figura 3: CAA – Campus Definitivo	53
Figura 4: Feira de Caruaru – vista aérea	56
Figura 5: Variação Estética: Feira favelizada x Feira de Artesanato	58
Figura 6: Feira de Artesanato: “pra turista ver”	59
Figura 7: Esquema da Análise de Conteúdo	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB Caruaru – participação dos setores da economia	48
Gráfico 2: Concepção de extensão dos coordenadores dos projetos selecionados	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exemplos de projetos não incluídos no estudo	62
Tabela 2: Projetos incluídos na pesquisa	62

LISTA DE SIGLAS

ABMAM – Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura
CAA – Centro Acadêmico do Agreste
CF – Constituição Federal
DINTER – Doutorado Interinstitucional
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PNC – Plano Nacional de Cultura
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
SESU/MEC – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SIEX – Sistema de Informação da Extensão
SIGPROJ – Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
1.1. Gestão Pública e Políticas Públicas Culturais	22
1.2. Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial	29
1.3. Da Extensão Universitária para uma <i>Ecologia de Saberes</i>	35
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DA PESQUISA: O Agreste Pernambucano: sobre feiras e campus universitário	48
2.1. Caruaru, local escolhido por comerciantes e pela Universidade	48
2.2. O Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco	51
2.3. Feira de Caruaru: Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil	54
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	60
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS DA PESQUISA E PROPOSIÇÕES	65
4.1. Análise e Discussão dos Resultados	65
4.2. Proposições à UFPE e ao CAA	77
4.2.1. Proposições à UFPE	78
4.2.2. Proposições ao CAA	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE 1	87
APÊNDICE 2	93

INTRODUÇÃO

Desenvolve o Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco diálogos com a comunidade, através de ações extensionistas, acerca da preservação da Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil?

A pergunta acima motivou e norteou o desenvolvimento deste trabalho. Para chegarmos a esta questão que consideramos a principal, partimos de duas premissas: a primeira, que a universidade tem responsabilidade com a preservação do patrimônio cultural existente na localidade em que se situa; e a segunda, que a extensão universitária deva se traduzir em diálogos com a comunidade envolvida, e não uma intervenção unilateral e autoritária da universidade sobre a comunidade.

Optamos pela extensão por acreditar que esta é a função da universidade capaz de romper com as barreiras existentes entre o conhecimento científico, produzido dentro da academia; e dos conhecimentos não científicos, produzidos pelas mais diversas comunidades espalhadas mundo afora. No entanto, para que este rompimento e a consequente aproximação entre universidade e demais setores da sociedade possam acontecer, é necessário que os detentores do saber científico reconheçam os valores existentes nos outros saberes e procurem ir para as comunidades não só para implantar nelas seus conhecimentos, mas também para identificar nos saberes dos membros da comunidade elementos que possam contribuir com o enriquecimento do conhecimento científico.

Da mesma forma, é necessário que os membros das comunidades percebam os valores existentes em seus conhecimentos, seus saberes, suas práticas; e possam receber ou ir ao encontro da universidade com a percepção que seus conhecimentos não precisam ser substituídos pelo conhecimento científico, o que não impede de receber contribuições. E também que tenham a percepção de que seus saberes podem contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico. Essa percepção é importante, pois, caso não a haja, fatalmente a comunidade receberá passivamente a intervenção da universidade e as barreiras continuarão a existir.

Por isso acreditamos que a extensão só é legítima quando lança mão do diálogo, do diálogo transformador, que transforma não só a comunidade que recebe a ação da universidade, mas que transforma também, e, sobretudo, a universidade. Foi com essa concepção de extensão que analisamos as ações extensionistas do Centro Acadêmico do

Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) voltadas para a Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural.

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural está cada vez mais presente no seio da sociedade, em especial entre as pessoas e as instituições que lidam diretamente com o campo da cultura em seus diversos aspectos. Desta preocupação resultou a aprovação, em 2010, do Plano Nacional de Cultura (PNC), que tem como objetivo, dentre outros, a proteção e a promoção do patrimônio histórico e artístico, material e imaterial brasileiro (2010: Art. 2º, II).

Segundo o PNC (2010), compete ao poder público “garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro (2010: Art. 3º, VI), sendo fundamental para o exercício desta função a relação do Estado com instituições universitárias e de pesquisa (2010: 9).

Ao considerarmos a universidade uma instituição social, o que “significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte” (CHAUÍ, 2001: 35), “devendo ela estar em sintonia com a sociedade para entender sua realidade e dela receber subsídios para suas ações” (SANTOS, 2003: 14, 15); acreditamos ter a universidade responsabilidade para com a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Esta nova, podemos assim dizer, responsabilidade da universidade, já está presente nas políticas públicas educacionais. É o caso do anteprojeto de lei de reforma da educação superior (2006), em tramitação no Congresso Nacional, que, ao defender “que as instituições de ensino superior, e as universidades em particular, devem ser pensadas em conexão com os grandes impasses e dilemas que deverão ser superados pelo Brasil nas próximas décadas” (2006: 1), traz, em seu artigo 5º, inciso VIII, que “a instituição de ensino superior cumprirá seu compromisso social mediante a garantia de preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental” (2006: Art. 5º, VIII).

Outro exemplo de política pública é o lançamento anual, pelo Ministério da Educação em parceria com outros diversos órgãos e instituições da administração pública, de editais de apoio a atividades extensionistas – PROEXT, e estes sempre com a presença de linha temática relacionada à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

O fato de a preservação do patrimônio cultural estar presente em editais de apoio a ações extensionistas nos mostra duas situações: primeiro, a preocupação dos órgãos governamentais e instituições estatais com o tema; segundo, o entendimento da importância do papel da universidade e da extensão universitária na preservação do patrimônio cultural. Portanto, percebemos que, diante destas situações, aliar as práticas extensionistas com a

preservação do patrimônio cultural brasileiro deve ser um desafio a ser encarado pelas universidades.

Quando falamos em aliar as práticas extensionistas com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, defendemos práticas extensionistas que se traduzam em diálogos com a comunidade. Diálogos estes que pretendem “a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreende-la, explicá-la, transformá-la”. (FREIRE, 1983: 34)

Ao defendermos o diálogo e a problematização, partimos da suposição de que essas características ainda não são encontradas na totalidade e, porque não dizer, na maioria das ações extensionistas.

Nossa suposição fundamenta-se nos pensamentos de Paulo Freire (1983) e Boaventura de Souza Santos (2005, 2007, 2010).

Paulo Freire (1983) afirma que “o que busca o extensionista é estender seus conhecimentos e suas técnicas (...) aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão” (1983: 11). Ou seja, “o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus conhecimentos, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista”. (1983: 14)

Para Freire (1983), ao contrário do que propõe a extensão, o ato de conhecer

não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. (FREIRE, 1983: 16)

Segundo Paulo Freire (1983), “a teoria implícita na ação de estender, na extensão, é uma **teoria antidualógica**” (grifo nosso). Para fundamentar tal afirmativa, Freire se detém à invasão cultural, que ele afirma ser “uma das várias características da teoria antidualógica da ação¹” (1983: 26)

Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores.

¹ Para além da invasão cultural, Freire (1983: 12) explicita outras características da extensão. São elas: Transmissão; Sujeito ativo (o que estende); Conteúdo (que é escolhido por quem estende); Recipiente (do conteúdo); Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fala em atividades extra-muro); Messianismo (por parte de quem estende); Superioridade (do conteúdo de quem entrega); Inferioridade (dos que recebem); e Mecanicismo (na ação de quem estende).

O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação.

As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias, situam seus polos em posições antagônicas.

O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles, estes são pensados por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição. (FREIRE, 1983: 26, 27)

Boaventura de Souza Santos (2005) afirma que a extensão foi assumida pelas universidades, principalmente a partir da década de 1960, com o intuito de responder a críticas sobre a “invocação da responsabilidade social da universidade perante os problemas do mundo contemporâneo” (2005: 205)

A universidade foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido pôr a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses. (SANTOS, 2005: 205)

Segundo Santos (2005), a extensão então esteve “a serviço de um objetivo genuíno, o de cumprir a responsabilidade social da universidade. Porém, tais atividades se constituíram numa realização frustrada deste objetivo” (2005: 229). Tal frustração se deveu em virtude de:

As atividades de extensão procuraram estender a universidade sem a transformar; traduziram-se em aplicações técnicas e não em aplicações edificantes da ciência; a prestação de serviços a outrem nunca foi concebida como prestação de serviços à própria universidade. Tais atividades estiveram, no entanto, ao serviço de um objetivo genuíno, o de cumprir a “responsabilidade social da universidade”, um objetivo cuja genuinidade, de resto, reside no reconhecimento da tradicional “irresponsabilidade social da universidade”. (SANTOS, 2005: 229)

O modelo de racionalidade científica, que preside a ciência moderna, é hoje “um modelo global e, sendo global, é também totalitário na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2007: 60,61). A universidade, por ser parte integrante deste paradigma, impõe ao conhecimento universitário a impossibilidade de reconhecer como válidas outras formas de conhecimento.

o conhecimento universitário é um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do quotidiano das sociedades. (...) São os investigadores quem determina os problemas científicos a resolver, define a sua relevância e estabelece as metodologias e os ritmos de pesquisa. (...) Ainda na lógica deste processo de produção de conhecimento universitário a distinção entre conhecimento científico e outros

conhecimentos é absoluta, tal como o é a relação entre ciência e sociedade. (SANTOS, 2010: 41)

Esta distinção absoluta entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento, onde aquele não considera estes como válidos, inviabiliza o diálogo, tal qual explicitado e defendido por Freire (1983), entre ambos. Esta impossibilidade é que nos leva à nossa suposição da não existência de diálogos com as comunidades nas ações extensionistas do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco.

A partir da pergunta e da suposição expostas acima, definimos, como objetivo geral, analisar as ações extensionistas desenvolvidas pelo Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, formulando proposições que propiciem o diálogo entre a Universidade e os demais setores da sociedade, com vistas à promoção e proteção da Feira de Caruaru, enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil. E como objetivos específicos:

- ✓ Identificar as ações extensionistas do CAA/UFPE destinadas à promoção e preservação da Feira de Caruaru após sua homologação como patrimônio cultural imaterial brasileiro.
- ✓ Analisar os fatores que facilitam e os que dificultam a realização das ações extensionistas destinadas à promoção e preservação da Feira de Caruaru.
- ✓ Compreender (levantar critérios de diálogo) se as ações extensionistas traduzem-se em diálogos com a comunidade.
- ✓ Formular proposições ao CAA/UFPE no sentido de ampliar o diálogo da Universidade com os demais setores da sociedade com o propósito de promover e proteger o patrimônio cultural imaterial do Brasil existente na região, a Feira de Caruaru.

Durante nossa trajetória como profissional da educação, sempre acreditamos que a escola poderia ser um importante instrumento na preservação do patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, lutamos incansavelmente por uma proposta de utilização do patrimônio como recurso didático nas atividades escolares e extraescolares, possibilitando assim, através da ação educativa, o estabelecimento do diálogo entre escola e comunidade voltado para a questão do patrimônio cultural.

Esta luta sempre foi incessante por entendermos a educação como instrumento de afirmação da cidadania. Nesse sentido, acreditamos também que a educação patrimonial se torna necessária por esta envolver as comunidades escolar e extraescolar no intuito de levá-las a apropriarem-se e a usufruírem do patrimônio que a elas pertencem.

A educação patrimonial, ainda no nosso entender, torna acessível ao sujeito instrumentos que possibilitam uma leitura crítica dos bens culturais em suas múltiplas

manifestações, levando o indivíduo a compreender o universo sociocultural no qual está inserido, produzindo assim novos conhecimentos, o que fortalece a identidade cultural.

Ao passar a exercer a função de Técnico em Assuntos Educacionais no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, toda essa crença no poderio da educação patrimonial aumentou ainda mais, por entendermos a Universidade como *locus* privilegiado da produção do conhecimento e, em especial, a extensão, que mediante suas atividades, contribui “para a elevação do nível cultural e para o desenvolvimento da comunidade” (UFPE, Estatuto: Art. 73).

O que nos motivou inicialmente a desenvolver esta pesquisa foi a inquietação de estarmos inseridos em uma região de riquíssimas expressões culturais e que a Universidade não poderia ficar à margem dessas expressões, devendo esta então promover um diálogo com a comunidade a respeito da promoção e preservação do patrimônio cultural.

Quanto à pretensão de analisar as ações extensionistas voltadas para a promoção e preservação da Feira de Caruaru, o que nos instigou foi o contato com o povo da cidade, que respira cultura e que é detentor de leque imenso de elementos que tornam Caruaru um município com uma cultura muito rica. E a Feira de Caruaru se destaca por permitir a visualização de inúmeros aspectos da vida e da cultura desse povo. Do povo não só de Caruaru, mas também do Nordeste e do Brasil.

Esta característica da Feira de Caruaru chamou a atenção do IPHAN (2006a):

Após a promulgação do Decreto nº 3.551/2000, que criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o Conselho Consultivo recomendou ao Iphan que empreendesse esforços para a instrução de, pelo menos, um processo de Registro uma das categorias de bens culturais estabelecidas no referido decreto, com vistas à consolidação de procedimentos técnicos e administrativos, assim como à construção de entendimentos sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Um dos bens selecionados pelo Iphan para testar esses procedimentos com relação à categoria “Lugar” foi a Feira de Caruaru. Pelo que, a priori, se conhece sobre o assunto, a feira parecia concretizar à perfeição a ideia de lugar contida no Decreto nº 3.551 e no Inventário Nacional de Referências Culturais. (IPHAN, 2006a: 1-2)

Em suma, para o IPHAN (2006a) a Feira de Caruaru é:

um lugar de referência viva da história e da cultura nordestina para camadas cada vez mais amplas da população local, de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil, (...) é, ainda, um lugar de memória e de viabilização da continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões tradicionais que, sem sua dinâmica e sem o mercado que proporciona, certamente, já teriam desaparecido. É, por fim, um lugar de socialização e de permanente construção de identidades. Em suma, um lugar de vida que, há mais de dois séculos, instrui, cativa e encanta os que nela circulam – lugar que está no mundo e, com um pé no passado e os olhos no presente, cria, recria e se inventa todo dia. (IPHAN, 2006a: 17-18)

Por entendermos a importância da Feira de Caruaru para o município e região, entendemos também que o tema desperta uma importante relevância social. É nesse sentido que nos propusemos a analisar as ações de extensão desenvolvidas pelo centro Acadêmico do Agreste da UFPE no sentido de promover e preservar este espaço tão rico em cultura.

Este estudo está estruturado em 4 capítulos, assim distribuídos:

No primeiro capítulo, temos a fundamentação teórica, onde foram discutidas questões relacionadas aos temas: Gestão Pública e Políticas Públicas Culturais, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, e Extensão Universitária.

No segundo capítulo, contextualizamos o cenário da pesquisa, iniciando por Caruaru, município sede do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE e da Feira de Caruaru; em seguida caracterizamos o próprio Centro Acadêmico do Agreste; e, por fim, caracterizamos a Feira de Caruaru.

No terceiro capítulo, traçamos o percurso metodológico da pesquisa, onde destacamos a pesquisa qualitativa, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, e os procedimentos de coleta e análise dos dados, mais especificamente a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo.

Por fim, no quarto capítulo, trazemos a análise e discussão dos resultados e proposições ao CAA/UFPE no sentido de ampliar o diálogo da Universidade com os demais setores da sociedade com o propósito de promover e proteger o patrimônio cultural imaterial do Brasil existente na região, a Feira de Caruaru.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Gestão Pública e Políticas Públicas Culturais

A preocupação com a coisa pública surge junto com o Estado liberal, no século XIX, com o intuito de superar a administração patrimonialista², onde não há a distinção do público e do privado. Nesse tipo de administração o aparelho do Estado funciona “como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. (...). Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração” (BRASIL, 1995: 15).

Ao analisar o patrimonialismo em Max Weber e Raymundo Faoro, Campante (2003) faz uma breve caracterização deste tipo de administração, enfatizando que “o patrimonialismo explica a fundamentação do poder político, ou seja, como este se organiza e se legitima, e caracteriza-se pelo poder político organizado através do poder arbitrário/pessoal do príncipe e legitimado pela tradição” (2003: 156). Para Campante (2003):

o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *lato sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade. (2003: 154-155)

As características imbuídas ao patrimonialismo remetem à ineficiência governamental, pois as medidas tomadas pela administração patrimonial têm como característica o alcance extensivo, mas não intensivo. Para Campante (2003) “esta é uma característica peculiar e contraditória da administração patrimonial: o fato de o governo central ser, ao mesmo tempo, onipresente e fraco” (2003: 160-161). Essa característica faz com que a administração patrimonialista se configure como incompatível com o Estado liberal capitalista.

² Patrimonialismo é a substantivação de um termo de origem adjetiva: patrimonial, que qualifica e define um tipo específico de *dominação*. Sendo a dominação um tipo específico de poder, representado por uma vontade do dominador que faz com que os dominados ajam, em grau socialmente relevante, como se eles próprios fossem portadores de tal vontade. (CAMPANTE, 2003: 155)

os fundamentos personalistas do poder, a falta de uma esfera pública contraposta à privada, a racionalidade subjetiva e casuística do sistema jurídico, a irracionalidade do sistema fiscal, a não-profissionalização e a tendência intrínseca à corrupção do quadro administrativo, tudo isso contribui para tornar a eficiência governamental altamente problemática no patrimonialismo, especialmente em comparação à eficiência técnica e administrativa que Weber vê em um sistema de poder racional-legal-burocrático. E como tal eficiência é um dos atributos básicos do capitalismo moderno, todos esses fatores mencionados funcionam, também, como um obstáculo à constituição deste em sociedades patrimoniais. (CAMPANTE, 2003: 161)

Ao tratar da incompatibilidade entre a administração patrimonialista e o capitalismo, Luiz Carlos Bresser Pereira (2006) afirma que o surgimento do capitalismo e da democracia foi fundamental para o estabelecimento de “uma distinção clara entre *res publica* e bens privados. A democracia e a administração pública burocrática emergiram como as principais instituições que visavam proteger o patrimônio público contra a privatização do Estado” (2006: 26).

Bresser Pereira (2006) trata o surgimento, no século XIX, de uma administração pública burocrática, como “um grande progresso em substituição às formas patrimonialistas de administrar o Estado” (2006: 26). Apesar de a preocupação com a coisa pública ter surgido no século XIX, Frederico Lustosa da Costa (2008) afirma que, no Brasil, a primeira medida efetiva contra a administração patrimonialista somente ocorreu na terceira década do século XX, com a reforma administrativa do Estado Novo.

A reforma administrativa do Estado Novo foi, portanto, o primeiro esforço sistemático de superação do patrimonialismo. Foi uma ação deliberada e ambiciosa no sentido da burocratização do Estado brasileiro, que buscava introduzir no aparelho administrativo do país a centralização, a impessoalidade, a hierarquia, o sistema de mérito, a separação entre o público e o privado. Visava constituir uma administração pública mais racional e eficiente, que pudesse assumir seu papel na condução do processo de desenvolvimento. (COSTA, 2008: 846)

Contudo, o modelo de administração burocrática, ao voltar-se para o controle dos processos internos, deixa de lado sua razão de ser, que é servir à sociedade.

O controle - a garantia do poder do Estado - transforma-se na própria razão de ser do funcionário. Em consequência, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir à sociedade. A qualidade fundamental da administração pública burocrática é a efetividade no controle dos abusos; seu defeito, a ineficiência, a auto-referência, a incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como clientes (BRASIL, 1995: 15).

Tal defeito, aliado ao crescimento do tamanho do Estado e de suas responsabilidades, exigiram o desenvolvimento de um novo modelo para a gestão pública, “por isso, as práticas

burocráticas vêm sendo substituídas por um novo tipo de administração: a administração gerencial” (BRASIL, 1995: 14), que é baseada “predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações” (BRASIL, 1995: 16). Bresser Pereira (2006) irá chamar essa transição de reforma administrativa, chamando a atenção para o caráter processual da mudança: “essa mudança não pode ser realizada de um dia para o outro, nem deve ocorrer com a mesma intensidade nos diversos setores” (2006: 264). Ainda para Bresser Pereira (2006), não se trata também de negar por completo o modelo burocrático, como se este já não servisse em todas as suas características.

A administração pública gerencial deve ser construída sobre a administração pública burocrática. Não se trata de fazer tábula rasa desta, mas de aproveitar suas conquistas, os aspectos positivos que ela contém, ao mesmo tempo que se vai eliminando o que já não serve. (2006: 264)

Bresser Pereira (2006), ao afirmar que, “quando, no século XX, o Estado ampliou seu papel social e econômico, a estratégia básica adotada pela administração pública burocrática – o controle hierárquico e formalista dos procedimentos – provou ser inadequada” (2006: 26); justifica a adoção de um novo modelo de administração pública que responda de forma eficiente às demandas cada vez mais crescentes da sociedade, pois,

os cidadãos estão se tornando cada vez mais conscientes de que a administração pública burocrática não corresponde às demandas que a sociedade civil apresenta aos governos no capitalismo contemporâneo. (...) Os recursos econômicos e políticos são, por definição, escassos, mas é possível superar parcialmente essa limitação com seu uso eficiente pelo Estado. (...) Nesse caso, a função de uma administração pública eficiente passa a ter valor estratégico, ao reduzir a lacuna que separa a demanda social e a satisfação dessa demanda. (2006: 24)

Bresser Pereira (1996) afirma então que a administração pública gerencial surge “como estratégia para reduzir custos e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabem ao Estado” (1996: 10), e define algumas características deste tipo de administração:

É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de um grau real ainda que limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; o instrumento mediante o qual se faz o controle sobre os órgãos descentralizados é o contrato de gestão: a descentralização, a delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público, o rígido controle sobre o desempenho, aferido mediante indicadores acordados e definidos por contrato é uma forma muito mais eficiente para gerir o Estado. (1996: 10,11)

Percebemos que, de acordo com o modelo gerencial de administração pública, a atuação dos gestores públicos deve ser no sentido de formular e implementar políticas que atendam as demandas oriundas da sociedade em vigor, aos interesses e expectativas dos beneficiários, quer sejam cidadãos ou organizações da sociedade civil. Devemos ressaltar que esta sociedade, a partir do momento que passa a ter maior acesso às informações, passa também a ser conhecedora de seus direitos e passa a exigí-los de forma mais incisiva, pressionando a gestão pública em “demandas provenientes (...) do aprofundamento do processo de democratização, das mudanças culturais, da reestruturação produtiva, das novas políticas econômicas e financeiras, da diferenciação funcional e social” (Nogueira, 2011: 128). Essa nova conjuntura, principalmente com “a prática cada vez mais frequente da participação e controle direto da administração pública pelos cidadãos, principalmente no nível local, é uma nova forma de defender a coisa pública” (BRASIL, 1995: 14).

Azevedo (2004) reforça a importância que tem a sociedade no processo da política pública:

As políticas públicas, como qualquer ação humana, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm curso. Constroem-se, pois, a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria. Segundo esta ótica, as políticas públicas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico ou, melhor dizendo, com o sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social. As representações sociais predominantes fornecem os valores, normas e símbolos que estruturam as relações sociais e, como tal, fazem-se presentes no sistema de dominação, atribuindo significados à definição social da realidade que vai orientar os processos de decisão, formulação e implementação das políticas. (2004: 14-15)

No setor da cultura, a elaboração de políticas públicas no Brasil é uma prática recente, data apenas do século XX, mais precisamente durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Segundo Lia Calabre (2007), as medidas tomadas no Governo Vargas objetivavam “fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)” (CALABRE, 2007: 2).

Esta maior institucionalidade trouxe inegável contribuição para o setor cultural. No entanto, pelo menos no que se refere à área do patrimônio material, a instituição do tombamento, através do decreto-lei nº 25/1937, como único meio de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, tornou as políticas “intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que

referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes” (FONSECA, 2009: 61, 62).

Percebemos que não havia uma orientação nas políticas públicas de cultura e, em especial, na área do patrimônio, para uma participação social. Esta orientação só passa a ser desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980, orientação que, para Fonseca (2005), “foi no sentido de ampliar a noção de patrimônio e de estimular a participação social, propondo uma relação de colaboração entre Estado e sociedade” (FONSECA, 2005: 61).

Na década de 1990, a política cultural toma uma nova forma, voltada para o mercado, onde o governo renuncia à arrecadação de impostos em troca de incentivos da iniciativa privada no setor cultural. Calabre (2007) afirma que o momento de consagração desse novo modelo foi sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, pois com “o abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador, (...) transferiu-se para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados” (2007: 8).

Ao analisar este novo formato de política cultural, Lia Calabre (2007) conclui que:

Em síntese isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. (...) O resultado de todo esse processo foi o de uma enorme concentração na aplicação dos recursos. Um pequeno grupo de produtores e artistas renomados são os que mais conseguem obter patrocínio. (...). As áreas que fornecem aos seus patrocinadores pouco retorno de marketing são preteridas, criando também um processo de investimento desigual entre as diversas áreas artístico-culturais, mesmo nos grandes centros urbanos. (CALABRE, 2007: 8)

No momento em que se confia à iniciativa privada o poder de decisão de investimento na cultura, temos a exclusão social no processo das políticas públicas culturais. Lia Calabre (2007) afirma ser premente reverter esse processo de exclusão, uma vez que “uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade”. (2007: 11)

Parada (2006) considera que, para se ter uma boa política pública, é necessário que as ações sejam definidas de forma democrática, o que remete frequentemente à participação social.

Una política pública de excelencia corresponde a aquellos cursos de acción y flujos de información relacionados con un objetivo político definido en forma democrática; los que son desarrollados por el sector público y,

frecuentemente, con la participación de la comunidad y el sector privado. Una política pública de calidad incluirá orientaciones o contenidos, instrumentos o mecanismos, definiciones o modificaciones institucionales, y La previsión de sus resultados. (2006: 68, 69)

Atualmente, cada vez mais a participação social vem sendo reivindicada no setor cultural, uma vez que “os produtores, os agentes, os gestores culturais, os artistas, o público em geral, também vêm buscando formas de participar e de interferir nos processos de decisões no campo das políticas públicas culturais” (CALABRE, 2007: 13).

A busca por um novo modelo de gestão pública para a área da cultura passa, de acordo com Calabre (2007: 13), pelo “reconhecimento da diversidade cultural dos distintos agentes sociais e na criação de canais de participação democrática”, reconhecimento este que resultou na formulação do Sistema Nacional de Cultura que, para o Ministério da Cultura, configura-se como

um modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil (...) Trata-se, portanto, de um novo paradigma de gestão pública da cultura no Brasil, que tem como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. (BRASIL, 2011: 42, 43)

No que se refere a políticas culturais, foi instituído o Plano Nacional de Cultura (PNC), através da Lei 12.343/10. que tem por finalidade “o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira”, e como uma das estratégias e ações:

Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, a articulação das esferas dos poderes públicos, o estabelecimento de redes institucionais das três esferas de governo e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil. (BRASIL, 2010: 9)

Segundo o PNC, “a diversidade cultural no Brasil se atualiza – de maneira criativa e ininterrupta – por meio da expressão de seus artistas e de suas múltiplas identidades, a partir da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica. As políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para reconhecer, valorizar, proteger e promover essa diversidade.” (BRASIL, 2010: 16)

Ainda segundo o PNC (2010), em seu artigo 3º, compete ao poder público, dentre outros:

I – formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano; (...)

VI – garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, os acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

VII – articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras. (BRASIL, 2010: Art. 3º, incisos I, VI e VII)

O PNC ressalta ainda que o Estado brasileiro deve valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural existente no Brasil através dos papéis regulador, indutor e fomentador que devem ser desenvolvidos pelo Estado. Nesse sentido é de incumbência dos governos e de suas instituições “a formulação de políticas públicas, diretrizes e critérios, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização das ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil”. (BRASIL, 2010: 7)

É com essa orientação que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7.200/2006, que trata da Reforma do Ensino Superior. Este projeto reza em seu artigo 4º, incisos VII e VIII, que “a função social do ensino superior será atendida pela instituição mediante a garantia de promoção da diversidade cultural, da identidade e da memória dos diferentes segmentos sociais; e da preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, artístico e ambiental. (2006: Art. 4º, VII e VIII)

Ao concordarmos com o entendimento de Chauí (2001)³ e Santos (2003)⁴ de que a universidade é uma instituição social, entendemos que ela tem responsabilidade para com a formulação e implementação de políticas públicas que visem à valorização, reconhecimento, promoção e preservação da diversidade cultural e, em especial, garantir a preservação do patrimônio cultural da comunidade local em que está inserida.

Ao refletirmos sobre os meios que têm a universidade para atender à sua função social referente à preservação do patrimônio cultural, acreditamos ser a extensão universitária, desde que dentro de uma perspectiva de reforma democrática e emancipadora de universidade

³ Marilena Chauí afirma que a Universidade é uma instituição social, o que significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (2001: 35).

⁴ Carlos Roberto Antunes dos Santos afirma que a universidade tem por vocação ser uma instituição social, para tanto, ela deve estar em sintonia com a sociedade para entender sua realidade e dela receber subsídios, para suas ações (2003: 14-15).

(SANTOS, 2010), uma alternativa viável e eficaz para se conseguir tal efetivação, uma vez que a reforma da universidade:

deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão, (...) atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2010: 73)

Dessa forma entendemos que a universidade, por ser uma instituição social, tem responsabilidade para com as questões que tratam da cultura em nosso país. E, em especial, sobre questões que versem sobre a preservação e promoção do patrimônio cultural da sociedade na qual a universidade está inserida. Por fim, entendemos que a Universidade deve lançar mão da Extensão Universitária como meio indispensável para se conseguir cumprir tal papel.

1.2. Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial

A discussão sobre o patrimônio cultural e sua preservação está cada vez mais presente no seio da sociedade, em especial entre as pessoas e as instituições que lidam diretamente com o campo da cultura em seus diversos aspectos.

A origem da palavra Patrimônio é do latim e é derivada de *pater*, que significa pai. “Ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001: 11), é utilizada no sentido de herança paterna, bens de família, quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. Segundo Chauí (2000):

Pater é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe. [...] Patrimônio é o que pertence ao pai e está sob o seu poder. (CHAUÍ, 2000: 15)

Essa ideia de patrimônio é bem representada no Decreto-Lei nº 25, de 1937, primeira legislação brasileira que se preocupou em proteger oficialmente o patrimônio cultural:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

A ideia de patrimônio contida no decreto acima descrito mostra bem qual a política de patrimônio assumida pelo Estado e que perdurou por mais de seis décadas. Essa política acabou por construir uma imagem de que a expressão patrimônio histórico e artístico é apenas

“um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores”. (FONSECA, 2009: 56)

Para além da limitação da ideia de patrimônio cultural, Fonseca (2005) também chama a atenção para a limitação, tanto no campo da produção desse patrimônio, quanto no seu alcance, pois “trata-se de uma política conduzida por intelectuais, que requer um grau de especialização de determinadas áreas do saber (...) e, por parte dos usuários, algum domínio desses códigos”. (2005: 22)

Constata-se, portanto, que o patrimônio cultural brasileiro estava sendo representado exclusivamente por bens materiais identificados com os valores de uma elite, e a prática da preservação patrimonial se mostrou tarefa de intelectuais ligados ao Estado. Podemos afirmar claramente que esta política “está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado”. (FONSECA, 2009: 56)

Nesse sentido, Gonçalves (2005) nos coloca a seguinte questão:

determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. (2005: 19).

A partir do pensamento exposto acima, percebemos que estamos diante de um desafio, que é o de, segundo Fonseca (2005), “desenvolver, numa sociedade como a brasileira, uma política de patrimônio que seja, efetivamente, uma política pública” (2005: 25). Na tentativa de superar tal desafio, temos, a partir da década de 1970, uma mudança na orientação da política cultural desenvolvida no nível federal, “no sentido de ampliar a noção de patrimônio e de estimular a participação social, propondo uma relação de colaboração entre Estado e sociedade” (2005: 25).

Ao tratar desta ampliação, Rodrigues (2006) explicita a importância da instalação da Constituinte, que traz para o debate sobre a construção de um novo conceito de patrimônio cultural as discussões existentes desde a década de 1970.

A instalação da Constituinte Brasileira no final dos anos 80 foi também um marco considerável na construção do atual conceito de patrimônio cultural, uma vez que as forças dos partidos de esquerda, dos grupos intelectuais e dos órgãos de cultura juntaram-se para construir um conceito de patrimônio cultural de conteúdo mais dinâmico, mais vivo, mais popular e, acima de

tudo, que favorecesse o exercício da cidadania, processo que vinha sendo construído desde os anos 70. (2006: 11)

É no bojo dessas discussões que a Constituição de 1988 é promulgada, trazendo consigo um novo conceito de patrimônio cultural, de forma mais ampla que “a existência do conceito fechado de patrimônio cultural (...) e a consagração de obras e monumentos que diziam respeito apenas à história pertinente à elite” (RODRIGUES, 2006: 11). Nesse sentido, de acordo com a Constituição Federal, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (CF, 1988. Art. 216).

A Constituição de 1988 não só veio consolidar a ampliação do conceito de patrimônio cultural, como também trouxe aos poderes públicos e à comunidade em geral a responsabilidade para com a promoção e proteção deste patrimônio. Nesse sentido, Miranda (2009) nos coloca que:

Percebe-se, nos últimos tempos, a especial atenção que vem sendo dispensada pela sociedade, pela imprensa e pelos órgãos estatais à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Parece-nos que depois de duas décadas de vigência da Constituição brasileira, o Poder Público e a sociedade finalmente estão se apercebendo do dever solidário de proteger nossos bens culturais e da responsabilidade de transmiti-los, na plenitude de sua integridade, às gerações que ainda estão por vir. (2009: 15)

Após 12 anos da promulgação da Constituição Federal, foi editado o decreto presidencial 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e deu outras providências para sua efetivação. Para Fonseca (2009), com a edição deste decreto, foi possível superar uma limitação histórica:

A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo “preservação”, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes. (2009: 61-62)

Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, Rodrigues (2006) observa que o texto constitucional brasileiro está “em sintonia com a teoria moderna de patrimônio cultural que considera o valor cultural um bem imaterial a ser tutelado” (2006: 12). Concordamos com Rodrigues quando analisamos a definição de patrimônio cultural imaterial contida na

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e ocorrida em 2003, da qual o Brasil é signatário:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. (UNESCO, 2003: 3).

Como podemos perceber, o patrimônio cultural é transmitido de geração em geração, o que faz a UNESCO (2003:4) considerar a transmissão - essencialmente pela educação formal e não formal, como uma das medidas de salvaguarda que visa “assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização – e revitalização dos diversos aspectos deste patrimônio”. À educação é também conferido, pela UNESCO (2003), o status de elemento essencial capaz de “assegurar o reconhecimento, respeito e valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade” (2003: 8).

A inclusão, pela UNESCO, da educação como uma das medidas de salvaguarda do patrimônio cultural ocorre no mesmo momento em que se pode observar uma crescente preocupação com o acesso da sociedade aos bens culturais e de sua participação nos processos de criação e proteção do patrimônio cultural. “A devolução do patrimônio para uma sociedade necessita da contribuição de todos desde o início, pois a eficiência e a legitimação da preservação do patrimônio público é medida pela participação dos indivíduos” (FRATINI, 2009). No entanto, para Magalhães (2009),

só haverá envolvimento e comprometimento com o patrimônio quando houver identificação com ele, (...) onde todos os envolvidos devem ser entendidos como sujeitos históricos, deixando o papel de expectador e atuando na seleção e interpretação do patrimônio histórico e cultural de sua comunidade. (MAGALHÃES, 2009: 6)

Temos então um grande desafio que se apresenta: Como envolver os membros de uma sociedade nesse processo? Provavelmente a resposta mais adequada a esta questão esteja na educação, educação como prática social (BRANDÃO, 2007; JAEGER, 2003), uma vez que os tipos de saberes que são ensinados aos membros de uma comunidade são determinados “de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de

seu próprio desenvolvimento” (2007: 73, 74). Embora esteja “no homem a fonte de toda ação e de todo comportamento, a educação pertence por essência à comunidade, e o caráter da comunidade imprime-se em cada um dos seus membros” (2003: 4). Jaeger (2003) reforça ainda mais o papel da educação, pois afirma que “em nenhuma parte o influxo da comunidade nos seus membros tem maior força que no esforço constante de educar, em conformidade com o seu próprio sentir, cada nova geração” (2003: 4).

Quando tratamos do patrimônio cultural, a expressão Educação Patrimonial é utilizada por Horta, Grumberg e Monteiro (1999) para definir “a proposta metodológica para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais” (1999: 5).

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo do conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (...) o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA, GRUMBERG e MONTEIRO, 1999: 6)

Dessa forma, a educação patrimonial se mostra mais do que uma possibilidade, se mostra uma necessidade para a efetivação desse processo. Tal conclusão é explicitada na Carta de Goiânia – 1ª Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural (2003), onde

só por meio da educação é possível preservar os valores e incluir a preservação do Patrimônio Cultural na rotina de vida dos cidadãos. É preciso que as instituições de cultura, de educação e as organizações da sociedade em geral incluam a educação para a proteção do Patrimônio Cultural em seus projetos. (2003: 3):

Nesse sentido, Miranda (2009) coloca a Educação Patrimonial como um dos “princípios fundamentais que orientam a preservação dos bens culturais”, pois:

A condição primária para a preservação de um bem cultural é o reconhecimento de seu valor pela comunidade onde está inserido. Isso será possível através de execução de projetos de educação patrimonial que propiciarão à comunidade (...) interagir de maneira mais efetiva com as diversas manifestações culturais, reconhecendo-as como elementos de sua identidade. (2009: 21, 22)

A Educação Patrimonial pode se tornar um instrumento colaborador para o despertar de uma consciência crítica, levando ao indivíduo a responsabilidade para com a preservação do patrimônio, criando uma relação de pertencimento, percebendo assim a relação que há entre o patrimônio e sua identidade pessoal e cultural.

Nesse sentido, Paulo Freire (2003), buscando uma “*alfabetização cultural*” que capacite o educando a compreender sua identidade cultural e a se reconhecer, de forma consciente, em seus valores próprios, em sua memória pessoal e coletiva, coloca:

a criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois. Desta forma, as relações entre os seres humanos e o mundo são em si históricas, como históricos são os seres humanos, que não apenas fazem a história deste mútuo fazer mas, consequentemente, contam a história deste mútuo fazer. (2003: 55)

Dessa forma, a concepção de educação patrimonial entende o patrimônio como elemento fundamental para a identificação do sujeito com seu meio, o que motiva a ação cidadã, entendendo-a como possibilidade e condição de intervir em sua realidade.

O alargamento da concepção de patrimônio cultural e as recentes mudanças nas políticas culturais fazem com que a educação patrimonial ganhe uma certa evidência e a exigência de definição de políticas públicas. Conforme Casco (2007):

Hoje lidamos, aparentemente, com a polaridade de duas situações: a iniciativa da sociedade, a partir de seus próprios pressupostos, de realizar ações, de cunho educativo, voltadas para a preservação do patrimônio e da memória de grupos sociais e em determinadas situações de risco, abandono, descaso e desvalorização; e a demanda por uma ação mais sistemática e agressiva do estado que poderia se materializar, em princípio, através de cobrança pela elaboração e difusão de metodologias, normas e diretrizes que ajudassem a organizar esse campo. (CASCO, 2007: 2)

Como vemos, seja por parte do Estado, seja por iniciativa própria da sociedade, é ponto comum que a educação configura-se como ponto fundamental no processo de preservação do patrimônio cultural, o que exige tanto do Estado quanto da sociedade políticas e ações no sentido de fortalecer a Educação Patrimonial.

Para pensarmos a Educação Patrimonial, devemos distinguir a educação tradicional da transformadora, pois elas têm características distintas e opostas entre si.

A educação patrimonial tradicional é marcada por uma visão impositiva dos detentores do saber oficial, onde não há possibilidades de identificação de outros espaços ou

manifestações. Ela propõe uma única possibilidade para o conhecimento, focando na preservação e não na apropriação e interpretação (MAGALHÃES, 2009: 1)

A Educação Patrimonial pode se tornar um instrumento colaborador para o despertar de uma consciência crítica, levando ao indivíduo a responsabilidade para com a preservação do patrimônio, criando uma relação de pertencimento, percebendo assim a relação que há entre o patrimônio e sua identidade pessoal e cultural.

Portanto, a concepção de educação patrimonial transformadora entende o patrimônio como elemento fundamental para a identificação do sujeito com seu meio, o que motiva a ação cidadã, entendendo-a como possibilidade e condição de intervir em sua realidade.

Magalhães (2009) sugere alguns princípios de onde uma educação patrimonial transformadora parte:

- Necessidade do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial;
- É libertadora, ao permitir a coexistência conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio;
- Foco na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidade de entendimento acerca do patrimônio. (2009: 3)

A partir destes princípios, Magalhães (2009) conclui que:

a educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re)conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectador para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões (2009: 4).

“É preciso que haja sujeitos dispostos e capazes de funcionarem como interlocutores dessa forma de comunicação social, seja para aceitá-la tal como é proposta, seja para contestá-la, seja para transformá-la” (FONSECA, 2005: 43). E somente através de uma educação patrimonial transformadora conseguiremos esses sujeitos.

1.3. Da Extensão Universitária para uma *Ecologia de Saberes*

A extensão universitária, a partir da Constituição Federal de 1988, ganhou maior relevância, tornando-se uma das funções da universidade, indissociável das outras duas funções, o ensino e a pesquisa, conforme está escrito no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”

Tal artigo foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, no artigo 43, que estabelece que a educação superior tem por finalidade:

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996. Art. 43: IV, VI e VII)

A partir das legislações acima citadas, Trevisol (2010), defende que

o ensino, a pesquisa e a extensão devem ser pensados de forma sistêmica e articulada, a fim de assegurar que os processos educativos e as atividades desenvolvidas, em uma das atividades fins, alimentem e retroalimentem positivamente as demais. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma conquista fundamental da universidade moderna e sua operacionalização é imprescindível para libertar a extensão do ostracismo, da condição de “prima pobre”, de seu caráter fragmentário e mercantilista (2010: 2).

A citação da extensão nas legislações, onde a ela é conferida o “status” de função da universidade, é fruto de discussões anteriores. Em 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), justamente para discutir os temas ligados a esta função da universidade. Este Fórum, juntamente com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, elaborou o Plano Nacional de Extensão Universitária que “reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (Fórum de Pró-reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, 2000/2001).

Dessa forma, a extensão universitária é entendida como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social” (Fórum de Pró-reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, 2000/2001).

Melo (2010) afirma que, mesmo com todo o empenho do FORPROEX no sentido de “disseminar a compreensão de extensão enquanto atividade acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa, ainda assim, as atividades são tratadas distintamente como mais uma finalidade da universidade, confundindo-se meios e fins”. (2010: 23, 24)

A extensão universitária, para Boaventura de Sousa Santos (2005), é fruto, principalmente a partir da década de 1960, “da invocação da responsabilidade social da universidade perante os problemas do mundo contemporâneo” (2005: 205). Essa invocação de responsabilidade social parte de uma vertente social e política, de cunho marcadamente crítico, onde:

A universidade foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido pôr a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses. (SANTOS, 2005: 205)

No intuito de responder tais críticas, a universidade assumiu as chamadas atividades de extensão que, para Santos (2005), se constituíram numa “realização frustrada de um objetivo genuíno” (2005: 229). Tal frustração se deveu em virtude de:

As atividades de extensão procuraram estender a universidade sem a transformar; traduziram-se em aplicações técnicas e não em aplicações edificantes da ciência; a prestação de serviços a outrem nunca foi concebida como prestação de serviços à própria universidade. Tais atividades estiveram, no entanto, ao serviço de um objetivo genuíno, o de cumprir a “responsabilidade social da universidade”, um objetivo cuja genuinidade, de resto, reside no reconhecimento da tradicional “irresponsabilidade social da universidade”. (SANTOS, 2005: 229)

Boaventura de Souza Santos vai ao encontro do pensamento de Paulo Freire (1983), que critica o uso do termo ‘extensão’ ao afirmar que este indica a ação de estender algo a ou até alguém.

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir

até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. (FREIRE, 1983: 13)

Tal fenômeno ocorreu em virtude de o conhecimento universitário ter sido, “ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades” (SANTOS, 2010: 41). Processo este que tem como lógica a hegemonia dos investigadores frente aos demais setores da sociedade, pois “são os investigadores quem determina os problemas científicos a resolver, define a sua relevância e estabelece as metodologias e os ritmos de pesquisa” (SANTOS, 2010: 41).

A hegemonia do conhecimento científico ocorre desde o século XVII, onde as sociedades ocidentais têm vindo a privilegiar epistemológica e sociologicamente a forma de conhecimento que designamos por ciência moderna (SANTOS, 2006: 18). A partir do século XIX, é conferida à universidade centralidade, como *locus* privilegiado de produção de alta cultura e conhecimento científico (SANTOS, 2005: 193).

Nesse sentido, Santos (2010) define conhecimento universitário como:

Um conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico na medida em que agentes que participam na sua produção partilham os mesmos objetivos de produção do conhecimento, têm a mesma formação e a mesma cultura científica e fazem-no segundo hierarquias organizacionais bem definidas. É um conhecimento assente na distinção entre pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a autonomia do investigador traduz-se numa certa irresponsabilidade social deste ante os resultados da aplicação do conhecimento. Ainda na lógica deste processo de produção de conhecimento universitário a distinção entre conhecimento científico e outros conhecimentos é absoluta, tal como o é a relação entre ciência e sociedade. A universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido, (2010: 41)

Para Santos (2006), “o conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação” (2006: 17). Nesse sentido, Santos (2006), observa que:

A ciência moderna assumiu a sua inserção no mundo mais profundamente do que qualquer outra forma de conhecimento anterior ou contemporânea: propôs-se não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo. Contudo, paradoxalmente, para maximizar a sua capacidade de transformar o mundo, pretendeu-se imune às transformações do mundo. (...) O privilégio epistemológico que a ciência moderna se arroga pressupõe que a ciência é feita no mundo, mas não é feita de mundo. A ciência

intervém tanto mais eficazmente no mundo quanto mais independente é dele (2006: 18)

Dessa forma, Santos (2007) explana que se pode afirmar que o modelo de racionalidade que preside a ciência moderna tornou-se um modelo global de racionalidade científica e, sendo global, é também totalitário na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (2007: 60,61).

Este modelo de racionalidade, que Santos (2006) irá chamar de *razão indolente*, presidiu os grandes debates filosóficos e epistemológicos dos últimos duzentos anos. Este contexto foi desenvolvido pela “consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo” (2006: 780). A *razão indolente*, segundo Santos (2006), leva ao desperdício de experiências sociais, uma vez que:

a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. (...) Esta riqueza social está a ser desperdiçada. (...). No fim das contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas (2006: 778).

Para Santos (2006), a razão indolente ocorre em quatro formas diferentes: a razão impotente⁵, a razão arrogante⁶, a razão metonímica e a razão proléptica⁷.

Neste momento analisaremos a razão metonímica, por se tratar do tipo de razão que “se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima” (SANTOS, 2006: 780).

A razão metonímica, segundo Santos (2006), é obcecada pela ideia de totalidade. Nesta ideia não há compreensão nem ação que não se refira a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. Esta primazia do todo nos revela que as partes não existem fora da relação com a totalidade, e suas possíveis variações de movimento são vistas como particularidades e não afetam o todo. Santos (2006) chama assim a atenção

⁵ Para Santos (2006: 779,780), a razão impotente é aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria.

⁶ Para Santos (2006: 780), a razão arrogante é aquela que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade.

⁷ Para Santos (2006: 780), a razão proléptica é aquela que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente

no sentido de que o todo não é o conjunto das partes, mas sim “uma das partes transformada em termo de referência para as demais” (SANTOS, 2006: 782).

Nesse sentido, se o todo é uma das partes que se torna termo de referência, temos a dicotomia como:

a forma mais acabada de totalidade para a razão metonímica, porque combina, de modo mais elegante, a simetria com a hierarquia. A simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical. (...) É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contém uma hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; (...) e assim por diante (SANTOS, 2006: 782).

Para a razão metonímica, segundo Santos (2006), “não existe nada fora da totalidade que seja ou mereça ser inteligível” (2006: 782). Assim como “nenhuma das partes pode ser pensada fora da relação com a totalidade. (...) O conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico” (2006: 783). Dessa forma, é inadmissível para a razão metonímica “que qualquer das partes tenha vida própria para além da que lhe é conferida pela relação dicotômica e muito menos que possa, além de parte, ser outra totalidade” (2006: 783).

Para Santos (2006), a característica mais fundamental da razão metonímica é o fato de ela, através de sua peculiar concepção de totalidade, contrair o presente, transformando-o “num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro” (2006: 779). A contração do presente leva ao desperdício da experiência que sofremos atualmente:

A contração do presente esconde, assim, a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo. (...) A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar. (SANTOS, 2006: 785)

Santos (2006) entende que, para evitar o desperdício da experiência e recuperar a experiência desperdiçada, a crítica da razão metonímica é uma condição necessária.

O que está em causa é a ampliação do mundo através da ampliação do presente. Só através de um novo espaço-tempo será possível identificar e valorizar a riqueza inesgotável do mundo e do presente. Simplesmente, esse novo espaço-tempo pressupõe uma outra razão”. (SANTOS, 2006: 785)

Santos (2006) propõe então um novo procedimento onde se comece a ampliação do mundo e a dilatação do presente. Procedimento este que designa por *sociologia das ausências*, o qual “trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é,

na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (2006: 786).

O que proponho é um procedimento renegado pela razão metonímica: pensar nos termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem, como primeiro passo para os libertar dessas relações, e para revelar outras relações alternativas que têm estado ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas. Pensar o Sul como se não houvesse o Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse senhor. O pressuposto deste procedimento é que a razão metonímica, ao arrastar estas entidades para dentro das dicotomias, não o fez com pleno êxito, já que fora destas ficaram componentes ou fragmentos não socializados pela ordem da totalidade. Esses componentes ou fragmentos têm vagueado fora dessa totalidade como meteoritos perdidos no espaço da ordem e insusceptíveis de serem percebidos e controlados por ela. (SANTOS, 2006: 786)

Santos (2006) afirma que o objetivo da sociologia das ausências consiste em

transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica. O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar a relação de subalternidade? (2006: 786-787)

Ao tratarmos então da dicotomia existente entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento, à luz de Boaventura de Sousa Santos podemos inferir que a sociologia das ausências nos permite pensar em outras formas de conhecimento fora da dicotomia com o conhecimento científico. O que é que existe em outros tipos de conhecimento que escapa à dicotomia conhecimento não-científico/conhecimento científico?

Santos (2006) afirma que a não existência é produzida “sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (2006: 787), ressaltando que “são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear” (2006: 787). Das várias lógicas, Santos (2006: 787) identifica a *monocultura do saber e do rigor científicos* como o modo de produção mais poderoso.

Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. A cumplicidade que une as “duas culturas” reside no facto de ambas se arrogarem ser, cada uma no seu campo, cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura (SANTOS, 2006: 787)

Santos (2006) argumenta que a sociologia das ausências visa libertar dessas relações de produção as experiências produzidas como ausentes e transformá-las em presentes. Para tanto, explica que “tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política” (2006: 789). Contudo, para que se consiga tal objetivo, é necessária “a superação das totalidades homogêneas e excludentes e da razão metonímica que as sustenta” (2006: 790), que por sua vez é obtida pondo em questão as lógicas de produção de ausências.

Dessa forma, é necessário pôr em questão a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos. Esta lógica de produção de ausências é considerada por Santos (2006) como a mais poderosa. Santos (2006) afirma que esta lógica tem de ser questionada pela:

identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica. Essa credibilidade contextual deve ser considerada suficiente para que o saber em causa tenha legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes, nomeadamente o científico. (SANTOS, 2006: 790)

Nesse sentido, o reconhecimento de outros saberes para além do saber científico é a ideia central da sociologia das ausências, uma vez que “não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular” (SANTOS, 2006: 790). Os diferentes saberes são, assim, incompletos, dando espaço à possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre eles (2006: 790).

O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias. (SANTOS, 2006: 790)

Dessa forma, a sociologia das ausências põe em questão a monocultura do saber e do rigor científicos, visando substituí-la por uma *ecologia de saberes*, que supere não só tal monocultura como também a ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico, isso porque a ideia de alternativa traz consigo uma conotação latente de subalternidade (SANTOS, 2006: 790-791).

Como vimos, a universidade constituiu-se em *locus* privilegiado de produção de alta cultura e conhecimento científico. Esta ideia de universidade é parte integrante do paradigma da modernidade, onde “a ciência é uma prática social muito específica e privilegiada porque

produz a única forma de conhecimento válido” (2005: 328). Nesse sentido, a universidade, por ser parte integrante deste paradigma, tem como modelo de racionalidade a razão indolente e, mais especificamente neste caso, a razão metonímica:

A universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento. (SANTOS, 2010: 76)

Santos (2005) afirma estarmos vivenciando um momento de transição paradigmática⁸. Estando o paradigma da modernidade em crise, trata-se, pois de uma transição da ciência moderna para uma ciência pós-moderna (2005; 223). Nesse sentido, a universidade, como parte integrante do paradigma atual, também está em crise. Para Santos (2005), a universidade vive uma tripla crise: a crise de hegemonia⁹, a crise de legitimidade, e a crise institucional¹⁰. Iremos nos centrar na crise de legitimidade, uma vez que a reforma da universidade deve centrar-se na luta por sua legitimidade, pelo fato de sua hegemonia já ter sido afetada irremediavelmente (SANTOS, 2010: 66).

A crise de legitimidade aparece como a manifestação da contradição entre hierarquização e democratização. Santos (2005) afirma que “a universidade sofre uma crise de legitimidade na medida em que se torna visível a falência dos objetivos coletivamente assumidos” (2005: 190). Ou seja, a universidade vê seu objetivo de produzir um conhecimento superior, elitista, para uma pequena minoria de jovens de uma classe social privilegiada, ser dividido com a produção de conhecimentos para camadas sociais muito amplas e heterogêneas e com vista a promover a sua ascensão social. Isto ocorre em virtude de as classes sociais passarem a ter êxito em suas lutas por direitos sociais e econômicos, e com isso reivindicar por educação, que passa a ser uma aspiração socialmente legitimada. Dessa forma, a universidade só pode legitimar-se satisfazendo tal aspiração (2005: 211).

⁸ A transição paradigmática pode ser caracterizada da seguinte forma: enfrentamos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. Muito sucintamente: os nossos problemas modernos residem na prossecução dos ideais da Revolução Francesa – liberdade, igualdade, fraternidade. Nos últimos dois séculos não fomos capazes de alcançar esses ideais. (SANTOS, 2011: 1)

⁹ Há uma crise de hegemonia sempre que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva. A universidade sofre uma crise de hegemonia na medida em que a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias leva os grupos sociais mais atingidos pelo seu déficit funcional ou o Estado em nome deles a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos. (SANTOS, 2005: 190)

¹⁰ Há uma crise institucional sempre que uma dada condição social estável e auto-sustentada deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram a sua reprodução. A universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes. (SANTOS, 2005: 190)

Como vimos, a sociologia das ausências propõe a substituição da monocultura do saber e do rigor científicos por uma ecologia de saberes. No que se refere à universidade, Santos (2010) propõe uma reforma democrática e emancipatória da universidade pública, que vise “responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo” (2010: 56).

Dessa forma, no âmbito da universidade, a ecologia de saberes situa-se na procura de uma reorientação solidária da relação universidade-sociedade (2010: 77). Porém, Santos (2010) chama a atenção para a impossibilidade de a ecologia de saberes ser instituída por decreto: “É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade. (...) A reforma deve apenas criar espaços institucionais que facilitem e incentivem a sua ocorrência” (2010: 75).

A ecologia de saberes configura-se como essencial na reconquista da legitimidade por parte da universidade, sendo considerada por Santos (2010) uma das áreas onde a universidade deve agir para superar a crise de legitimidade. Nesse sentido a ecologia de saberes é definida como:

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não-ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade.

(...) A ecologia de saberes são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes. (SANTOS, 2010: 75-77)

A definição de ecologia de saberes explicitada acima traz consigo a ideia de ruptura epistemológica. Santos (2005) propõe a dupla ruptura epistemológica, uma vez que a primeira ruptura se deu a partir do século XVI com a revolução científica (SANTOS, 2007: 60), onde a ciência moderna constituiu-se em oposição ao senso comum, que considera superficial, ilusório e falso (2007: 107). Esta ruptura “possibilitou um assombroso desenvolvimento científico, mas, por outro lado, expropriou a pessoa humana da capacidade de participar, enquanto atividade cívica, no desvendamento do mundo” (2005: 224).

A dupla ruptura epistemológica rompe com a primeira em favor da construção de um novo senso comum. Um novo senso comum que:

não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal como o conhecimento deve traduzir-se em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida (SANTOS, 2007: 109).

(...) A revalorização dos saberes não científicos e a revalorização do próprio saber científico pelo seu papel na criação ou aprofundamento de outros saberes não científicos implicam um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica (SANTOS, 2005: 234)

Nesse sentido, Santos (2005) defende a dupla ruptura epistemológica como condição essencial para que se tenha uma universidade democrática. Não somente a democratização do acesso e da permanência nesta, mas sobretudo da abertura ao outro, que, para Santos “é sentido profundo da democratização da universidade” (2005:225). Nesse sentido:

A universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados.

Um novo senso comum estará em gestação quando essas classes e grupos se sentirem competentes para dialogar com o saber hegemônico e, vice-versa, quando os universitários começarem a ter consciência que a sua sabedoria de vida não é maior pelo fato de saberem mais sobre a vida. (SANTOS, 2005: 228)

Vimos anteriormente que a responsabilidade social da universidade foi um objetivo genuíno posto em prática a partir dos anos sessenta, em virtude das críticas recebidas perante a postura da universidade diante dos problemas contemporâneos; e que as atividades de extensão se constituíram numa realização frustrada de tal objetivo, em virtude de a universidade ser parte integrante do paradigma da ciência moderna.

A responsabilidade social constitui-se como essencial na luta da universidade pela reconquista de sua legitimidade. Nesse sentido, a universidade tem de assumir a responsabilidade social, “aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor”. (SANTOS, 2010: 89)

Santos (2005), ao exemplificar a noção de “concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais” (2005: 209), cita o texto intitulado *Uma Ideia de Universidade* (1986), do então reitor da Universidade de Brasília Cristovam Buarque. Santos considera o exemplo como talvez o mais importante “pelo modo como procurou articular a tradição elitista da universidade com o aprofundamento do seu compromisso social” (2005: 209):

A política da universidade deve combinar o máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social... O que caracterizará o produto, portanto, é a sua qualidade, sua condição de elite, mas, o que caracterizará o seu uso é o seu compromisso amplo – a sua condição antielitista”. (BUARQUE, 1986, apud SANTOS, 2005: 209)

Santos (2005) chama a atenção também para a política de extensão da Universidade de Brasília, formulada a partir das premissas acima, a qual considera “muito avançada”:

Considera-se que o conhecimento científico, tecnológico e artístico gerado na Universidade e Institutos de pesquisa não são únicos. Existem outras formas de conhecimento surgidas da prática de pensar e de agir dos inúmeros segmentos da sociedade ao longo de gerações que, por não serem caracterizadas como científicas, são desprovidas de legitimidade institucional. Essas práticas estão sendo recuperadas à luz de uma atividade orgânica com a maioria da população. (BUARQUE, 1986, apud SANTOS, 2005: 209)

Desse modo, Santos (2010) defende que:

a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão, (...) atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Para que a extensão cumpra este papel (...), suas atividades devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados. (SANTOS, 2010: 73, 74)

Para que seja possível a extensão cumprir seu objetivo prioritário, Santos (2005) entende que “a universidade deverá criar espaços de interação com a comunidade envolvente, onde seja possível identificar eventuais atuações e definir prioridades” (2005: 229)

Tais espaços de interação somente serão eficazes se forem pautados pelo diálogo, diálogo este que “não pode travar-se numa relação antagônica” (FREIRE, 1983: 28).

Ser dialógico é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si”. (...) O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. (1983: 28)

No que se refere à avaliação das atividades extensionistas, Santos (2005) afirma que esta “deve dar atenção privilegiada ao desempenho do know-how ético¹¹, à análise dos impactos e dos efeitos perversos e sobretudo à aprendizagem concreta de outros saberes no processo de extensão” (2005: 229)

Por fim, Santos (2005) reforça a importância da extensão na reconquista da legitimidade da universidade:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (2005: 225)

A Universidade Federal de Pernambuco entende as atividades de extensão como aquelas capazes de “promover a relação transformadora e integradora entre a Universidade e a Sociedade” (UFPE, 2007: Art. 1º). Para Jowânia Rosas de Melo (2010), que desenvolveu pesquisa com o objetivo de analisar a produção extensionista da UFPE sob a perspectiva docente, “a extensão na UFPE, por meio dos seus projetos, assume uma função de articuladora pautando-se em princípios voltados para a **democracia, a qualidade, transparência e o compromisso social**” (2010: 22).

Ainda para Melo (2010), as atividades extensionistas ainda não estão plenamente difundidas na cultura da comunidade acadêmica da UFPE (2010: 23). Para tanto, a autora defende que:

É fundamental conscientizar nossos docentes e discentes que o papel da universidade não é só transformar o aluno em profissionais competentes e cidadãos comprometidos com a realidade, mas também visa transformar a universidade e a sociedade através da produção do conhecimento (2010: 22).

É nesse sentido que nos propomos a analisar as ações extensionistas que são desenvolvidas pelo Centro Acadêmico do Agreste da UFPE, com vistas à promoção e preservação da Feira de Caruaru, por entender a importância da extensão como função da universidade, da necessidade de relacionamento entre universidade e demais setores da sociedade e da importância da educação patrimonial como instrumento de cidadania, que leve a sociedade a conhecer e se apropriar do seu patrimônio.

¹¹ O modelo de aplicação da ciência moderna é o modelo de aplicação técnica. Santos (2005: 224) propõe um modelo que subordine o know-how técnico ao know-how ético e comprometa a comunidade científica existencial, ética e profissionalmente com o impacto da aplicação.

CAPÍTULO 2

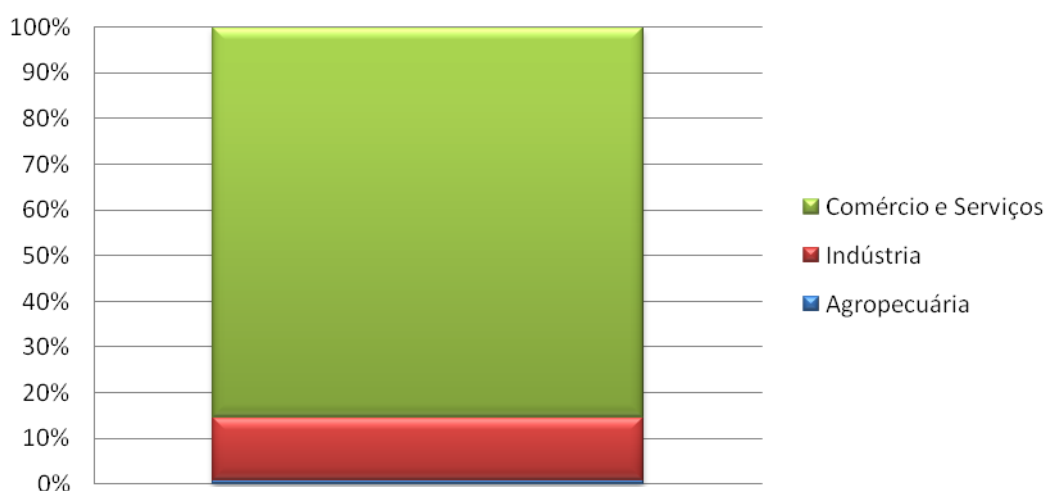
CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DA PESQUISA: O Agreste Pernambucano: sobre feiras e campus universitário

2.1. Caruaru, local escolhido por comerciantes e pela Universidade

O município de Caruaru, localizado na Microrregião Vale do Ipojuca, na Mesorregião Agreste do Estado de Pernambuco, está situado a 134 km da capital Recife. Segundo dados do Censo Demográfico 2010, Caruaru tem uma população de 314.912 habitantes, distribuídos em uma área de 920,606 km², o que corresponde a uma densidade demográfica de 342,07 habitantes por km². Caruaru é a maior cidade do interior e a 4ª maior cidade do estado de Pernambuco.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2.420.401.000,00 e um PIB per capita de R\$ 8.108,52, o município de Caruaru se destaca com o maior PIB do interior do estado de Pernambuco, onde a agropecuária responde por 1,18%, a indústria por 13,62%, e o comércio e serviços respondem por 85,2% do PIB (Gráfico 1).

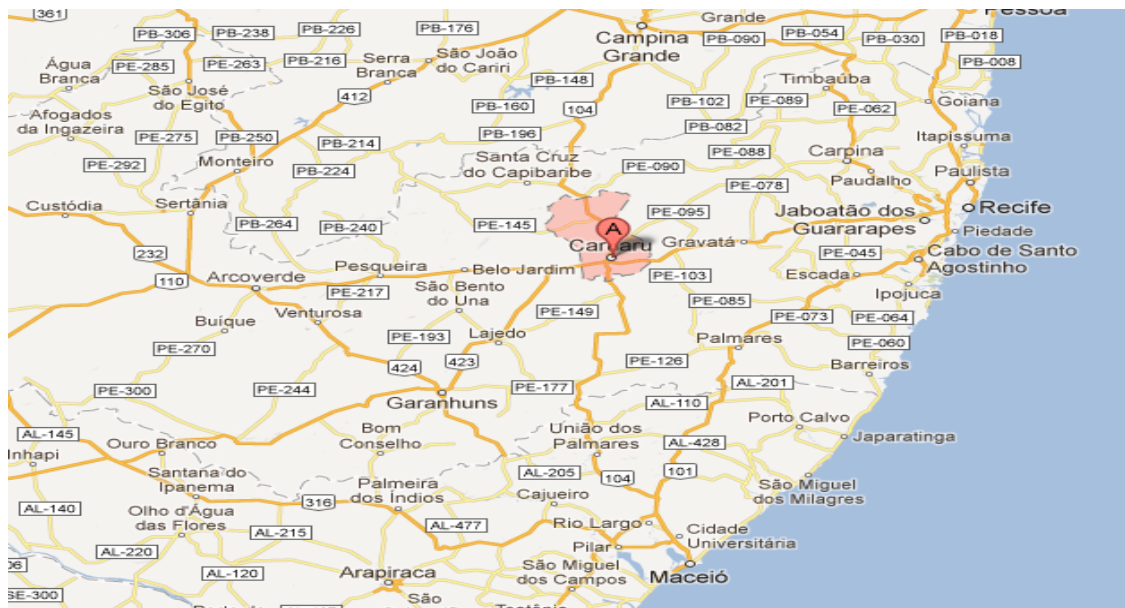
Gráfico 1. PIB Caruaru - participação dos setores da economia



A razão pela qual a quase totalidade das atividades econômicas de Caruaru ser dos setores secundário e terciário se dá em virtude de a cidade compor, junto com os municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, o Polo de Confecções de Pernambuco, o segundo maior do Brasil.

O Polo de Confeções impulsiona a indústria caruaruense, com destaque para os “fabricos e facções”¹² e lavanderias. Quanto ao comércio, Caruaru tem posição privilegiada por estar localizada na interseção das rodovias BR-104 e BR-232, estabelece conexão leste/oeste entre a região metropolitana do Recife e o sertão pernambucano, e norte/sul entre os estados da Paraíba e Alagoas (figura 1).

Figura 1 – localização de Caruaru



Fonte: Google Maps

Esta localização privilegiada possibilita à cidade ser o local apropriado para o escoamento da produção, em especial às terças-feiras, quando ocorre a “feira da sulanca”¹³ (figura 2).

¹² *Fabrico*, no contexto do Agreste de Pernambuco, constitui um termo polissêmico cujo significado preciso não pode ser definido senão contextualmente. Por vezes ele diz respeito a unidades produtivas de vestuário de médio ou pequeno porte detentoras de uma marca. Esta acepção aparece, sobretudo relacionalmente, em contraposição às *facções* – unidades domésticas de produção, frequentemente informais, que procedem à montagem (total ou parcial) terceirizada de uma peça de vestuário – sendo o *fabrico*, neste caso específico, a firma formal que terceiriza a *facção*, cabendo ao primeiro apenas a aplicação da marca. Há, porém, uma conotação, por assim dizer, mais tradicional referida ao caráter artesanal da costura em domicílio. Neste caso, os *fabricos* podem ser unidades domésticas de produção autônomas; isto é, que não terceirizam a produção, a família sendo responsável por todas as etapas do processo produtivo e, por vezes também, da comercialização na feira da sulanca. Eventualmente, por fim, *fabrico* pode assumir um significado mais abrangente – abarcando até mesmo grandes fábricas de vestuário. (ESPÍRITO SANTO, 2012: 1)

¹³ *Sulanca*, no âmbito do setor de produção e comercialização de peças de vestuário da região, constitui um termo de significado mais ou menos abrangente segundo o contexto de enunciação. Referindo-se inicialmente ao tecido que serviu, por algum tempo, como matéria-prima principal da produção de vestuário, ele passou a designar também o produto acabado, o local onde as peças são comercializadas (*feira da sulanca*), como também o conjunto das unidades produtivas da região (*polo da sulanca*) (ESPÍRITO SANTO, 2012:1). A Feira da Sulanca é uma feira que acontece há décadas no mesmo espaço físico no qual está inserida a Feira de Caruaru.

Figura 2: Feira da Sulanca



Fonte: www.falandofrancamente.com

Por sinal, esta localização privilegiada chamou a atenção dos comerciantes desde quando Caruaru ainda era uma fazenda que servia de ponto de apoio e de pernoite para os viajantes que transportavam gado do sertão para o litoral e zona da mata. Esta transformação da fazenda Caruru em ponto de apoio “permitiu o surgimento de pequeno comércio de itens e serviços ligados à lida com o gado que deu origem à Feira de Caruaru” (IPHAN, 2006a: 2), que por sua vez deu origem à cidade.

O turismo é outra atividade que se destaca na cidade, em especial por conta da Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil; do Alto do Moura, maior centro de artes figurativas das Américas, onde destaca-se o artesanato feito do barro, que tem em Mestre Vitalino seu artesão mais conhecido; e das festividades juninas, que ocorrem durante todo o mês de junho, onde Caruaru é conhecida como a “Capital do Forró”.

Mesmo sendo destaque no cenário econômico pernambucano, Caruaru apresenta graves problemas sociais típicos de uma região periférica da geopolítica mundial, tais como uma elevada concentração de renda e baixos indicadores sociais. Márcio Sá (2011a) afirma

É considerada parte integrante desta. Na realidade, ela avança pelas ruas circunvizinhas da feira e reúne milhares de pessoas de todo o Nordeste que lá procuram vender e comprar confecções principalmente fabricadas em polos de produção têxtil da região. (...) A sulanca acontece sempre às terças-feiras, começa oficialmente a partir das três horas da madrugada e vai até por volta do meio-dia. (...) Nos dias de sulanca, o ritmo de caminhar na Feira varia de acordo com o lugar e o fluxo de carroças dos carregadores de mercadorias. Os produtos são expostos, as pessoas circulam, conversam, negociam, brincam umas com as outras de um modo que retrata os costumes mercantis locais. De modo geral, a sulanca tem ritmo próprio e distinto das demais feiras que compõem o Parque 18 de Maio. Ela reúne pessoas de um espectro geográfico maior, negociando num ritmo mais acelerado (pois voltam para seus lugares de origem no final da manhã) e num volume de compra e venda bem maior do que as vendas regulares de um box ou mesmo de um banco na feira fixa. São milhares de pessoas de diversas cidades do nordeste que vão até lá principalmente em busca de confecções e similares, que são comercializados em grande volume e baixos preços neste dia, para revender em seus locais de origem. (SÁ, 2011b: 44)

que o desenvolvimento dessas regiões “pode ser fortemente influenciado pela atuação de instituições que tenham potencial de impulsioná-lo” (2011a: 2). O autor então considera que a instalação de universidades nessas regiões “pode vir a apoiar a melhoria das condições de vida e trabalho dos habitantes de um território como esse (...) e contribuir para o desenvolvimento dessas localidades, constituindo-se como fator importante para a redistribuição da riqueza nacional” (2011a: 2, 3).

No caso de Caruaru, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em resposta ao projeto de interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, inaugurou, em 2006, o Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE), visando atender não somente Caruaru, mas também os municípios circunvizinhos.

A escolha da UFPE por Caruaru deveu-se à sua posição estratégica e de ela ser a principal cidade do interior do estado. Além de levar à região um elemento difusor de conhecimento e tecnologia, a instalação da universidade possibilita “ampliar as possibilidades para a demanda retraída de alunos do interior do estado egressos do ensino médio que não tinham a possibilidade de deslocamento para a capital, a fim de estudar em uma universidade pública” (UFPE, PDI: 15).

2.2. O Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco

A Universidade Federal de Pernambuco surgiu em 1946, com a denominação de Universidade do Recife, resultante da união das Faculdades e Escolas de Direito, de Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia, Filosofia e Belas-Artes. Em 1965 a Universidade do Recife se integra ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação. (UFPE, PDI: 13)

Atualmente a Universidade Federal de Pernambuco é composta por doze centros acadêmicos, distribuído nos seus três *campi*: Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão. A UFPE oferece 99 cursos de graduação, sendo 96 presenciais e 03 à distância; e 180 cursos de pós-graduação: 111 cursos *stricto sensu*, sendo 65 mestrados acadêmicos, 06 mestrados profissionais e 45 Doutorados. e 64 cursos de pós-graduação *lato sensu* – especializações. Vale aqui ressaltar que, em virtude do dinamismo e constante crescimento da Universidade, sobretudo nos *campi* avançados, estes números estão sujeitos a constantes alterações, visto

que novos cursos de graduação e pós-graduação estão sendo aprovados e outros com projetos submetidos à análise do Ministério da Educação.

Com a missão de “promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão” (UFPE, PDI: 17)., a UFPE colocou em prática em 2006 seu projeto de interiorização com o início das atividades do Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru.

O Centro Acadêmico do Agreste da UFPE inicia suas atividades em março de 2006 com 290 alunos distribuídos em cinco cursos de graduação: Administração, Design, Economia, Engenharia civil e Pedagogia. Instalado em um espaço no interior de um Polo Comercial, o CAA sofreu por estar situado em um ambiente por si só inadequado à realização das atividades acadêmicas. Para além do ambiente impróprio, outro problema foi a insuficiência das instalações físicas e de recursos infraestruturais: quantidade insuficiente de salas de professores, poucas salas de aula que, na medida em que a quantidade de alunos crescia, espalhavam-se de forma desorganizada nos espaços disponibilizados pelo Polo Comercial; a biblioteca e o único laboratório de informática ficavam cada vez mais insuficientes a cada semestre, quando um novo contingente de alunos iniciavam suas aulas; a inexistência de laboratórios para o Núcleo de Tecnologia, o que forçou, inicialmente, os alunos do Curso de Engenharia Civil a se deslocarem para os laboratórios do Campus Recife para poderem ter acesso às aulas; e tantos outros problemas que se sucederam até à transferência, em 2009, para o *campus* definitivo, localizado às margens da BR-104 (Figura 3).

Outro problema é que boa parte dos docentes do CAA não são originalmente de Caruaru, o que por vezes compromete o desenvolvimento das atividades, principalmente as de pesquisa e extensão, uma vez que este quantitativo de docentes vêm a Caruaru para ministrar suas aulas mas preferem desenvolver suas atividades de pesquisa e extensão em suas cidades de origem que, para a grande maioria, trata-se de Recife, a capital do estado.

Figura 3: CAA – Campus definitivo



Fonte: admnews-ufpe.blogspot.com

Atualmente o Centro Acadêmico do Agreste ainda sofre com problemas estruturais, dentre os quais podemos elencar como os mais graves: a quantidade insuficiente de salas de aula, o que forçou e força a administração fechar áreas comuns de circulação para improvisá-las como salas de aula; quantidade insuficiente de salas para os professores, o que implica na alocação excessiva de professores em salas desconfortáveis e que, de certa forma, inviabiliza o trabalho dos docentes; deficiência nos meios de comunicação, principalmente quando nos referimos aos problemas de acesso à rede mundial de computadores e a linhas telefônicas; e quantidade insuficiente de servidores técnico-administrativos, o que compromete a eficácia dos serviços realizados.

Para Márcio Sá (2011a), esses problemas, sobretudo os de ordem infraestrutural, se deram e se dão em razão de “o início de um processo desta dimensão se dá de tal forma que as atividades universitárias são iniciadas em paralelo à própria construção da infraestrutura que suportará o funcionamento da instituição” (2011a: 7).

Mesmo com tais dificuldades, o Centro Acadêmico do Agreste cresce de forma inegável, abrigando hoje um total de 3619 alunos na graduação, distribuídos em 10 cursos: Administração, Design, Economia, Educação Intercultural (Indígena), Engenharia civil, Engenharia de Produção, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química e Pedagogia; e 106 alunos de pós-graduação, sendo 62 nos 04 programas de pós-graduação stricto-sensu, sendo 21 alunos no Mestrado em Economia, 23 no Mestrado em Educação Contemporânea, 19 no Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental e 09 no Mestrado em Engenharia de Produção; e 44 alunos no Curso de Especialização lato-sensu em Tecnologia em Design de Moda.

Para além dessas pós-graduações, o Centro Acadêmico do Agreste recebe atualmente dois Projetos de Doutorados Interinstitucionais (DINTER) com o intuito de qualificar seu corpo docente: o DINTER em design, cuja instituição promotora é a Universidade Estadual Paulista (UNESP); e o DINTER em Economia, em convênio com a Universidade Federal Fluminense, instituição promotora.

Para além dos cursos já existentes, há projetos de instalações de novos cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação. Dentre os cursos a serem implantados, o mais aguardado é o curso de medicina, por se tratar de uma reivindicação antiga da sociedade caruaruense.

Juntamente com o ensino, o CAA trouxe também para Caruaru e região o incremento de pesquisas e de projetos de extensão que visam responder e intervir em problemas vividos pela população local, o que favorece cada vez mais a inserção da universidade nos demais setores da sociedade.

2.3. Feira de Caruaru: Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil

Desde o Decreto-Lei nº 25, de 1937, onde o patrimônio cultural era constituído pelo “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-Lei 25/37, Art. 1º, caput), o conceito de patrimônio cultural vem sofrendo profundas transformações, o que culminou, com a promulgação da Constituição de 1988, com a sua ampliação, onde foram inseridos os bens de natureza imaterial:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988: Art. 216)

Mais recentemente, no ano 2000, o Decreto 3.551, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Dentre os livros em que se faz esse registro, temos o Livro de Registro dos Lugares, onde estão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. O decreto reza ainda que a inscrição num dos livros de registro

terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2000: Art. 1º, § 2º).

Em 2006, a Feira de Caruaru, localizada no município de mesmo nome, no Agreste de Pernambuco, foi registrada como patrimônio cultural imaterial brasileiro no Livro de Registro de Lugares, destinado a englobar locais que, independentes de valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico, constituem suportes fundamentais para continuidade das práticas e atividades que abrigam (IPHAN, 2006a: 16).

A Feira de Caruaru foi de fundamental importância para a criação da cidade, em virtude de se desenvolver na antiga Fazenda Caruru, ainda no século XVIII, fazenda esta que gozava de uma localização privilegiada na parte média do vale do rio Ipojuca.

Um caminho que transportava gado entre o sertão e a zona canavieira do litoral, uma fazenda que dá pouso aos tangedores e viajantes, um rio próximo para dar de beber aos bois e uma capela constituíram a oportunidade que fez surgir uma feira e, depois, uma cidade, ambas chamadas Caruaru. (IPHAN, 2006a: 2)

A conjunção de todos esses fatores “favoreceu o rápido crescimento da Feira de Caruaru que, por sua vez, impulsionou o comércio formal da cidade, mantendo com este, desde então, uma relação de complementaridade e simbiose” (IPHAN, 2006a: 4). Ou seja, “a Feira cresceu juntamente com a cidade e foi um dos principais motores do seu desenvolvimento social e econômico” (IPHAN, 2006b: 1).

A cidade e a Feira se imbricam, se entrosam uma na outra, se expandem ao mesmo tempo, aquela dependendo quase sempre desta, pois a cidade nasceu da Feira, e com a Feira. Não há como separar uma da outra. (...) Caruaru parece viver para e em função de sua Feira. (IPHAN, 2006c: 10)

Com o desenvolvimento e crescimento da Feira de Caruaru, cresce também a sua importância econômica, assim como o seu valor cultural, onde este alimenta aquela. Nesse sentido o IPHAN entende que “o valor cultural da Feira de Caruaru é inquestionável, assim como é inegável sua importância econômica. Um alimenta a outra” (IPHAN, 2006a: 12).

Atualmente, a Feira de Caruaru continua sendo “a grande oportunidade de trabalho, geração de renda e de inclusão no mercado consumidor para um grande contingente populacional” (IPHAN, 2006a: 4). Nesse sentido, Márcio Sá (2011b) ressalta que:

A feira é lócus de atividade econômica, cultural e social para descendentes e remanescentes do meio rural; desempregados dos centros urbanos regionais; nordestinos que migraram e retornaram das grandes metrópoles, principalmente São Paulo; pequenos, médios e, em menor escala, porém em maior influência, grandes empresários; e famílias que ou trabalham num mesmo negócio ou então em diversos pequenos comércios que tanto podem estar lado a lado, como também podem estar espalhados por outros setores

ou mesmo em outras feiras que acontecem todos os dias da semana – nos diferentes bairros da cidade (2011b: 41).

A importância econômica da Feira de Caruaru “lhe conferiu uma capacidade de atração impressionante e ocasionou o seu crescimento desmedido. Com o tempo, cresceram também as pressões para que fosse transferida” (IPHAN, 2006a: 4). Nesse sentido, a Feira foi transferida, em 1992, para o Parque 18 de maio (figura 4). A partir deste momento, “A Feira de Caruaru que, até então, mantinha um nível de crescimento mais ou menos constante, explodiu e deu lugar a novas feiras. (IPHAN, 2006a: 5).

Figura 4: Feira de Caruaru – vista aérea



Fonte: moidetradicao.blogspot.com

Como vimos, hoje a Feira de Caruaru é composta de várias feiras, que estão localizadas em duas localidades, ambas inventariadas: o Perímetro Urbano e o Alto do Moura.

O Perímetro Urbano comporta as Feiras dos Importados (chamada popularmente de *Feira do Paraguai*), Feira do Artesanato, Feira da Sulanca e Feira Livre, além do Mercado da Farinha e do Mercado de Carnes, situados no Parque 18 de Maio. A Feira Livre é composta por outras diversas feiras: Feira de Frutas e Verduras, Feira de Raízes e Ervas Medicinais, Feira do Troca-Troca, Feira de Flores e Plantas Ornamentais, Feira do Couro, Feira Permanente de Confeções Populares, Feira dos Bolos, Feira de Artigos de Cama, Mesa e Banho, Feira das Ferragens e Feira do Fumo. Completa o Perímetro Urbano a Feira do Gado, situada no bairro do Cajá.

A outra localidade inserida no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) da Feira de Caruaru foi o Alto do Moura, por sua “estreita relação de reciprocidade com a Feira de Artesanato” (IPHAN, 2006c: 22).

Até a década de 1940, o percurso era do Alto do Moura para a Feira: os artesão reconheciam nela o *lócus*, o *lugar* para a comercialização de suas criações, que retratavam o seu mundo, seu universo de representações, ancorado na realidade que viviam (IPHAN, 2006c: 68). Hoje, é a Feira de Artesanato que funciona como convite para visitar o Alto do Moura: houve, portanto, a reversão da situação antiga (IPHAN, 2006c: 20).

Diante desta relação entre a Feira de Caruaru e a produção artesanal do Alto do Moura, esta comunidade constituiu-se como um Bem Associado à Feira.

A Feira de Caruaru se constitui então como “um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos (...). Sem sua dinâmica e o mercado que a Feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido” (IPHAN, 2006b: 1).

A escolha pela Feira de Caruaru como patrimônio cultural do Brasil foi feita por esta “parecer concretizar à perfeição a ideia de lugar contida no Decreto nº 3.551 e no Inventário Nacional de Referências Culturais. (...) O registro então se destina a proteger a dimensão desse espaço sociocultural” (IPHAN, 2006a: 2).

Porém, é necessário chamar a atenção para o mito que se criou em torno da feira, fruto de uma construção midiática que tem servido para vender uma imagem cristalizada da Feira de Caruaru para o restante do país. Márcio Sá (2011b) afirma que, hoje, não encontramos “sentido analítico em observar a feira como o mito midiático construído há décadas” (2011b: 42). Para o autor, a Feira “é hoje, mais do que nunca, um lugar onde milhares de batalhadores nordestinos lutam por subsistência ou mesmo pelo sonho de uma vida melhor” (2011b: 40).

Para além do mito, a Feira apresenta problemas semelhantes aos de outras feiras. Concordamos com Márcio Sá (2011b) quando afirma que “muito embora sejam observadas especificidades, nenhuma delas diferencia substantivamente a Feira de Caruaru de outros mercados periféricos do Brasil, ou até mesmo mundo afora” (2011b: 41). O crescimento da Feira trouxe também o crescimento dos problemas, que aparecem em proporções maiores do que em outras feiras periféricas.

Dentre os inúmeros problemas, podemos citar a degradação do rio Ipojuca, o trabalho infantil, a prostituição, o tráfico e o consumo de drogas, o aumento da criminalidade (assaltos e furtos), a mendicância, o comércio de produtos contrabandeados e “pirateados”, a falta de higiene nas vias e nos poucos sanitários existentes.

Em sua obra, Márcio Sá (2011b) faz um breve relato da condição atual da feira de Caruaru:

de modo geral e sobre a feira como um todo, as vias não estão geralmente muito limpas. Há poucos banheiros públicos e em condições apropriadas de uso. As barracas sofrem intervenções (reformas e ampliações) desordenadas e aleatórias por parte dos feirantes. (...) Diversos desempregados tentam encontrar a subsistência nas ruas marginais ou então mesmo transitando por seu espaço físico como ambulantes. (...) Diversos pedintes perambulam constantemente por lá. Umas jovens procuram trabalho, outras se prostituem. Uns jovens cheiram cola, outros fazem pequenos furtos, ou ainda, simplesmente pedem como os mais velhos. (...) Outros, com uns carrinhos de mão, ganham uns trocados carregando as compras de quem as faz em grandes quantidades, ou mesmo as feiras das senhoras aos sábados. As milícias fazem “a segurança” pelas esquinas. Numa outra margem, o rio foi invadido. Ou por construções irregulares de comerciantes “bem sucedidos” ou por uma favela que se projeta para dentro dele. O aspecto dele é deprimente, tomado de lixo, exala constantemente odor fétido. (...) A polícia faz batidas para busca e apreensão de produtos falsificados em comercialização. Os feirantes sofrem a cada mudança de governo municipal com a insegurança quanto aos seus destinos. (2011b: 42, 43)

Márcio Sá (2011b) ainda traz outra característica da Feira: a variação estética da feira (figura 5). Para o autor, a área destinada ao comércio de artesanato tem um aspecto diferenciado do apresentado acima, justificado por “um motivo claro e mercadológico, é para lá que grande parte dos turistas ainda vai” (2011b: 42). Dentro da variação estética que lhe é característica, a Feira apresenta, em alguns setores e corredores, uma “estética favelizada que, na realidade, não se trata apenas de uma questão estética, mas também de modo de funcionamento e de dramas urbanos nela vivenciados que fazem com que a feira apresente traços de uma favela no meio da cidade” (2011b: 48).

Figura 5: Variação Estética: Feira favelizada x Feira de Artesanato



Fonte: www.agrestenoticia.com

O turista que vai conhecer a Feira de Caruaru é frequentemente levado à não-percepção dos problemas que a Feira apresenta, pois limitam-se, na maioria das vezes, a conhecer apenas a Feira de artesanato, a feira “pra turista ver” (figura 6).

O turista que visitou a feira e passou apenas pelos corredores da feira de artesanato, como acontece geralmente, pode até não perceber este processo de favelização, mas isso se deve muito mais à diferença evidente que é mantida nas partes “pra turista ver”, se comparadas às demais que compõem em conjunto a Feira de Caruaru. (SÁ, 2011b: 48)

Figura 6: Feira de Artesanato: “pra turista ver”



Fonte: www.formulatruck.com.br

Todos esses problemas reforçam ainda mais a importância do registro da Feira de Caruaru como patrimônio cultural imaterial, uma vez que a salvaguarda da Feira de Caruaru também compreende a identificação de seus problemas sócio-espaciais e infraestruturais, o que “aponta para a necessidade de melhorias urgentes no sistema de planejamento, gestão, controle e fiscalização do conjunto de feiras da cidade de Caruaru” (IPHAN, 2006a: 14).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Segundo Menga Lüdke e Marli André (2010), “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (2010: 1). Para tanto, Vergara (2007) afirma que “para a realização de qualquer trabalho científico há de se ter um método, (...) que é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento” (2007: 13,16). É nesse sentido que apresentamos nas linhas seguintes os critérios estabelecidos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Partindo do princípio que “as ciências que pressupõem a ação humana devem levar em conta a liberdade e a vontade humana e estas sempre interferem no curso dos fatos e dão significados muito diversos à ação” (CHIZZOTTI, 2008:28), e que nossa pesquisa tem como pressuposto a análise da ação humana; recorreremos à pesquisa qualitativa para “encontrar informações seguras que suportem a interpretação (...) do sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem” (CHIZZOTTI, 2008:28).

A pesquisa qualitativa é então entendida por Demo (2001) como:

Proposta necessária pelo simples fato de que fenômenos qualitativos precisam ser captados qualitativamente, sem perder de vista sua formalização implícita no campo do método científico. A pesquisa qualitativa também formaliza, mas procura preservar a realidade acima do método. Falo de “informação qualitativa” no sentido de que buscamos na realidade informação – “dados” – sobre ela, de sorte que a possamos manipular cientificamente, permitindo tanto sua melhor compreensão, quanto, sobretudo, condições de intervenção e mudança. (DEMO, 2001: 10)

Nossa pesquisa se enquadra como uma pesquisa intervencionista, pois tem o interesse de “aprofundar o conhecimento compreensivo de um problema a fim de orientar a ação de quem procura soluções para este problema (...) e na proposição de ações saneadoras dos problemas estudados” (CHIZZOTTI, 2008:77).

Segundo Chizzotti (2008), a pesquisa-intervenção é utilizada como:

um meio auxiliar de superação das condições adversas, visando fazer um diagnóstico fundamentado dos fatos para se alcançar uma mudança intencional no comportamento dos indivíduos ou de uma fração da população e propor a ação saneadora ao problema enfrentado (2008: 79).

Tivemos como ponto inicial a pesquisa bibliográfica, que foi utilizada no intuito de

entender os conceitos de gestão pública e políticas públicas de cultura; patrimônio cultural e educação patrimonial; extensão universitária e suas possíveis relações, pois Gil (2002) entende que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (2002: 45)

Utilizamos também a análise documental, pois fomos buscar informações em documentos disponíveis nos departamentos responsáveis pelos projetos de extensão que se configuram objeto dessa pesquisa. Nesse sentido, Lüdke e André (1986) argumentam:

Os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, Mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (1986: 39)

Durante a pesquisa, recorremos aos projetos de extensão desenvolvidos pelo CAA e registrados no SIEX – Sistema de Informação da Extensão e/ou no SIGPROJ - Sistema de Informação e Gestão de Projetos, desde a sua fundação, no ano de 2006 até o ano de 2011, que perfazem um total de 177 projetos, distribuídos nos diferentes tipos de ações extensionistas (projetos, eventos, cursos e programas).

Da totalidade desses documentos, identificamos, a partir de suas descrições, aqueles que têm ou tiveram relação - direta ou indireta - com a Feira de Caruaru, onde tivemos um total de 24 projetos, também distribuídos nos diferentes tipos de ações extensionistas (projetos, eventos, cursos e programas). Destes 24 projetos, selecionamos, também através das descrições, os que tinham relação com a Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural, onde obtivemos um total de 04 projetos, que passaram a ser o objeto de nossa pesquisa. Para acessar tais documentos recorremos à Pro-reitoria de Extensão da UFPE.

O critério de inclusão e/ou exclusão de projetos neste trabalho foi o fato de eles terem ou não em seus objetivos a preservação ou difusão do patrimônio cultural existente na região. Essa característica foi encontrada em 04 projetos de extensão: Amigos do Meio Ambiente: Formação de Agentes Ambientais; Bireau de Design: Intervenção no Alto do Moura; Inventário Fotográfico do Barro; e Cordéis Animados. Os demais projetos, inclusive os que tinham alguma relação com a Feira de Caruaru, não foram incluídos por não apresentarem a característica descrita acima.

Para melhor entendimento apresentamos a tabela a seguir com 02 exemplos de projetos que não foram incluídos neste estudo (tabela 1);

Tabela 1: exemplos de projetos não incluídos no estudo

	TÍTULO	DESCRIÇÃO
EXEMPLO 1	Ciclo de Seminários para Formação de Professores do Normal Médio: um olhar sobre o currículo na Região Agreste.	Constituir com os profissionais envolvidos um mapeamento das necessidades formativas dessa população, propiciando uma reflexão conjunta das possibilidades de ajuda da UFPE – Campus Agreste aos professores e consequentemente às escolas de educação básica participantes.
EXEMPLO 2	A Identidade do Jeans Beneficiado no Agreste no Agreste de Pernambuco	Auxiliar na produção de moda e a confecção de artigos de jeans com um agregado valor; reforçando também os conceitos de sustentabilidade na Região.

Ambos os projetos acima não foram incluídos em nossa pesquisa. No exemplo 1, o projeto não foi incluído por não ter nenhuma relação com a Feira de Caruaru; e no exemplo 2, o projeto, apesar de ter relação com a Feira de Caruaru, não traz como objetivo a preservação e/ou a promoção da Feira enquanto patrimônio cultural.

Já os projetos incluídos na pesquisa são explicitados na tabela a seguir (tabela 2):

Tabela 2: Projetos incluídos na pesquisa

TÍTULO	DESCRIÇÃO	COMUNIDADE BENEFICIADA	COORDENADOR
Amigos do Meio Ambiente: Formação de Agentes Ambientais	Desenvolver, nos alunos, professores e funcionários da escola e comunidade do entorno, o interesse em colaborar com o processo de sustentabilidade ambiental; Formar agentes ambientais que possam atuar no ambiente escolar e na comunidade do entorno	Comunidade escolar da Escola Municipal Josélia Florêncio e comunidade do entorno	Gilson Lima
Bureau do Design do Agreste: Intervenção no Alto do Moura	Estruturar um Birô de design e promover uma ação de 1 ano na comunidade do Alto do Moura	Artesãos do Alto do Moura	Manoel Guedes Alcoforado Neto
Inventário	Realizar um mapeamento fotográfico	Artesãos do Alto	Eduardo

Fotográfico do Barro: Mapeamento Visual dos Mestres Artesãos do Barro em Caruaru	da representação da figura humana no reconhecido artesanato do barro de Caruaru	do Moura	Romero Lopes Barbosa
Cordéis Animados	O objetivo principal é difundir as histórias contadas pelos poetas populares do interior de Pernambuco. Preservando, assim, a memória cultural nordestinas.	Poetas e Artistas Populares de Caruaru	Marcos Buccini Pio Ribeiro

Os projetos acima foram selecionados por demonstrarem interesse, ora por preservar, ora por difundir o patrimônio cultural da região. No primeiro projeto, nos chamou a atenção a formação de agentes ambientais. O que poderia de sobremaneira contribuir com a preservação da Feira de Caruaru, já que esta sofre demasiadamente os efeitos da degradação ambiental. O Bireau de Design com sua intervenção no Alto do Moura também nos chamou a atenção por se preocupar com um espaço tão rico culturalmente. Os projetos Inventário Fotográfico do Barro e Cordéis Animados nos chamaram a atenção por se preocuparem em difundir as expressões culturais existentes na região.

Em síntese, o critério de inclusão foi o projeto ter em seus objetivos a preocupação com a preservação e/ou promoção da Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural; e o critério de exclusão foi justamente o inverso: não aparecer na descrição do projeto esta preocupação.

O próximo passo foi realizar entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos projetos selecionados, em busca de saber como surgiu a motivação para o projeto, sua relevância, qual a participação da comunidade interessada na elaboração e desenvolvimento do projeto, etc. De igual maneira entrevistamos também os membros das comunidades beneficiadas, a fim de saber se participaram da elaboração e desenvolvimento do projeto, de que forma a comunidade foi beneficiada, e se, de alguma forma, beneficiou a universidade. Entrevistamos também os gestores de extensão do CAA e da UFPE com o intuito de sabermos se há iniciativas da Universidade que induza ao contato com a Feira de Caruaru.

É válido salientar que também enviamos o roteiro de entrevista (apêndice 1) via correio eletrônico para alguns coordenadores de projetos que julgamos ter alguma relação com a Feira de Caruaru, mesmo que sem a preocupação com o patrimônio cultural. No entanto, não obtivemos respostas destes coordenadores.

A sistematização dos dados obtidos através das entrevistas foi feita através da *análise de conteúdo*, que Laurence Bardin (2009) classifica como “um conjunto de instrumentos

metodológicos que se aplicam a discursos extremamente diversificados” (2009: 11), e define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

(...)

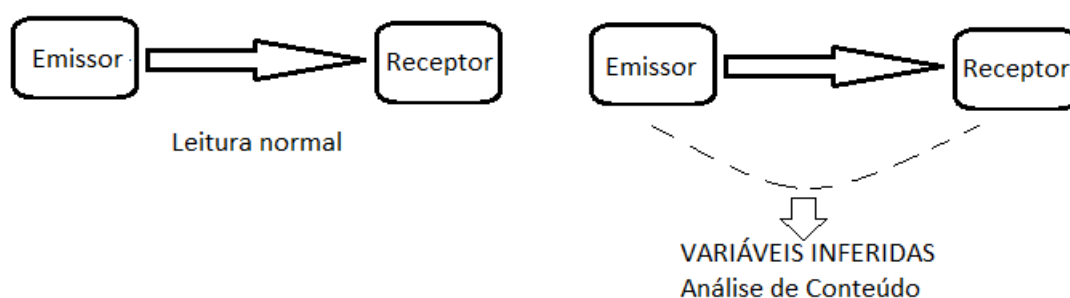
consiste na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, (...) aspirando assim a uma interpretação final fundamentada. (2009: 44, 45)

Como podemos perceber, a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e/ou recepção é a intenção da análise de conteúdo. É o que difere uma leitura normal de uma leitura criticamente analisada.

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 2009: 41)

A tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. (BARDIN: 2009: 43)

Figura 7: Esquema da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2009: 44)

Partimos da definição de ecologia de saberes, de Boaventura de Sousa Santos (2010, 75-77), para propormos sugestões em busca de melhorias no diálogo entre a universidade e demais setores da sociedade, em particular entre o Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco e a Feira de Caruaru.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS DA PESQUISA E PROPOSIÇÕES

4.1. Análise e Discussão dos Resultados

O patrimônio cultural de Caruaru e região é repleto de expressões culturais que representam modos de viver, de pensar, de trabalhar, de se divertir, dentre outros, de sua população. E a Feira de Caruaru, como um lugar de memória e de continuidade de grande parte destas expressões, ganhou, ao longo do tempo, importância, tanto econômica quanto cultural. A UFPE, ao se inserir nessa região, passou a conviver diretamente com estas expressões culturais e, nesse sentido, foi perguntado a coordenadores de projetos de extensão do CAA se a Universidade tem responsabilidade para com a Feira de Caruaru, tanto como atividade econômica quanto como patrimônio cultural. A totalidade dos coordenadores respondeu que sim, que a UFPE tinha responsabilidade para com a Feira. Conforme relatou o professor Manoel Guedes, coordenador do projeto de extensão Bireau de Design: intervenção no Alto do Moura, a Universidade deve contribuir para o desenvolvimento da Feira:

contribuir para que a feira receba melhor os turistas, que os produtos sejam comercializados de uma forma mais eficiente, que os produtos sejam desenvolvidos com mais qualidade, que os produtos possam ser comunicados aos seus clientes, que os clientes tomem conhecimentos do que é vendido na feira, que os valores culturais da feira sejam repassados, sejam difundidos nos novos meios de comunicação que a gente tem hoje, ou seja, pra que haja uma resistência de todo esse patrimônio cultural diante de um cenário tão globalizado q tende a destruir essas identidades. (GUEDES: Bireau de Design: intervenção no Alto do Moura)

O professor Marcos Buccini, coordenador do projeto de extensão “Cordéis Animados”, afirma que “a UFPE tem a obrigação de fazer pesquisa, de fazer extensão, de atuar ali dentro, eu acho que a Feira [de Caruaru] tem pano pra manga pra muita coisa de pesquisa, de extensão, de ações que podem ser feitas pela UFPE ali”. Professor Eduardo Barbosa, coordenador do projeto de extensão “Inventário Fotográfico do Barro” concorda com Buccini ao tratar a Feira de Caruaru enquanto objeto de pesquisa:

Com certeza daqui pra frente muitos projetos vão surgir tendo a feira como objeto, eu acho que é daí que parte a responsabilidade mesmo, e, é um lugar privilegiado de troca, tanto econômica quanto cultural, não vai esgotar nunca

como objeto de pesquisa, ele tem mil maneiras de ser observado.
(BARBOSA, Inventário Fotográfico do Barro)

A questão que se coloca é: ora, se há uma unanimidade em reconhecer que a UFPE tem responsabilidade com a Feira de Caruaru, em particular com a preservação da Feira enquanto patrimônio cultural, por que uma quantidade tão tímida de projetos de extensão com esta preocupação, já que identificamos apenas 04 projetos dentro de um universo de 177 ações extensionistas, o que representa apenas 2,26% do total de ações?

O coordenador setorial de extensão do CAA, professor Fernando Nascimento, concorda que a quantidade de ações de extensão voltadas para a preservação do patrimônio cultural da região ainda são tímidas, quando afirma que “as ações de extensão nossas em relação a esse patrimônio cultural são, **pra ser eufemístico**, muito modestas”. (grifo nosso)

O Pró-reitor de Extensão da UFPE, professor Edilson Fernandes, defende que a ausência de projetos nessa área se deve ao fato de “os professores do CAA não conhecerem Caruaru, até porque muitos não são de Caruaru”. O pró-reitor considera esse fato um dificultador e explica: “como é que eu vou fazer intervenção num lugar onde eu não conheço?”

Como eu não conheço o ambiente, não conheço a região, não conheço a cultura, a territorialidade, logo eu vou fazer aquilo que eu conheço, aquilo que eu estudei ou aquilo que foi minha experiência numa outra instituição, talvez seja isso. É um problema mas... não é que o professor tenha raiva de Caruaru, não é isso, é por que às vezes nós não conhecemos mesmo, é porque ele não conhece a realidade, então como vai fazer intervenção? Você conhece de passagem, não parou pra pensar sobre aquilo, não refletiu ainda atentamente. (FERNANDES, Pró-reitor de Extensão da UFPE)

Professor Fernando Nascimento, coordenador setorial de extensão do CAA, concorda com o pró-reitor e vai mais além, afirma que “o fato de a maioria dos professores nossos residirem em Recife, terem suas raízes culturais, terem seus interesses de pesquisa voltados ainda pra Recife” leva, junto com outros fatores, como a falta de estrutura, a desvalorização da extensão e a limitação de recursos, à falta de engajamento dos professores, o que implica em um limite para a consolidação da extensão universitária como um todo no CAA, e não só na área do patrimônio cultural.

Além do fato de grande parte dos professores não ser de Caruaru, temos outras 03 grandes dificuldades a serem enfrentadas e superadas pelo CAA: a falta de estrutura; a limitação de recursos; e a desvalorização da extensão perante as outras funções da universidade.

Ao tratar da falta de estrutura para o funcionamento da extensão no CAA, começaremos expondo duas insuficiências que foram expostas por todos os coordenadores de projetos entrevistados. Trata-se dos serviços de telefonia e de internet. É importante lembrar que esta é uma deficiência que atinge não só a extensão, como também todas as demais atividades do CAA. Em relação às condições da extensão, trouxemos o relato do coordenador setorial de extensão do Centro, professor Fernando Nascimento, que descreve com detalhes a situação atual do CAA:

Ano passado, em novembro, a gente teve uma reunião com todos os coordenadores setoriais de extensão da universidade, de todos os centros. Os outros coordenadores começaram a falar de suas dificuldades, e aí as dificuldades eram, por exemplo: não há interação entre os professores, não há interesse, é preciso que a pontuação da extensão para progressão seja maior, é preciso que haja mais investimentos, é preciso que os editais sejam mais acessíveis, etc. E aí eu precisei dizer que nós aqui no CAA temos necessidades que são ainda anteriores a essas, necessidades estruturais, como por exemplo: todos os outros centros tem uma coordenação de extensão com um técnico que é exclusivo da extensão, com uma sala, com um computador, com impressora, etc. Nós não temos isso aqui, eu não tinha nem bolsista. Meu trabalho era quase que solitário, eu trabalho na minha sala de estudos, de atendimento aos estudantes, então a gente não tem essa estrutura básica de início. (NASCIMENTO, coordenador setorial de extensão do CAA)

Professor Manoel Guedes, coordenador do projeto de extensão “Bureau de Design: Intervenção no Alto do Moura”, reforça o relato do coordenador de extensão, afirmando a necessidade de estruturação da extensão no CAA e a elaboração de um plano estratégico, que serviria de estímulo à participação dos docentes nas ações de extensão.

a extensão precisa ser estruturada dentro do Centro, ou seja, o Centro precisa ter um espaço para o funcionamento da coordenação de extensão, a coordenação de extensão tem que ter uma pauta de ações a serem desenvolvidas anualmente para que possa estimular os professores a participar dessas ações. Ou seja, ela pode levantar demandas na região e transformá-las em plano estratégico da ação da extensão no Centro e daí estimular os professores a engajamento nessas ações. (GUEDES, Coordenador do projeto Bureau de Design: Intervenção no Alto do Moura)

Quanto ao planejamento estratégico, o coordenador de extensão do CAA, professor Fernando Nascimento, afirma que já está em fase de elaboração um relatório de atividades que servirá de base para a construção deste planejamento estratégico. Já o Pró-reitor de Extensão da UFPE, professor Edilson Fernandes, se diz muito ansioso “para ver esse planejamento estratégico. E com certeza nós vamos receber esse planejamento estratégico e vamos contribuir naquilo que for possível para esse planejamento ter êxito, por que o êxito desse projeto lá em Caruaru é o êxito da PROEXT”.

Infelizmente o professor Fernando Nascimento alega esbarrar em dificuldades para concluir o planejamento estratégico, principalmente no não engajamento dos coordenadores de extensão dos núcleos e dos professores.

eu como coordenador setorial não tenho como fazer um planejamento estratégico pro CAA solitariamente, até porque nenhum planejamento se efetiva se feito sem o engajamento da comunidade a que se refere. Então, eu preciso do engajamento dos coordenadores de extensão dos núcleos e também dos professores. Aí, esses colegas esbarram em outros limites, que são os limites que eu citei, que os outros centros colocam, limites por exemplo, de a extensão não ser valorizada na progressão como se deveria. (NASCIMENTO, Coordenador de Extensão do CAA)

A desvalorização da extensão universitária, acima citada pelo coordenador setorial de extensão do CAA, é compreendida principalmente quando se compara a pontuação destinada à extensão com a pontuação destinada à pesquisa e ao ensino no momento da progressão funcional dos docentes. Neste sentido, o professor Gilson Lima, coordenador do projeto de extensão “Amigos do Meio Ambiente”, defende que a extensão universitária tem que ser olhada no mesmo valor que a pesquisa é olhada e que o ensino é olhado”

pela própria visão que se tem de extensão hoje no meio acadêmico, extensão tem que ser valorizada, extensão tem que ter o mesmo peso de um projeto de pesquisa porque ela é transformadora, ela atua dentro da realidade da comunidade, então num momento sempre que extensão for ser tratada abaixo de pesquisa ou abaixo de ensino, os recursos não vêm. A gente tem que reconhecer que há um esforço enorme da universidade, eu louvo aqui o esforço da UFPE em apoiar os projetos, são projetos belíssimos mas, por exemplo, o MEC precisa acordar e perceber que a universidade sem a comunidade não existe, ela não pode viver isolada, fechada dentro de si, apenas olhando para a pesquisa. (LIMA, Coordenador do projeto Amigos do Meio Ambiente)

Quanto aos recursos, o pró-reitor de extensão da UFPE não acredita que haja esta desvalorização, uma vez que, segundo o pró-reitor, houve na iniciativa 2012/2013 um aumento nos recursos disponíveis para as ações do interior, saindo dos atuais R\$ 5.000,00 para R\$ 7.000,00 por projeto. “Todos os projetos de extensão que são contemplados no edital têm financiamento. Inclusive dois bolsistas e o financiamento. Já os projetos de pesquisa o professor recebe dois bolsistas, às vezes um bolsista, e tem que financiar ou captar recursos de outro lugar”, argumenta o pró-reitor.

Ainda sobre os editais, o coordenador de extensão do CAA, professor Fernando Nascimento, lamenta o fato de “ainda ser muito modesta a quantidade de projetos que são

aprovados e financiados. Cerca de 70% das atividades realizadas são sem financiamentos da universidade”.

A limitação de recursos é mesmo a principal queixa dos coordenadores de projetos, pois aparece em 100% das respostas como a principal dificuldade para a realização de atividades de extensão. Nesse sentido, registramos o depoimento do professor Manoel Guedes, coordenador do projeto Bireau de Design: Intervenção no Alto do Moura:

Eu acho que os recursos que existem hoje para extensão ainda são recursos bastante limitados. Então hoje, quando o projeto é contemplado com recursos, ele recebe no máximo R\$ 5.000,00, R\$ 6.000,00 de recurso e no máximo uma bolsa, um bolsista, ou seja, uma bolsa pra um aluno. Então a gente sabe que é difícil tocar um projeto de extensão maior, fazer uma ação mais... com tão pouco recurso, e com tão poucos bolsistas. Então acho que se há uma dificuldade, talvez um dos métodos seria trabalhar em projetos integrados, ou seja, vários professores pudessem trabalhar de forma conjunta com um grupo maior de bolsistas e fazer ações coletivas. Talvez fosse um caminho pra driblar a falta de recursos e de bolsistas. (GUEDES, Coordenador do projeto Bireau de Design: Intervenção no Alto do Moura)

Questionado sobre a queixa dos coordenadores, o pró-reitor de extensão da UFPE, professor Edilson Fernandes, reconhece a existência de várias dificuldades em virtude de um problema administrativo da própria pró-reitoria, que ainda não pensa a universidade nos três campi simultaneamente.

Como Recife é a sede, então tudo acontece pra cá, todas as coisas nós pensamos inicialmente pra cá, é um outro equívoco nosso, porque deveríamos pensar a universidade nos três campi, e pensamos apenas inicialmente Recife, depois Caruaru, depois Vitória, inclusive a gente passa por Vitória pra pensar Vitória. (FERNANDES, Pró-reitor de Extensão da UFPE)

Contudo, mesmo com o reconhecimento deste “equívoco” administrativo, o pró-reitor sente a falta de uma maior presença do CAA na PROEXT no sentido de exigir mais da pró-reitoria:

De qualquer forma o Centro é muito novo pra poder fazer um fluxo mais corrente de projetos de extensão, mas eu percebo claramente que tem um potencial muito grande lá, porque ele tá numa fase de aperfeiçoamento. Além disso, eu sinto que o Centro deveria exigir da PROEXT, exigir mais financiamento, pela condição que nós temos na Pró-reitoria. (FERNANDES, Pró-reitor de Extensão da UFPE)

Outras duas dificuldades apresentadas pelos coordenadores que nos chamaram a atenção foram a ausência de rubrica para material permanente e a burocracia. Quanto à primeira, registramos o relato do coordenador do projeto “Cordéis Animados”, professor Marcos Buccini:

Tem muito dinheiro voltado pra material de consumo. Muitas vezes a gente não precisa de tanto material de consumo e não tem recurso pra material permanente. A gente tem um computador e uma impressora, que é 110v, do enxoval, que estão parados porque não tem estabilizador. A gente passou um tempão sem cadeira pra sentar, uma coisa bem ridícula assim. São essas coisas bem estranhas que acontecem: a gente fica cheio de papel, cheio de material de consumo, mas não pode comprar um estabilizador. (BUCCINI, Coordenador do projeto Cordéis Animados)

No que se refere à burocracia, registramos os relatos dos professores Eduardo Barbosa, coordenador do projeto “Inventário Fotográfico do Barro”, e Manoel Guedes, coordenador do projeto “Bureau de Design: Intervenção no Alto do Moura”. Começamos com este:

no caso desse projeto, os recursos para equipamentos permanentes e para bolsas vieram do governo do estado que financiou, através do ITEP, a execução desse projeto. Contudo a universidade cria procedimentos para realizar esse tipo de pagamento para os estudantes vinculados a um projeto de extensão que passa por toda uma tramitação que envolve a PROEXT, que envolve a FADE, que envolve desenvolvimento de um convênio, que passa pelo reitor. Então todo esse trâmite cria um embaraço tão grande no processo que, no caso específico desse projeto, boa parte dos recursos foram devolvidos ao governo do estado porque o tempo para a execução do projeto, o tempo para liberação dessas bolsas do projeto foi maior do que o tempo previsto no projeto. Ou seja, uma parte das bolsas foram perdidas, foram devolvidas ao governo do estado, não foram pagas aos alunos por um deficiência nessa tramitação interna na universidade. (GUEDES, Coordenador do projeto Bureau de Design: Intervenção no Alto do Moura)

Registramos agora o relato do professor Eduardo Barbosa:

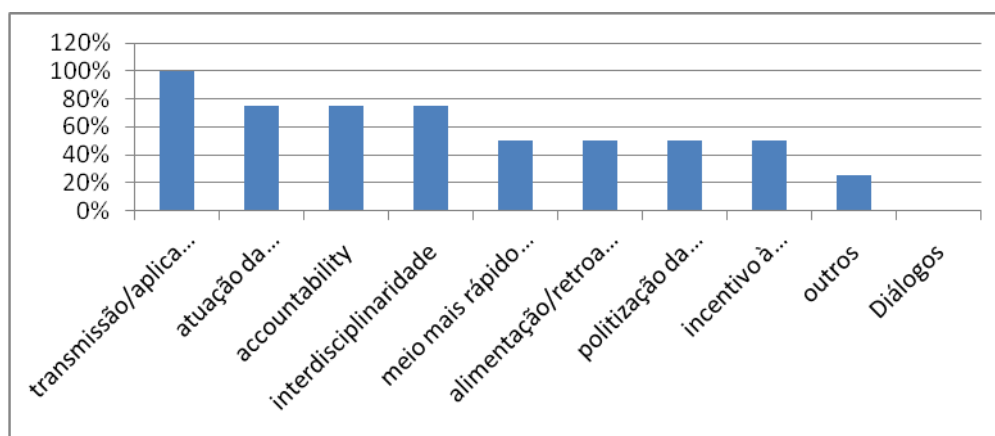
a extensão realmente vai agir sobre aquela necessidade real de determinada comunidade. Eu vejo a extensão dessa maneira. Só que aí é que tá. Essa inserção na sociedade é que é complicada, eu acho complicada primeiro porque a universidade é muito burocrática. Ela tem uma estrutura muito burocrática que às vezes não acompanha o tempo real, vamos dizer assim, o tempo fora dela. Às vezes você depende de um recurso, demora muito pra sair. Você já fez um contato com uma determinada prefeitura e aí, depois, esse contato se perde porque a prefeitura já tá com uma outra ideia, muda às vezes de prefeitura. Então se tudo fosse um pouco mais desburocratizado e a coisa fosse mais simples no sentido de você tem um projeto, tem uma ideia e aplicar agora, já, você poderia ter um resultado mais... (BARBOSA, Coordenador do projeto Inventário Fotográfico do Barro)

A concepção de extensão universitária foi abordada junto aos coordenadores dos 04 projetos de extensão selecionados de duas formas: perguntamos qual era a concepção de extensão ao coordenador e, logo após sua resposta, mostrávamos uma lista com alguns itens e perguntávamos se queriam inserir à sua concepção algum item da lista.

Das respostas obtidas, o termo transmissão/aplicação do conhecimento científico produzido pela universidade foi o mais citado, estando presente em 100% das respostas

(gráfico 2). Esta unanimidade vai ao encontro do pensamento de Boaventura de Souza Santos (2010), quando afirma que “são os investigadores quem determina os problemas científicos a resolver, define a sua relevância e estabelece as metodologias e os ritmos de pesquisa” (2010: 41); e de Paulo Freire (1983) quando afirma que “o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus conhecimentos, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista” (1983: 14).

Gráfico 2: concepção de extensão dos coordenadores de projetos do CAA



Outros dois termos foram citados de forma majoritária, aparecendo em 75% das respostas: atuação da universidade sobre a comunidade; e a extensão como meio de a universidade retribuir, de dar retorno à sociedade do investimento que é feito nela, o que aqui classificamos como accountability. A promoção da interdisciplinaridade também foi citada em 75% das respostas, porém com a particularidade de só ter sido citada após a apresentação de itens, o que nos leva a inferir que esta opção ainda não está presente na espontaneidade das respostas dos extensionistas, sendo necessária a provocação para que tal item seja lembrado.

A extensão foi considerada, em 50% das respostas, principalmente em comparação com a pesquisa, como meio mais rápido de dar esse retorno à sociedade; e também como meio de alimentação/retroalimentação do ensino e da pesquisa. Também com 50%, mas com a particularidade de só ter sido citadas após a apresentação de itens, tivemos a presença das funções de politização da Universidade e de incentivo à produção cultural, o que também nos leva a inferir que estas opções ainda não estão presentes na espontaneidade das respostas dos extensionistas, sendo necessária a provocação para que tais sejam lembrados.

Ainda foram lembrados os seguintes itens: peso menor que a pesquisa; meio de aprendizagem; benefícios para a sociedade; meio de aproximação entre universidade e

sociedade; transformadora; integralizadora; e articulação do ensino com a pesquisa. Cada qual lembrado por apenas um coordenador de projeto.

Chamou-nos a atenção a ausência do termo “diálogo” nas respostas dos coordenadores, o que torna-se compreensível quando temos em 100% das respostas a presença do termo transmissão/aplicação do conhecimento científico, termo este que corrobora com o pensamento de Freire (1983) de que “a teoria implícita na extensão é uma teoria antidialógica”(1983: 26), incompatível então com a dialogicidade.

A antidialogicidade e a dialogicidade se encarnam em maneiras de atuar contraditórias, que, por sua vez, implicam em teorias igualmente inconciliáveis.

Estas maneiras de atuar se encontram em interação; umas no quefazer antidialógico; outras, no dialógico.

Deste modo, o que distingue o quefazer antidialógico não pode ser constitutivo de quefazer dialógico, e vice-versa. (FREIRE, 1983: 26)

Por sua vez, o termo diálogo esteve presente nas respostas dos dois gestores de extensão ouvidos por esta pesquisa, o pró-reitor de extensão da UFPE e o coordenador setorial de extensão do CAA. O professor Fernando Nascimento, coordenador de extensão do CAA, compreende a extensão como “uma tentativa de um diálogo transformador com a sociedade. Um diálogo franco e aberto. O que pressupõe obviamente uma escuta, não deveria existir extensão sem uma escuta das reais necessidades locais”.

Já a compreensão de extensão do Pró-reitor de Extensão da UFPE, professor Edilson Fernandes, segue um pouco, como ele próprio afirma, a orientação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Para o Pró-reitor, a extensão universitária “tem como princípio a transformação da sociedade a partir da compreensão dos problemas da sociedade. E também a transformação da universidade na medida em que a universidade realiza essas reflexões e realiza essa intervenção”. Para tanto, o pró-reitor afirma que há um componente importante nesse processo, que é a ‘prática de saberes’.

o saber produzido dentro da universidade, especialmente o conhecimento científico, no momento em que é aplicado ou desenvolvido na própria sociedade, na relação com os problemas sociais, esse saber científico é revisto, como uma forma de retroalimentá-lo. Ele recebe outros componentes que acabam por alterar esse conhecimento produzido na universidade. Como mão dupla, nós temos também os conhecimentos produzidos por diferentes camadas sociais, diferentes segmentos sociais, os conhecimentos populares por exemplo. E esses saberes, na medida em que eles vêm para a universidade, eles também são refletidos aqui na nossa instituição e conseqüentemente ele é reelaborado. Ou seja, são práticas de saberes produzidas na universidade e práticas de saberes produzidas na sociedade,

nas camadas populares, então essa troca de saberes mantém muito viva a extensão na universidade. (FERNANDES, Pró-reitor de Extensão da UFPE)

A concepção do Pró-reitor vai ao encontro da definição de *ecologia de saberes*, de Boaventura de Souza Santos (2010).

A ecologia de saberes são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes. (2010: 75-77)

No entanto, o pró-reitor afirma que chegar a este estágio ainda é um desafio para a UFPE, que nessa via de mão dupla a Universidade ainda está em apenas uma das mãos, que é a de levar o conhecimento produzido na Universidade para a sociedade.

a UFPE está em um caminho, que é o saber produzido dentro da instituição e como esse saber vai até diferentes segmentos sociais na perspectiva de alterar velhas práticas, na perspectiva de alterar por exemplo os problemas sociais. Ou seja, nós estamos em apenas uma das mãos. Estamos indo até a sociedade. A mão contrária, ou seja, o conhecimento produzido na sociedade, de modo geral, em particular pelas camadas populares, este conhecimento ainda está por chegar aqui na universidade. Eu acho que o nosso grande desafio é fazer com que algumas práticas culturais, práticas sociais que são desenvolvidas, elas cheguem até a nossa universidade e possam de alguma forma alterar um pouco até a nossa forma de enxergar o mundo, então talvez seja o nosso grande desafio trazer pra cá o conhecimento popular. (FERNANDES, Pró-reitor de Extensão da UFPE)

Podemos concluir que este relato do Pró-reitor reflete a realidade da UFPE, uma vez que a unanimidade dos coordenadores em compreenderem a extensão como aplicação e/ou transmissão do conhecimento produzido na universidade nos leva a concordar com o Pró-reitor quando diz que “os conhecimentos produzidos pela sociedade ainda estão por chegar à universidade”.

Desta forma, tanto a citação do termo transmissão/aplicação do conhecimento científico na totalidade das respostas dos coordenadores, quanto a ausência, também em sua totalidade, do termo diálogo; assim como a compreensão do Pró-reitor de Extensão da UFPE de que a Universidade ainda está em apenas ‘uma das mãos’ nessa via de mão dupla; nos leva a confirmar nossa suposição de que as ações de extensão não se traduzem necessariamente em diálogos com a comunidade.

É dentro desse contexto que investigamos a relação dos coordenadores com as respectivas comunidades ‘beneficiadas’. Nesse sentido, ao serem questionados se houve um

contato inicial, antes da elaboração do projeto de extensão, todos eles afirmaram que sim, que a comunidade foi procurada no intuito de “tentar diagnosticar os principais problemas na visão deles” (GUEDES, Coordenador do projeto Bireau de Design; Intervenção no Alto do Moura).

Embora todos tenham afirmado terem escutado a comunidade antes de elaborar o projeto de extensão, a participação de membros da comunidade na elaboração não aconteceu em nenhum dos projetos pesquisados. A principal questão colocada pelos coordenadores para essa não participação foi a questão do tempo para a submissão do projeto. Ou seja, os coordenadores acreditam, ou acreditaram, que a participação de membros da comunidade na elaboração do projeto iria demandar uma quantidade maior tempo, o que impossibilitaria de a equipe submeter o projeto em tempo hábil.

Ao serem questionados se algum membro da comunidade foi inscrito como membro da equipe extensionista no SIEX ou SIGPROJ, a totalidade dos coordenadores afirmaram que não, que a equipe extensionista era formada apenas pela comunidade interna à universidade, ou seja, docentes, técnicos-administrativos e discentes. Sobre este assunto, o professor Eduardo Barbosa, coordenador do projeto Inventário fotográfico do Barro, deu o seguinte depoimento:

Eu sinceramente na época não sabia, nem tinha pensado nessa possibilidade, de você ter um membro da comunidade como extensionista, que é uma coisa muito boa né, Inclusive você cumpre o papel de trazer o cara pra cá também, traz o cara pra universidade, não é só a universidade tá lá, tem que ter essa via de mão dupla. (BARBOSA, Coordenador do projeto Inventário Fotográfico do Barro)

Sobre o aproveitamento dos conhecimentos dos membros da comunidade durante o desenvolvimento do projeto, todos os coordenadores afirmaram ter aproveitado os conhecimentos, inclusive modificando o projeto sempre que necessário e em virtude desses conhecimentos. Nesse sentido registramos o depoimento do coordenador do projeto Inventário Fotográfico do Barro, professor Eduardo Barbosa:

Mestre Genaro, lá do Alto do Moura, foi ele quem recebeu o pessoal do projeto, e começou a falar do que era o artesanato do barro. Quando eu cheguei lá, reformulei o projeto depois que ele deu essa aula pra gente. Eu disse, gente, a gente não vai tá mais atrás de artesanato ‘x’ ou ‘y’ não. A gente vai falar da cadeia produtiva do artesanato do barro, que a coisa tá aí, a riqueza tá nisso, vamos falar do processo todo. (BARBOSA, Coordenador do Projeto Inventário Fotográfico do Barro)

Registramos também o relato do presidente da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (ABMAM), Seu Severino, o “Biu da Associação”, ao ser

questionado sobre essa participação da comunidade nos projetos. Importante destacar que a ABMAM foi a associação sofreu intervenção direta do projeto de extensão Bureau de Design: Intervenção no Alto do Moura.

Eles participavam de nossas reuniões. Tudo era decidido nas reuniões. Eles traziam a proposta, quando a gente não gostava, eles refaziam e mostravam de novo. Se a gente continuasse sem gostar, eles faziam de novo, até a gente aprovar. Foram muitas reuniões. (“Biu da Associação”, Presidente da ABMAM)

Porém, mesmo com essa participação da comunidade através de reuniões, percebemos em nossas visitas à ABMAM que há uma certa frustração em virtude da não continuidade do projeto Bureau de Design: Intervenção no Alto do Moura, principalmente no que refere-se ao manuseio do sítio eletrônico que foi desenvolvido e colocado “no ar” durante o desenvolvimento do projeto.

O pessoal fez o site, nós gostamos muito. Mas o projeto acabou, eles nos deram a senha, mas nós não sabemos manusear. Então tem algumas informações no site que estão erradas, tem peças que é de um mestre e no site aparece como sendo de outro mestre e a gente não pode mudar porque não sabe mexer. O site fica desatualizado, com informações antigas, e a gente não sabe atualizar. Falei com Renata [professora integrante do projeto] pra mandar alguém aqui pra nos ensinar e ela me falou que teria que aprovar outro projeto para que isso fosse possível. (DANIELA, Secretária da ABMAM)

Percebemos então que há deficiências nesse contato universidade/comunidade que precisam ser superadas, e acreditamos que somente com o “diálogo franco e aberto”, como expôs professor Fernando Nascimento, podemos superá-las.

Ainda sobre esse assunto, o coordenador do projeto Cordéis Animados, professor Marcos Buccini, acredita que estes diálogos ainda são superficiais, que as comunidades podem contribuir bem mais.

A gente ainda tem um contato muito breve com as pessoas. Existe esse diálogo, mas ainda é muito pouco pro q eu acho q poderia ser. Eu acho q a gente poderia trazer mais essas pessoas pra participar da produção e dar opinião, por que senão fica uma coisa muito superficial. (BUCCINI, Coordenador do projeto Cordéis Animados)

Perguntados se os projetos conseguiram transformar a realidade encontrada, os coordenadores dos projetos Inventário Fotográfico do Barro e Cordéis Animados alegaram não ser essa a pretensão de seus projetos, mas que os mesmos estavam conseguindo seus propósitos, que é divulgar a cultura local. Já o coordenador do projeto Amigos do Meio Ambiente alegou que a resposta para essa pergunta ainda depende de uma avaliação que está prestes a ser realizada. E o coordenador do projeto Bureau de Design afirmou que não

conseguiu realizar tudo que estava no projeto, mas que conseguiram dar algumas contribuições para a comunidade. Sobre a importância dessas contribuições, o coordenador afirmou que:

Uma das coisas que a gente vem percebendo nesse trabalho no Alto do Moura é que boa parte dos filhos dos artesões não se interessam em dar continuidade ao trabalho dos pais, e boa parte dos pais artesões não querem que os filhos sigam aquele mesmo caminho. Então estimular essa produção do artesanato no Alto do Moura, ou seja, criar uma atmosfera que faça com que esse conhecimento continue sendo passado de pai pra filho e que isso se prolongue por mais tempo, sim, vai trazer um benefício para o patrimônio cultural da Feira, porque no momento que esses produtos deixarem de ser produzidos, de estarem presentes na feira, uma parte da Feira também vai perder o seu valor. (MANOEL GUEDES, Coordenador do Projeto Bireau de Design: Intervenção no Alto do Moura)

Em relação à utilização dos conhecimentos não científicos existentes nas comunidades dentro da universidade, os coordenadores foram unânimes em responder que os utilizaram. Porém percebemos que este aproveitamento ocorre de forma superficial, onde o conhecimento não científico serve apenas como exemplo em aulas, ou em apresentações em congresso, como se fosse algo exótico. Não há a sistematização deste conhecimento. Ou seja, este aproveitamento não acontece como desejam o FORPROEX ou o Pró-reitor de Extensão da UFPE, no sentido de que “no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento” (FORPROEX, 200/2001).

Quanto às facilidades, a receptividade das pessoas e o respeito ao nome da UFPE foram apontados pelos coordenadores como os principais facilitadores para a realização das ações extensionistas.

Ao serem questionados sobre a extensão no CAA, os coordenadores dos projetos apontam algumas ações que julgam necessárias para a consolidação da extensão neste centro acadêmico:

- ✓ Necessita de ampliação da participação dos docentes;
- ✓ Necessita de estruturação;
- ✓ Necessita de plano estratégico;
- ✓ Necessidade de trabalho de administração das atividades.
- ✓ Necessita de incentivos;

Afora essas necessidades e as demandas levantadas pelo coordenador setorial de extensão, expostas anteriormente, todos os entrevistados, tanto os gestores quanto os coordenadores, concordam que a extensão no CAA é promissora, tem grande potencial.

Diante do exposto, podemos traçar um perfil da extensão universitária no Centro Acadêmico do Agreste. Trata-se de uma atividade promissora, com grande potencial, mas que precisa superar várias dificuldades, principalmente de ordem estrutural. É necessário também um maior engajamento dos seus docentes, que têm como concepção de extensão a aplicação e/ou transmissão do conhecimento científico sobre a comunidade, afastando-se assim do diálogo entre os saberes científico e não científico.

No que se refere à preservação do patrimônio cultural existente na região, o pequeno número de projetos preocupados com essa temática reflete a não preocupação do CAA com o patrimônio cultural e, em especial, a Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural imaterial brasileiro. Esta não preocupação se dá possivelmente por grande parte dos docentes do CAA não serem originários de Caruaru, fato que não os levam a ter interesse por este patrimônio.

Esta breve descrição da extensão no CAA nos possibilita responder à nossa pergunta central: Desenvolve o Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco diálogos com a comunidade, através de ações extensionistas, acerca da preservação da Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil?

A resposta é não, o CAA ainda não desenvolve ações extensionistas voltadas para a preservação da Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil; e as poucas experiências existentes nesse sentido não nos permitem afirmar que essas ações significaram diálogos com as comunidades.

4.2. Proposições à UFPE e ao CAA

O fato de nossa pesquisa se enquadrar como uma pesquisa intervencionista, pois tem o interesse de “aprofundar o conhecimento compreensivo de um problema a fim de orientar a ação de quem procura soluções para este problema (...) e na proposição de ações saneadoras dos problemas estudados” (CHIZZOTTI, 2008:77); e o fato de estarmos em um Curso de Mestrado Profissional, que tem como um dos objetivos “contribuir para a melhoria da gestão pública visando ao desenvolvimento regional” (UFPE, 2010: Art. 1º, c) nos obriga a apresentar proposições que visem contribuir com a melhoria do desenvolvimento das atividades de extensão na UFPE e, em particular, no CAA; assim como apresentar proposições que contribuam para um aumento de ações de extensão voltadas para a preservação do patrimônio cultural do Agreste pernambucano.

Dividimos então as proposições em duas partes: a primeira, voltada para a UFPE; e a segunda, voltada para o CAA.

4.2.1. Proposições à UFPE

Percebemos que a maior dificuldade para a existência de um diálogo entre Universidade e comunidade antes mesmo da elaboração do projeto de extensão é a limitação de tempo, pois quando um edital é divulgado, segundo os professores, o tempo para submissão não permite que os diálogos sejam desenvolvidos. Diante disso, propomos:

- ✓ Lançamentos de pré-editais, de tal forma que permitam aos extensionistas o desenvolvimento de diálogos com a comunidade antes da elaboração do projeto; e que esse tempo destinado ao diálogo possa ser contado como atividade de extensão.
- ✓ Tornar o diálogo uma exigência, inclusive explicitando critérios de diálogo que devam ser obedecidos pelos extensionistas.
- ✓ Ampliar e consolidar a participação de membros da comunidade na equipe extensionista, incluindo-os como membros da equipe no SIGPROJ, inclusive com poder de decisão quanto à elaboração, desenvolvimento e avaliação do projeto, definição de objetivos, alterações, destinação dos recursos, etc.
- ✓ Criar equipes para visitação às comunidades “beneficiadas”, a fim de verificar o cumprimento dos critérios exigidos para a realização do diálogo.

Os recursos limitados foi uma queixa geral dos coordenadores de projetos e pelo coordenador setorial de extensão do CAA. Diante disso, propomos:

- ✓ Que a UFPE proponha ao MEC a criação de órgão de fomento exclusivo para a extensão.
- ✓ A previsão de rubrica para material permanente nos editais;
- ✓ A possibilidade da instituição de “consórcios” de projetos, quando estes tratarem do mesmo tema ou da mesma comunidade.

A desvalorização da extensão universitária perante o ensino e a pesquisa foi citada como a principal causa do não engajamento dos docentes nas atividades extensionistas. Diante disso, propomos:

- ✓ Estabelecer paridade entre ensino, pesquisa e extensão na pontuação usada para progressão profissional dos docentes;

- ✓ Considerar a participação de servidores técnico-administrativos em ações de extensão como válida para progressão por capacitação;
- ✓ Tornar as atividades de extensão vinculadas à estrutura curricular dos cursos de graduação de tal forma que parte da carga horária complementar só possa ser cumprida através de tais atividades.

Visando incentivar iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio cultural, propomos:

- ✓ Induzir as ações para temas estratégicos que a PROEXT julgar importante, através de incentivos como maior financiamento e maior pontuação na progressão docente, incluindo o tema patrimônio cultural entre os temas estratégicos;
- ✓ Abrir uma linha específica para o patrimônio cultural, com lançamentos regulares e perenes de editais específicos.

4.2.2. Proposições ao CAA

Percebemos que a queixa principal da coordenação setorial de extensão universitária do CAA e dos coordenadores dos projetos investigados foi em relação à infraestrutura. Diante disso, propomos:

- ✓ Disponibilizar um espaço com toda a infraestrutura necessária (birôs, condicionador de ar, armários, computadores e impressoras, internet, telefone, etc.) para o funcionamento da Coordenação Setorial de Extensão do Centro;
- ✓ Disponibilizar no mínimo 01 servidor técnico-administrativo para atuar na Coordenação Setorial de Extensão do Centro;
- ✓ Regularizar os serviços de internet e telefone no Centro.

Percebemos que há uma desmotivação dos docentes do CAA quanto à realização de atividades de extensão em Caruaru e região. Diante disso, propomos:

- ✓ Promover, juntamente com a PROEXT, atividades que divulguem os valores culturais, que apresentem a sociedade civil de Caruaru e região, que tragam demandas dessa sociedade aos docentes do CAA, a fim de conscientizá-los da importância de realizar atividades de extensão na região;
- ✓ Priorizar a utilização da estrutura da coordenação de extensão do CAA aos projetos desenvolvidos na região.
- ✓ Estabelecer critérios de controle que garantam a execução de ações de extensão por

parte dos docentes.

Percebemos também que há uma desmotivação dos docentes do CAA quanto à realização de atividades de extensão em relação à preservação do patrimônio cultural da região. Diante disso, propomos:

- ✓ Promover atividades que conscientizem os docentes e servidores técnico-administrativos da importância do patrimônio cultural e de sua preservação;
- ✓ Promover atividades que apresentem o patrimônio cultural da região e as comunidades detentoras desses patrimônios aos docentes e servidores técnico-administrativos.

Acreditamos que essas proposições possam de alguma forma contribuir para o fortalecimento da extensão na UFPE e no CAA em particular, e também contribuir para que as ações extensionistas possam, de forma plena, transformarem-se em práticas de diálogos com as comunidades; assim como contribuir para que o CAA possa ampliar e efetivar as ações extensionistas voltadas para a preservação do patrimônio cultural existente na região, em especial a Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos no desenrolar deste trabalho que a prática do diálogo entre a UFPE e os demais setores da sociedade é um desafio que a Universidade deverá transpor. Para tanto, a extensão universitária, desde que baseada na troca de saberes, no diálogo entre os diversos tipos de conhecimento, torna-se imprescindível nesta tarefa de aproximação.

Foi com o intuito de responder à pergunta central deste trabalho - se o Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco desenvolve diálogos com a comunidade, através de ações extensionistas, acerca da preservação da Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil? – que chegamos à conclusão que não, que este diálogo ainda não é uma constante na Universidade.

Dessa forma, entendemos que os resultados encontrados nesta pesquisa, que teve como objetivo geral analisar as ações extensionistas desenvolvidas pelo Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, formulando proposições que propiciem o diálogo entre a Universidade e os demais setores da sociedade, com vistas à promoção e proteção da Feira de Caruaru, enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil; mostraram que nossa suposição inicial de que a prática do diálogo ainda não é encontrada na totalidade e, porque não dizer, na maioria das ações extensionistas, estava correta.

Diante de um universo de 177 ações extensionistas, desde 2006, o ano de fundação do CAA, até 2011, identificamos um total de 04 projetos que tinham, dentre seus objetivos, a preocupação com a preservação e/ou a promoção do patrimônio cultural da região, em especial, a Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil. Os projetos identificados foram: Amigos do Meio Ambiente: Formação de Agentes Ambientais; Bureau de Design: Intervenção no Alto do Moura; Inventário Fotográfico do Barro; e Cordéis Animados.

Analizamos também os fatores facilitadores e os dificultadores para a realização das ações extensionistas destinadas à promoção e preservação da Feira de Caruaru. Dentre as facilidades, as mais encontradas foram a receptividade das comunidades; e o respeito que se tem pela UFPE. Já dentre as dificuldades, as que mais foram motivos de queixas foram a falta de estrutura física para o funcionamento de uma coordenação de extensão no CAA; a limitação dos recursos financeiros; e o desinteresse, o não engajamento dos docentes nas atividades extensionistas.

Também tentamos compreender se as ações extensionistas traduziam-se em diálogos com a comunidade. Percebemos que ainda há, entre os docentes, a visão de que a extensão

tem como objetivo a aplicação, a transmissão do conhecimento produzido na Universidade sobre as comunidades, o que reflete uma imposição do conhecimento científico, e não numa prática de diálogo, de troca de saberes.

Objetivamos também formular proposições ao CAA/UFPE no sentido de contribuir de alguma forma com a ampliação do diálogo da Universidade com os demais setores da sociedade com o propósito de promover e proteger o patrimônio cultural imaterial do Brasil existente na região, a Feira de Caruaru. Nesse sentido trouxemos algumas proposições para a PROEXT e para o CAA no sentido mesmo de fortalecer a extensão universitária na UFPE e no CAA e, em particular, de ampliar e efetivar ações de extensão no CAA que tenham como pano de fundo a preservação do patrimônio cultural existente na região, em especial a Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil

Diante do exposto, percebemos que a prática do diálogo é, acima de tudo, uma opção, depende da vontade de dialogar da equipe extensionista; e não uma prática já consolidada pela UFPE. E que o patrimônio cultural existente na região onde atua o CAA é uma fonte infindável de objetos de pesquisa e de intervenção da Universidade, e que esta fonte infindável tem que ser melhor aproveitada. Para tanto, necessita-se de uma conscientização dos docentes e servidores técnico-administrativos do CAA sobre a importância de desenvolverem trabalhos na região e visando a preservação desse patrimônio.

Por fim, entendemos esse trabalho apenas como um ponto de partida; e esperamos que ele possa servir como indutor, como provocador para que novas pesquisas possam surgir com o intuito de investigar esse patrimônio cultural que é tão rico na região do Agreste pernambucano.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. Campinas: Autores Associados. 2004. 3ªed. (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56).
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo. Brasiliense, 2007.
- BRASIL, **Projeto de Lei 7200/2006. Anteprojeto de Reforma da Educação Superior**. Brasília, 2006. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=402692&filename=PL+7200/2006. Acesso em 20/10/2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551**. Brasília, 2000.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 12.343**. Brasília, 2010.
- BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.
- BRASIL, Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: 2011.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador: 2007.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. *Dados* [online]. 2003, vol.46, n.1, pp. 153-193. ISSN 0011-5258.
- CARTA DE GOIÂNIA. **1º ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL**, Goiânia: 2003.
- CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Sociedade e educação patrimonial**. In: www.revista.iphan.gov.br. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=13226&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>. Acesso em 10 ago 10.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**, São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo. UNESP, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 2ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 42(5):829-74, set/out. 2008

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: Aportes metodológicos**. 3ª Ed. Campinas: Papirus, 2006.

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. **Memórias de Família: A costura de vestuário e outros ofícios em Caruaru-PE**. Iluminuras, v.13, n.30, p. 218-235, jan/jun. Porto Alegre, 2012

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.

_____. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro. Lamparina, 2009.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS e SESU/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição atualizada**. Brasil, 2000/2001.

FRATINI, Renata. **Educação Patrimonial em arquivos**. Revista Histórica. ed. nº 34. São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo. Paz e Terra, 10ª ed., 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 7ª ed., 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª ed. 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de Educação Patrimonial**. IPHAN. Brasília, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer nº 005/06 – DPI. Processo nº 01450.002945/2006-24 – Registro da Feira de Caruaru/PE**. Brasília, 2006a.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Certidão de Registro da Feira de Caruaru no Livro de Registro dos Lugares**. Brasília, 2006b.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê Feira de Caruaru/PE:** Inventário Nacional de Referência Cultural. Brasília, 2006c.

JAEGGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego.** São Paulo. Martins Fontes. 4ª ed. 2003.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. vii, 99 p.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Educação Patrimonial: Uma Análise Conceitual – II Encontro Cidades Novas – A Construção de Políticas Patrimoniais.** UniFil. Londrina, 2009.

MELO, Jowânia Rosas de. **A extensão universitária na UFPE: uma análise sobre a produção extensionista na perspectiva docente 2004-2009** (Dissertação de Mestrado). UFPE, 2010.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Princípios básicos de proteção ao patrimônio cultural.** In: MIRANDA, MPS. ARAÚJO, GM. ASKAR, JA (orgs). **Mestres e Conselheiros:** Manual de atuação dos agentes do Patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. Et al. **O Ensino de História e a educação Patrimonial. Uma Experiência de Estágio supervisionado.** Revista da UFG. V. 07, nº 02, dez. 2005. Disponível em WWW.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/V-historia.html

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez. 2011. 3ªed.

PARADA, Eugenio Laheda. **Política y políticas públicas.** In: SARAIVA, Enrique. FERRAREZI. Elizabete (Orgs.). **Políticas públicas; coletânea.** Brasília: ENAP, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Spink, Peter Kevin (Orgs). **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado.** Brasília: MARE/ENAP, 1996.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988.** In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar.** São Paulo: Roca, 2006. p.9-15.

SÁ, Márcio. **A interiorização das IFES no Brasil e a pesquisa social: Um relato do Agreste pernambucano.** XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). Recife: 2011.

SÁ, Márcio. **Feirantes: quem são e como administram seus negócios.** Recife: Ed. Universitária UFPE. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade.** São Paulo: Cortez, 2010. 3ª ed.

_____. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006. 2ª ed.

_____. **Para um Novo Senso Comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. 1. **A Crítica da Razão Indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2007. 6ª ed.

_____. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005. 10ª ed.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Apresentação.** In: A universidade na encruzilhada, Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília, Ministério da Educação, 2003.

TREVISOL, Joviles Vitório. **A universidade e o desenvolvimento regional: subsídios para conceber as políticas de extensão e de pesquisa da UFFS.** 2010. Disponível em <http://www.uffs.edu.br/>. Acesso em 02 nov 2010.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Estatuto.** Disponível em http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=177&lang=pt. Acesso em 03 nov 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Regimento Interno do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste e Estrutura Curricular Stricto Sensu.** B. O. UFPE. v. 45. nº 81 Especial. Pág 01 – 15. Recife, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução CCEPE nº 9/2007.** Disponível em <http://www.ufpe.br/proext/images/Legislacoes/R09-2007.doc>. Acesso em 03 nov 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009/2013.**

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

APÊNDICE 1

Roteiro de Entrevista Mestrado

Prezado (a) professor (a). Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa intitulada FEIRA DE CARUARU, PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO BRASIL, E AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DESENVOLVIDAS PELO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE DA UFPE, de orientação da Profª Drª Emanuela Souza Ribeiro. Previamente foram selecionados, dentre os diversos projetos de extensão cadastrados no SIEX e no SIGPROJ desde o ano de 2006 até o ano de 2011, aqueles que tenham ou possam ter alguma relação, direta ou indireta, com a Feira de Caruaru. Nesse sentido, gostaríamos de lhe informar que o Projeto _____, do qual o (a) senhor (a) foi ou é coordenador (a), foi um dos selecionados. Dessa forma, solicitamos sua gentileza em contribuir com esta pesquisa respondendo às questões que se seguem e retornando este e-mail com o formulário preenchido. Atenciosamente, Anselmo Mendonça Júnior Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

*Obrigatório

A Extensão Universitária, a partir da promulgação da Constituição de 1988, tornou-se uma das funções da universidade, indissociável do ensino e da pesquisa. Nesse sentido, qual a sua concepção sobre extensão universitária?*

Qual(is) do(s) item(ns) abaixo você acrescentaria em sua concepção de extensão?*

- ☐ a) Função de articulação entre a Sociedade e a Universidade
- ☐ b) Função que leva a Universidade ao cumprimento de sua missão social
- ☐ c) Função de prestação de serviço por parte da Universidade
- ☐ d) Função de politização da Universidade
- ☐ e) Função de alimentação/retroalimentação do ensino e da pesquisa
- ☐ f) Função de articulação do ensino com a pesquisa

- ☐ g) Função de promoção da interdisciplinaridade
- ☐ h) Função de transmissão do conhecimento produzido pela universidade
- ☐ i) Função de incentivo à produção cultural
- ☐ Outro

A ação extensionista que você coordena ou coordenou tem alguma relação (direta ou indireta) com a Feira de Caruaru?*

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, explique como se dá ou deu essa relação.

A ação que você coordena ou coordenou contribui de alguma forma com a preservação da Feira enquanto patrimônio cultural?*

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, explique de que forma se dá ou se deu essa contribuição.

Você acredita que a UFPE tem responsabilidade para o desenvolvimento da Feira de Caruaru enquanto atividade econômica? Por que?

Você acredita que a UFPE tem responsabilidade para a preservação da Feira de Caruaru enquanto patrimônio cultural? Por que?*

Houve diálogo com a comunidade antes da elaboração do projeto?*

- ☐ Sim

☐ Não

Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, explique como se deu esse diálogo, de quem foi a iniciativa. Caso tenha sido negativa, explicita quais as dificuldades que não permitiram o diálogo.

A comunidade beneficiada participou da elaboração do projeto?*

Sim

☐ Não

Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, explique de que forma se deu essa participação. Caso tenha sido negativa, explicita quais as dificuldades que não permitiram a participação.

Algum membro da comunidade esteve ou está inscrito como membro da equipe extensionista?*

☐ Sim

☐ Não

Caso a resposta tenha sido afirmativa, indique qual a função do (a) participante na equipe. Caso tenha sido negativa, explique o porquê de não haver esse participante.*

Os saberes da comunidade (conhecimento não-científico) foram levados em consideração durante o desenvolvimento do projeto?*

☐ Sim

☐ Não

Caso a resposta tenha sido afirmativa, explique como se deu esse aproveitamento e quais saberes foram levados em consideração. Caso tenha sido negativa, explique o porquê do não aproveitamento.

A ação extensionista conseguiu transformar a realidade encontrada?*

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta tenha sido afirmativa, explique de que forma se deu essa transformação. Caso tenha sido negativa, explique o porquê.*

A equipe extensionista trouxe, para a universidade, o conhecimento produzido pela comunidade?*

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta tenha sido afirmativa, explique de que forma esse conhecimento foi utilizado. Caso tenha sido negativa, explique o porquê da não utilização.*

Gostaria de expressar alguma impressão/opinião sobre a sua relação com os saberes não acadêmicos.

Quais as principais facilidades e dificuldades encontradas para o desenvolvimento da ação extensionista?

Em qual/quais dos itens abaixo você acrescentaria às suas principais dificuldades encontradas?*

- ☐ a) Limitação de recursos financeiros
- ☐ b) Desvinculação com a estrutura curricular
- ☐ c) Limitação de pessoal especializado

- ☐ d) Desinteresse da comunidade interna
- ☐ e) Baixa prioridade na universidade
- ☐ f) Desinteresse da comunidade externa
- ☐ Outro

Os recursos infra-estruturais indicados abaixo foram suficientes para o desenvolvimento da ação extensionista?*

	Sim	Não
Salas	☐	☐
Veículos	☐	☐
Aparelhos de informática	☐	☐
Internet	☐	☐
Telefone	☐	☐

Você precisou ou sentiu falta de outros recursos de infra-estrutura? Quais?*

Existiram recursos financeiros destinados à atividade de extensão?*

- ☐ Sim, advindos do orçamento da IES
- ☐ Sim, advindos de convênios externos
- ☐ Não
- ☐ Outro

Existiram bolsas para discentes vinculados à atividade de extensão?*

- ☐ Sim
- ☐ Não

As bolsas foram suficientes?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Os recursos, de uma forma geral, foram suficientes? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a resposta tenha sido negativa, diga por que acredita que os recursos para a extensão são insuficientes?

Faça um breve comentário sobre a extensão universitária no CAA.*

APÊNDICE 2

TABELA PROJETOS DE EXTENSÃO DO CAA 2006 – 2011

ANO: 2006		
TIPO	TÍTULO	DESCRIÇÃO
Projeto	Aproximando a oferta e a demanda de serviços contábeis para as pequenas e médias empresas de Caruaru.	Ações de caráter educativo para aproximar a oferta (escritórios de serviços contábeis e contadores independentes) da demanda (pequenas e médias empresas da região de caruaru) para identificar possíveis descompassos entre a oferta e demanda de tais serviços.
Projeto	Caracterização das principais organizações da Sociedade civil do municípios de Caruaru	Identificar e caracterizar as principais organizações da sociedade civil do município de caruaru e organizar um debate com as organizações envolvidas sobre os principais resultados da caracterização, e também sobre o papel da UFPE - campus do Agreste na região.
Projeto	Ciclo de Seminários para Formação de Professores do Normal Médio: um olhar sobre o currículo na Região Agreste.	Constituir com os profissionais envolvidos um mapeamento das necessidades formativas dessa população, propiciando uma reflexão conjunta das possibilidades de ajuda da UFPE – Campus Agreste aos professores e conseqüentemente as escolas de educação básica participantes.
ANO: 2007		
evento	FEJAP - Festa da juventude universitária do agreste de Pernambuco	conjunto de eventos diversificados que pretende reunir a comunidade universitária da região para festejar, refletir e interagir.
evento	O mês do design	Não consta

projeto	Aplicando design em pequenos negócios	Não consta
projeto	Bureau de Design do CAA	Implantar o bureau e atender a demanda de design encontrada no Campus, apoiando ações de ensino, pesquisa e extensão do centro.
projeto	Centro de Inovação e Empreendedorismo do Agreste (CINE-Agreste)	Não consta
projeto	Criar e Implantar um Pólo de inteligência corporativa voltado ao atendimento das empresas do segmento têxtil da região do Agreste Pernambucano	Criar e Implantar um Pólo Consultivo de Inteligência Corporativa para atender as pequenas e médias empresas do segmento têxtil das cidades do Agreste pernambucano. Disseminar cultura de gestão de alto desempenho
projeto	Desenvolvimento e ajuste tecnológico no processo industrial das lavanderias do APL da confecção do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de tecnologia de tratamento de efluentes industriais de baixo custo e difusão para absorção pelo setor produtivo do arranjo produtivo local da confecção do agreste pernambucano
projeto	Desenvolvimento e Aplicação de Recursos Audiovisuais no Ensino de Física em Escolas Públicas	Elaboração de Material Audiovisual e Realização de Seminários.
projeto	Design colaborativo para artesãos produtores de mobiliário em Cipó	Esta proposta visa colaborar com artesãos produtores de mobiliário em cipó no Vitorino, distrito de Riacho das Almas.
projeto	Educação ambiental em comunidades do semi-árido visando a sustentabilidade socioambiental do armazenamento de águas de chuva em cisternas.	Promover desenvolvimento sustentável a partir de ações educativas sobre a captação, armazenamento e manuseio de água nas comunidades do semi-árido pernambucano que utilizam cisternas.
projeto	Formação Continuada para Professores de Matemática: avaliação da Aprendizagem	Este projeto se inscreve no domínio mais amplo do fortalecimento do Ensino Básico nas escolas brasileiras, particularmente, no que concerne a formação continuada de professores. Para tanto, escolhemos a temática da avaliação da aprendizagem em Matemática.

projeto	Imaginário Pernambucano Diagnóstico participativo para potencialização do artesanato do município de Passira	A equipe do Projeto Imaginário Pernambucano propõe atividades de diagnóstico para grupos de produção em cerâmica e bordado no município de Passira
projeto	Modelando sistemas informacionais virtuais	avaliar o potencial de pesquisa desta área do conhecimento identificar a necessidade de um aprofundamento a partir do mapeamento da atual situação dos sistemas informacionais dos sistemas de ecommerce pernambucanos.
projeto	Observatório dos movimentos sociais e da educação popular e intercultural no CAA	Implantar e dar início as atividades do Observatório dos Movimentos Sociais e da Educação Popular e intercultural no Centro Acadêmico do Agreste
projeto	Oficina de Ecodesign	Não consta
ANO: 2008		
Curso	O crepúsculo do dever: uma ética pós-moderna para uma sociedade pós-moralista.	fornecer um novo olhar sobre a ética que contemple: pensar o contingente, estudar a cultura da era das tecnologias e contato, da informação e da comunicação.
Curso	Oficina de técnicas em Resina	Qualificar os alunos do curso de design do centro acadêmico do agreste para a representação tridimensional de produtos e objetos visando disseminar as ações do núcleo de design com as instituições e empresas locais.
Evento	1ª Mostra de design e informação	Apresentar os resultados obtidos nos grupos de estudos de modelagem de sistemas organizacionais e a energia potencializando pequenos negócios
Evento	Oficina - Modelar - Geometria x Corpo x espaço	Realização da oficina "Modelar - Geometria x Corpo x Espaço" de conteúdo prático com finalidade de experimentação de novas técnicas de modelagem tridimensional para área de moda.
Evento	Seminário: Caminhos Para um Design Sustentável	objetiva reunir professores de Design para discutir os caminhos do design sustentável

		em um contexto global e local e integrar as experiências no ensino, pesquisa e extensão.
Evento	SUPER - Semana universitária de Pernambuco	Promover conhecimento de novas ferramentas e aplicações tecnológicas para melhor desempenho nas organizações com palestras, mini-cursos, cines debates, mesas redondas, oficinas, etc sobre empreendedorismo, administração e inovação.
Projeto	1º Ciclo interdisciplinar de palestras para o aprimoramento empresarial do Agreste Pernambucano	Realização do 1º ciclo interdisciplinar de palestras para o aprimoramento empresarial do Agreste Pernambucano
Projeto	A Identidade do Jeans Beneficiado no Agreste no Agreste de Pernambuco	Auxiliar na produção de moda e a confecção de artigos de jeans com um agregado valor; reforçando também os conceitos de sustentabilidade na Região.
Projeto	Bureau de Design do CAA	Renovação do bureau de design do CAA que presta serviços ao centro no desenvolvimento de projetos gráficos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela universidade.
Projeto	Capacitação Continuada de Dirigentes, técnicos, Militantes do MST-PE, Professores e Estudantes do CAA e Trabalhadores do Assentamento Normandia em Registro, Sistematização e Divulgação de Experiências	Reuniões quinzenais com Dirigentes, Técnicos, Militantes do MST-PE, trabalhadores do Assentamento Normandia em Caruaru, Professores e Estudantes do CAA para, num processo participativo, definir e executar as atividades.
Projeto	Capacitação e qualificação para gestores funcionários públicos	Ofertas de palestras, oficinas e cursos para gestores e funcionários públicos
Projeto	Design Colaborativo para artesões produtores de mobiliário em Cipó	Esta proposta visa colaborar com artesões produtores de mobiliário em Cipó do Vitorino, através de ações que partem de um design colaborativo.
Projeto	Divulgação de produção acadêmica da disciplina de Projeto de Moda para	Tem como objetivo inserir o aluno de Design no mercado de confecção em Caruaru.

	inserção do aluno no mercado.	
Projeto	Educando a animação	Capacitação de professores para planejamento e criação de animações e desenvolvimento participativo de curtas metragens com conteúdos escolares para uso nas salas de aula
Projeto	Elaboração e publicação das obras O Assentamento Normandia em Caruaru e educação Popular e Participação Social	Revisar, atualizar e preparar para publicação uma série de textos dispersos em revistas, anais, livros e acervo pessoal sobre Educação Popular e Participação Social
Projeto	Formação continuada para professores da Educação Básica sobre a Avaliação da Aprendizagem.	Promover um curso de atualização para professores da Educação Básica da rede pública estadual de ensino na região agreste, visando contribuir para a qualificação destes profissionais.
Projeto	Formação inicial e continuada de professores: uma proposta colaborativa entre a escola de educação básica e a universidade.	Este projeto é uma resposta às demandas educativas da região, que teve o seu nascedouro em 2006.
Projeto	Gestão Participativa da Reforma Agrária	Encontro mensal de 04 horas com servidores do INCRA - Pernambuco e 06 horas de estudo dirigido sobre questões surgidas nestes encontros mensais
Projeto	Iniciação Científica para o Ensino Médio: um desafio necessário aos jovens que transitam entre a educação básica e a universidade	O projeto se propõe a desenvolver atividades de aprofundamento de estudos com alunos do ensino médio e curso normal médio.
Projeto	Inserção de Design Social e Sustentável: ações colaborativas na Comunidade Vila Bonança, Caruaru – PE	Não consta
Projeto	Intervenção do design no processo produtivo e brinquedos educativos da Art-Gravatá	Desenvolvimento de uma nova intervenção da empresa Art-Gravatá, para continuidade das ações extensionistas desenvolvidas nos anos de 2005 e 2006.
Projeto	O design e a energia desenvolvendo soluções.	Promover mapeamento e o desenvolvimento de pesquisas e produtos,

		articuladas com ensino proporcionando a intervenção do design e da engenharia elétrica na geração de produtos inteligentes e auto-sustentáveis.
Projeto	Observatório dos Movimentos Sociais	Consolidação do Observatório dos Movimentos Sociais no Centro Acadêmico do Agreste da UFPE, em conjunto com organizações e os movimentos sociais da região que lutam por direitos humanos e justiça social.
Projeto	Políticas de Divulgação da Interiorização da UFPE no Agreste.	Divulgar o projeto de interiorização da UFPE no Agreste, por meio da interação com a comunidade, promovendo feiras de profissões e visitas às escolas de ensino médio.
Projeto	Pré-Acadêmico do Centro Acadêmico do Agreste	Implantar/consolidar o curso de pré-vestibular do CAA voltado para estudantes do ensino público da região.
Projeto	Oficinas para Empreendedores.	Através do oferecimento de diversas Oficinas, capacitar os dirigentes e associados de Organizações da Sociedade Civil, jovens e outros participantes de movimentos sociais e culturais que atuam em busca do desenvolvimento de uma Economia Solidária.
Projeto	Sistematização e publicação das experiências de ensino, pesquisa e extensão do observatório dos movimentos sociais	Sistematizar e publicar as experiências de ensino, pesquisa e extensão de professores e estudantes do CAA.
Projeto	Treinamento de Gestores e Funcionários para tratamento de efluentes gerados pelas lavanderias industriais de Caruaru.	Treinamento de gestores e funcionários de lavanderias industriais de caruaru em proteção do meio ambiente e operação de estação de tratamento de efluentes.
Projeto	Workshop em Técnicas de Representação 3D - Práticas em Desenvolvimento de Produtos	realizacao de workshops de representacao tridimensional para os alunos de terceiro e quarto periodo do curso de design do centro academico do agreste

ANO: 2009		
Cursos	Introdução ao Design de Interiores Residenciais	Curso de curta duração, ofertado aos alunos do Curso de Design do Centro Acadêmico do Agreste, tendo como objetivo principal expor noções essenciais para elaboração de projeto de interiores residenciais.
Cursos	Formação de professores do Estado de Pernambuco para o Programa Projovem Campo - Saberes da Terra	Formar Formadores para atuar no Programa Projovem Campo - saberes da terra. Tem como eixo principal a agricultura familiar e a sustentabilidade. Visa formar e instrumentalizar os educadores de jovens do campo.
Cursos	Sobre organizações e sociedades.	Curso de extensão universitária.
Cursos	Teorias e Técnicas de Processos Diferenciados	Visa qualificação de pessoas para o pólo de lavanderias industriais, cerca de 250 empresas de pequeno e médio porte, instalado no agreste de Pernambuco para a área de beneficiamento de confecção de jeans.
Cursos	Utilização de Refugos textéis provenientes das confecções na produção de bolsas artesanais	Formação em utilização de refugos textéis provenientes das confecções na produção de bolsas artesanais para alunos da UFPE, do SENAI e comunidade em geral, interessados em criar e desenvolver acessórios de moda.
Evento	2ª Mostra de design e informação	Apresentar os resultados obtidos nos grupos de estudos de modelagem de sistemas organizacionais e a energia potencializando pequenos negócios.
Evento	3ª Mostra de design e informação	Apresentar os resultados obtidos nos grupos de estudos de modelagem de sistemas organizacionais e a energia potencializando pequenos negócios.
Evento	4ª Mostra design e informação	Apresentar os resultados obtidos nos grupos de estudos de Design informacional: aplicando a informação em ambientes virtuais e lighting Design
Evento	Dia Internacional da animação Recife	Comemoração ao dia Internacinal da animação, a ABCA - associação Brasileira

	e Caruaru	de Cinema de animação promove nacionalmente uma mostra de curtas metragens brasileiros e estrangeiros.
Evento	Seminário de Economia Solidária para Caruaru e Micro-região	divulgar e estimular o debate sobre economia solidária no conjunto da sociedade de Caruaru e micro-região, identificando novos agentes que podem se tornar os parceiros de construção das políticas de economia solidária.
Evento	Seminário: Animação Brasileira: Estratégias, tendências e Oportunidades.	Promover a discussão sobre novos caminhos e potencialidades deste seguimento. Este seminário é a primeira atividade do pólo de produção de conteúdo cultural de Pernambuco.
Prestação de serviço	Apoio Técnico para Elaboração de Plano de Comunicação para o Tribunal Administrativo de Moçambique	Apoio Técnico à equipe do departamento de comunicação e imagem do Tribunal Administrativo de Moçambique (TA-MZ) para elaboração de plano de comunicação.
Programa	Ação no PROGRAMA SEGUNDO TEMPO DO AGRESTE/PERNAMBUCO/ASCES	É uma ação do Ministério dos esportes que visa democratizar de forma lúdica e interdisciplinar o acesso e conhecimento das atividades esportivas, do exercício da cidadania, das atividades relacionadas à saúde e de reforço escolar.
Projeto	Birô de Design do Agreste e intervenção no Alto do Moura	Estruturar um Birô de design e promover uma ação de 1 ano na comunidade do Alto do Moura
Projeto	Birô do Design do Agreste e Intervenção no Alto do Moura	Desenvolvimento de um birô de design com ações nas áreas de design gráfico, design de produtos, design de moda e áreas afins.
Projeto	Bureau de Design do CAA	Renovação do Bureau de Design do CAA que presta serviços ao centro no desenvolvimento de projetos gráficos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela universidade.
Projeto	Cineclube	Atividade que pretende unir pessoas para apreciação e debate de obras cinematográficas. a atividade cineclubista possui um caráter democrático e um

		compromisso cultural e ético.
Projeto	Cultura nas Quartas na UFPE	Promover e produzir arte e cultura em suas diversas formas de expressão; poesia, música, dança, literatura de Cordel, cantoria, artes plásticas, desenho, pintura, escultura, teatro, artesanato, feiras e palestras
Projeto	Cultura nas quartas na UFPE. Edital BEX 2009.	Contemplar atividades de fortalecimento de ações extensionistas com proposta de inclusão, enfocando o desenvolvimento conscientização da arte e cultura, através de expressões locais e de alunos do CAA.
Projeto	Diálogo, experiência e formação: os caminhos da filosofia no ensino médio do agreste.	O projeto se caracteriza pela peculiaridade de colocar em pauta o problema do significado da filosofia e do seu ensino no contexto da sua atual inserção nas três séries do ensino médio brasileiro.
Projeto	Elaboração de Manuais de Boas Práticas para sistemas construtivos à base de cimento Portland junto à empresa emblemática do Mercado de construção de Caruaru/PE	Debater problemas e buscar soluções comuns, integrando o conhecimento técnico-científico e execução prática, que culminem na elaboração de manuais de boas práticas para sistemas construtivos à base de cimento Portland.
Projeto	Formação Continuada para professores da Educação Básica sobre a avaliação educacional da aprendizagem (edital BEX 2009)	Promover um curso de atualização para professores da educação básica da rede pública estadual de ensino na região do agreste e municipal na cidade de Caruaru, visando contribuir para sua qualificação profissional.
Projeto	Inclusão Digital e interiorização do desenvolvimento - Análise econômica da Capacitação na área de tecnologia da informação em Caruaru-PE	Estudos de viabilidade econômica de uma capacitação em tecnologia da informação, com vistas à especificação da programação de cursos, em atendimento às demandas do mercado de trabalho
Projeto	Inventário Fotográfico do Barro: Mapeamento Visual dos Mestres artesãos do barro em Caruaru.	Pesquisa de campo que consiste no registro fotográfico do trabalho artesão dos mestres do barro em Caruaru.
Projeto	Modelando sistemas informacionais virtuais	O objetivo específico é dar continuidade na avaliação do potencial de pesquisa desta área do conhecimento identificar a necessidade de um aprofundamento a partir

		do mapeamento da atual situação dos sistemas informacionais.
Projeto	Modelando Sonhos: Integrando o artesanato e o Design para a construção de um município saudável em Barra de Guabiraba-PE	Identificação de elementos representativos da cultura material e imaterial do município de Barra de Guabiraba.
Projeto	O Design e a energia desenvolvendo soluções	Promover mapeamento e o desenvolvimento de pesquisas e produtos, articuladas com ensino proporcionando a intervenção do design e da engenharia elétrica na geração de produtos inteligentes e auto-sustentáveis.
Projeto	Observatório dos Movimentos Sociais	Consolidação do Observatório dos Movimentos Sociais no Centro Acadêmico do Agreste da UFPE, em conjunto com organizações e os movimentos sociais da região que lutam por direitos humanos e justiça social.
Projeto	Pré-Acadêmico SuperAção	Dar continuidade ao curso pré-acadêmico superação voltado para estudantes do ensino público da região do agreste / PE
Projeto	Programa de capacitação em Gestão Empresarial e Ambiental para a APL de Confeções do Agreste de Pernambuco	O programa em questão será composto por 03 projetos de extensão, que objetivam capacitar o público alvo nas áreas de gestão empresarial, gestão da produção e gestão ambiental.
Projeto	Responsabilidade sócio-ambiental e capacitação para a Administração Pública	Levantar questionamentos sobre os valores das práticas administrativas públicas e privadas. Desenvolvimento de mini-cursos e oficinas para a capacitação de administradores voltado à adm. com responsabilidade sócio-ambiental.
ANO: 2010		
Curso	Capacitação dos docentes do SENAI: História da moda aplicada ao design	Atualizar e aperfeiçoar pesquisadores e docentes da área de moda, história da moda e metodologia de ensino do design.
Curso	Contabilidade para tomada de	Visa conscientizar e orientar os micro e

	decisões empresariais	pequenos empresários para a importância das informações geradas pela contabilidade no processo de tomada de decisão.
Curso	Curso de Atualização em Design	Elaborado a partir do conteúdo definido MEC e usado pelo INEP na elaboração do Enade, o Curso de atualização em Design oferece aos alunos a oportunidade de conhecer os pontos principais da atual formação de nível superior.
Curso	Formação de professores do Estado de Pernambuco para o Programa Projovem Campo - Saberes da Terra	Formar Formadores para atuar no Programa Projovem Campo - saberes da terra. Tem como eixo principal a agricultura familiar e a sustentabilidade. Visa formar e instrumentalizar os educadores de jovens do campo.
Curso	Gestão de organização não governamental	Propiciar aos participantes adquirir capacidade de avaliação prévia das conveniências conjunturais e estruturais para a criação de uma ONG, fornecer conhecimentos dos princípios fundamentais para sua criação e capacitar para sua gestão.
Curso	I Curso de Atualização em Química do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE.	Realização do I Curso de Férias de Atualização em Química do CAA, voltado a oferecer à comunidade acadêmica das diversas instituições de ensino médio e superior em Química e cursos correlatos.
Curso	I CURSO DE EXTENSÃO EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL	O curso terá uma carga horária total de 110 h/a, efetivas através de seminários presenciais e à distância, com prazo de 11 semanas, sendo os encontros com duração de 02 semanas presenciais e à distância em 9 semanas.
Curso	Inglês com ênfase em economia e francês	Consiste na formação básica do conhecimento da língua inglesa e francesa direcionada para profissionais e estudantes de economia.
Curso	Introdução ao Design de Interiores Residenciais	Curso de curta duração, ofertado aos alunos do curso de design da ufpe no CAA, tendo como objetivo principal expor noções essenciais para elaboração de projeto de design de interiores residências.

Curso	Passarela Feneart - Oficina de construção e divulgação de produtos de moda.	Este projeto foi edificado com o propósito de aproximar os alunos da realidade local ainda no ambiente acadêmico, visando aprimorar o entendimento e reafirmar a importância do conhecimento teórico para a prática profissional.
Curso	Planejamento e métodos de estudo de caso: abordagem introdutória	Apresentar aos estudantes - por meio de uma abordagem introdutória – o método de estudo de caso.
Curso	Seminários Avançados em Gestão de Pessoas	Tem o objetivo de consolidar os conhecimentos em gestão de pessoas, capacitando os alunos a enfrentarem os novos desafios organizacionais.
Curso	Seminários Avançados em Pesquisa Operacional	Solidificar os conhecimentos adquiridos na área de métodos quantitativos pelos alunos do curso de administração apresentando aos mesmos software e ferramentas de apoio a decisão.
Evento	1ª Oficina de Criatividade em Barra do Guabiraba	A oficina propôs maneiras de enriquecer o repertório projetual a partir de requisitos e ideias provenientes dos próprios artesãos, estimulando a reflexão sobre relações entre a produção artesanal e a identidade local.
Evento	2º Evento do Núcleo de Pesquisa Sociedade, Cultura e Comunicação (SCC) em caruaru	Apresentar "A produção científica e atuação do SCC no Agreste",promover a palestra intitulada "A sociologia e as Ciências Sociais Aplicadas" e apresentar os resultados da pesquisa"Feirante,quem são? Como administram seus negócios
Evento	Administração é Ciência ou Arte?	O Evento marcou o início das atividades institucionais do Núcleo de pesquisa Sociedade Cultura e Comunicação (SCC)
Evento	ARS-IMAGÉTICA: DIÁLOGOS FOTOGRÁFICOS	Mostra fotográfica e projeções de slides que partem de três eixos de discussões teóricas: publicidade, arte e cultura
Evento	Desconstruindo o Buma-meu-boi: Exposição XI FENEART	Integrar a comunidade nas ações do setor de moda ocupando o espaço destinado à instituição de educação e formação de mão de obra específica em um evento que envolveu produção de

		conhecimento e exposição de trabalhos.
Evento	Divulgação do curso de design da UFPE/CAA no 2ª moda Recife	Divulgar o curso de design com ênfase em moda da UFPE-CAA, apresentar trabalhos desenvolvidos, grupos de estudo, estimular a participação de alunos em eventos científicos, conhecer instituições do setor de moda
Evento	Encontro de Práticas Pedagógicas Escolas e Universidade	Teve como objetivo a reflexão dos professores da Educação Infantil acerca de suas práticas pedagógicas, como também aproximar os estudantes do curso de pedagogia à realidade escolar dos municípios da região do agreste.
Evento	Estampando o verde e o bem estar	O projeto será desenvolvido junto a crianças matriculadas nas séries do ensino fundamental e visa à aplicação de desenhos, que , serão gerados a partir de elementos naturais como folhas, frutos, caules...para impressão em peças de vestuário.
Evento	Exposição sobre Economia Solidária na I Semana Municipal de Ciências e Tecnologia de Caruaru.	Divulgar e estimular o debate sobre economia solidária no conjunto da sociedade de Caruaru e microrregião na identificação de novos agentes que possam se tornar parceiros de construção das políticas de economia solidária.
Evento	Games e animação um novo mercado para o design	Palestra com o designer Rafael Sales sobre os assuntos animação 3D para jogos; como produzir uma série de animação para TV; e o estudo de caso do MMORPG " Shadow of Light".
Evento	I Seminário de educação do Agreste - Paradigmas, direitos humanos e educação: reflexões sobre a educação especial em tempos de inclusão	Educação inclusiva do Centro de Ciências do Agreste
Evento	II jornada de ensino pesquisa e extensão - II JEPEX	Atividades culturais, científicas e de extensão, no campus do Agreste, abertas a toda a comunidade.
Evento	Oficina cardeno de ilustrações	Promover um breve estudo dos instrumentos, materiais e processos de

	tipográficas	impressão tipográfica , ilustração manual baseada em metáfora gráfica e encadernação.
Evento	Palestra, Concurso Público, como preparar?	palestra com convidados sobre técnicas de estudo para concursos
Evento	Quintas de Moda	O objetivo deste evento é trazer ao Centro Acadêmico do Agreste profissionais e/ou acadêmicos da área de moda para relatar suas experiências de trabalho apresentando aos alunos as possibilidades de aplicação científica e de mercado.
Evento	Superfícies Com Design	Exposição de camisas e bolsas desenvolvidas pelos alunos da disciplina Design de Superfície realizada no pólo comercial de Caruaru.
Prestação de Serviço	Concurso de Design do Trofeu Jornal Extra	O objetivo principal da ação foi a realização do concurso de design destinado a profissionais e aos alunos dos cursos de design da região metropolitana.
Programa	Laboratório de Tipografia do Agreste	Implantação de um laboratório dedicado a preservação e divulgação de tecnologias, a geração de novas formas e apoio a pesquisas dedicadas ao universo tipográfico.
Projeto	A Atualização no Ensino das Ciências Naturais para as séries iniciais:resgatando a importância das ciências e tecnologias para a formação do cidadão crítico	Exposição, experimentação e discussão de conceitos teóricos fundamentais para a compreensão dos fenômenos da área de Ciências Naturais.
Projeto	A pesquisa e a produção de saberes no trabalho de professores dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas municipais de Caruaru.	Compreender através da pesquisa-ação, como pode se efetivar, no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental, o processo de sistematização dos saberes da prática docente a partir de um processo de orientação e acompanhamento.
Projeto	Animando Histórias	O projeto pretende pesquisas, roteirizar e produzir animações baseadas em histórias, contos, lendas e mitos da Região Nordeste, especialmente interior de Pernambuco. Além de incentivar a produção de novas histórias nesse contexto.

Projeto	Bibliografia Tipográfica	Criar uma página dinâmica na internet que seja capaz de reunir parte significativa da produção bibliográfica brasileira que aborde a tipografia.
Projeto	Bordadeiras de Passira - Identidade Cultural e fashion branding	Desenvolvimento e monitoração de planejamento e marketing estratégico para elaborar e executar ações em relação à produto, distribuição, comunicação e preço a partir do diagnóstico da identidade cultural de moda do bordado de Passira.
Projeto	Cine Física	O objetivo geral deste projeto é contribuir para despertar a curiosidade e aumentar o interesse de estudantes universitários e do Ensino Médio pela Física.
Projeto	Cineclube Aurora	O projeto pretende unir pessoas para apreciação e debate de obras cinematográficas. A atividade cineclubistas possui um caráter democrático, um compromisso ético.
Projeto	Cordeis Animados	O objetivo principal é difundir as histórias contadas pelos poetas populares do interior de Pernambuco. Preservando, assim, a memória cultural nordestinas.
Projeto	De Olho no Consumo: Estudos sobre Fenômenos de Consumo no Agreste Pernambucano	O principal objetivo (compromisso) é criar as bases fundamentais para a criação, no médio prazo, de um Núcleo de Estudos em Fenômenos de consumos, denominado "De Olho no Consumo".
Projeto	Diálogo com fabricos e facções rurais do município de Caruaru-PE em parceria com o instituto de pesquisa Agônômica - IPA com Intervenções no âmbito do Design de moda.	Diálogo com os fabricos e facções rurais do município de caruaru-PE e intervenção no ambito do design de moda por meio da interação entre professores, alunos de design e comunidades rurais, mediada pela Instituição de Pesquisa Agrônômica (IPA).
Projeto	Elaboração de Apostila de Geometria Gráfica a ser Utilizada por Alunos do Enisno Médio, como Bibliografia Complementar para o Ingresso no	Apostila que contemple conteúdos fundamentais de geometria gráfica, com o intuito de promover a boa compreensão das disciplinas no ciclo básico do curso de

	Curso de Design na UFPE- CAA	Design da UFPE-CAA.
Projeto	Estamparia como expressão da cultura e da arte Pernambucanas	Objetiva facilitar aos estudantes de design de moda e áreas afins, o embasamento teórico, perceptivo, exploratório pra o reconhecimento e construção de uma identidade composta pelos ícones representativos da cultura pernambucana.
Projeto	Introdução ao Cálculo Diferencial e Integral para Pré-Universitários	Este projeto constitui-se de duas grandes ações: a elaboração de um livro (ação principal) e o desenvolvimento de um curso (ação complementar).
Projeto	Metodologias de apoio a gestão de design e sua aplicabilidade no pólo de confecções do agreste pernambucano	Investigação dos produtos de moda e seus respectivos processos na região do agreste pernambucano, criando parcerias entre universidade e organizações.
Projeto	O papel do Design nas empresas de confecções do agreste pernambucano: uma parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a UFPE	Sensibilizar os participantes a cerca das nuances envolvendo a participação de Designers no desenvolvimento de projetos em empresas de vestuário localizadas no agreste pernambucano.
Projeto	O Sendes Gerando Soluções	O SENDES se propõe inserir conceitos de sustentabilidade, provocando a reflexão sobre as questões ambientais e tecnológicas na formação acadêmica dos seus discentes.
Projeto	Projeto de apoio a educação popular e comunitária: Uma experiência em Caruaru	Apóia atividades realizadas por organizações estatais e não-estatais e movimentos sociais que atuem na formação de professores, arte-educadores e lideranças comunitárias.
Projeto	Projeto de Extensão Organização Não Governamental - Gestão e Desenvolvimento Social	Atender os excluídos do processo econômico e social, promovendo o diálogo com a sociedade civil organizada .
Projeto	Projeto Empreendendo no Campus	Organizar um espaço e uma estratégia de ação integrada que envolva representantes dos dois setores no CAA, para a elaboração de ações inovadoras de gestão empreendedora para promover o desenvolvimento integrado e sustentável.

Projeto	Sinalização acessível em Caruaru: autonomia cidadã	O projeto propõe: mapear is prédios públicos sinalizados na cidade de Caruaru, observar e catalogar os tipos de sinalização existentes nos ambientes, desenvolver uma cartilha e por fim apresentar a comunidade.
ANO: 2011		
Curso	Arquitetura no corpo	Estimular a prática do design de caráter experimental e reflexivo embasada em diretrizes metodológicas corroborando com a formação consistente dos alunos de design do CAA.
Curso	PASSARELA FENEART - Oficina de construção e divulgação de produtos de moda	aproximar os alunos da realidade local ainda no ambiente acadêmico, visando aprimorar o entendimento e reafirmar a importância do conhecimento teórico para a prática profissional.
Curso	Conhecimentos técnico-científicos em turismo: abordagem ao destino Porto de Galinhas, em Ipojuca (PE)	Apresentar a estudantes de graduação em administração -- público-alvo primário -- métodos de ordenamento de conhecimentos técnico-científicos em turismo (A); e Divulgar os conhecimentos técnico-científicos ordenados à comunidade externa à UFPE -- público-alvo secundário (B).
Curso	Curso de Matemática, contextos e aplicações. Ensino médio e preparação para a educação superior	fazer uma revisão dos conceitos básicos matemáticos próprios do ensino médio. Com isso, pretende-se um nivelamento em termos de conhecimentos básicos para os alunos aprovados no vestibular para o curso de Ciências Econômicas.
Curso	AutoCAD 3D BÁSICO	ensinar aos participantes do curso a desenvolver projetos 3D e dele obter informações importantes para criação de projetos de excelente qualidade de modo rápido, e tendo-se completo domínio do objeto a ser produzido.
Curso	AutoCAD 2D APLICADO À ENGENHARIA	ensinar a utilização das ferramentas disponíveis no programa AutoCAD para desenvolvimento de projetos de

		Engenharia, Arquitetura, Construção e Design.
Curso	AutoCAD 2D - Básico	ensinar a utilização das ferramentas disponíveis no programa AutoCAD para desenvolvimento de desenhos em 2 dimensões.
Curso	Curso de Desenho Artístico Básico	Explorar as técnicas básicas do desenho artístico junto aos estudantes do curso de Design ou interessados, a partir de seus fundamentos estimulando o potencial criativo.
Curso	Saúde Vocal e Atividade Docente: A importância de uma prática bem orientada	orientar professores e licenciandos a respeito do bom uso da voz, com vistas a prevenir possíveis alterações no aparelho fonador.
Curso	CURSO DE METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA	Oferecer, aos estudantes e interessados no assunto, conhecimentos atuais a cerca de métodos e técnicas de pesquisa científica
Curso	CURSO: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	Qualificar a formação dos estudantes de Pedagogia, Pré-Acadêmico à Pós-Graduação da UFPE/CAA e profissionais da educação, para atender às determinações da Lei 10.639/03 que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira .
Curso	Gerenciamento de Projetos no MS Project	- Qualificar os profissionais para as bases teóricas do Gerenciamento de Projetos; Qualificar os profissionais no uso das ferramentas do MS project para desenvolver um planejamento de projetos.
Evento	I Seminário Gênero e Educação do Centro Acadêmico do Aggrete	Proporcionar um locus de discussão e reflexividade sobre a categoria Gênero; Problematicar relações estratificadas desiguais de Gênero e Sexualidade na perspectiva dos direitos humanos.
Evento	PRIMEIRA SEMANA INTEGRADA DAS	-Promover a consolidação das Licenciaturas em Física, Química e Matemática no

	LICENCIATURAS EM	Campus do Agreste de Caruaru; Promover a consolidação de informações sobre as três profissões e seus mercados de trabalho.
Evento	II Seminário de Educação Inclusiva do Centro Acadêmico do Agreste - Democracia, direitos humanos e inclusão social	Refletir criticamente questões que envolvem os debates e embates sobre Paradigmas, direitos humanos e educação; Partilhar nossos saberes e nossas experiências a partir do exercício de práticas dialógicas com ênfase na educação inclusiva; Vivenciar práticas de (com)partilhar a história de vida das pessoas com deficiência nas suas diversas expressões.
Evento	Mulher: Razão e sensibilidade	Visibilizar o protagonismo de diversas cidadãs que se prestam ao trabalho com mulheres, conferindo-lhes reconhecimento público; Proporcionar um espaço de reflexão sobre Gênero e desigualdades sociais; Oportunizar a vivência de uma cultura de paz em nosso município, a partir da luta das mulheres.
Evento	I Seminário Temático - Educação, Inclusão Social e Direitos Humanos	Discutir violência na educação; Divulgar e sensibilizar para o fenômeno da homofobia no cotidiano escolar; Problematicar as interpretações jurídicas sobre a Lei Maria da Penha, reconhecendo valores sexistas de alguns/mas magistrados/as; Analisar os crimes sexuais a partir de um olhar sociológico; Fortalecer o papel extensionista da UFPE, através de eventos abertos à comunidade agrestina;
Evento	Coleção Infantil Primavera/Verão 2012 'Pedacinhos Divertidos'	- Despertar o potencial criativo do aluno de Design de Moda através de proposta do reaproveitamento de tecidos e malhas. - Promover e despertar nos alunos a responsabilidade social, integrando a academia com a comunidade.
Evento	II Seminário de Educação Inclusiva do Centro Acadêmico do Agreste - Democracia, direitos humanos e inclusão social	Refletir criticamente questões que envolvem os debates e embates sobre Paradigmas, direitos humanos e educação; • Partilhar nossos saberes e nossas experiências a partir do exercício de

		práticas dialógicas com ênfase na educação inclusiva; • Vivenciar práticas de (com)partilhar a história de vida das pessoas com deficiência nas suas diversas expressões.
Evento	1ª Jornada de Economia Aplicada	Divulgar a produção científica na área da microeconomia e promover a integração da comunidade acadêmica com a sociedade e demais agentes econômicos.
Evento	8º Encontro dos Estudantes de Design do Norte/Nordeste	Fazer a integração entre os estudantes de Design das Regiões Norte e Nordeste e o mercado. De forma sinérgica, apresentando às empresas quem são os profissionais que estão chegando ao mercado de trabalho e divulgar a produção acadêmica destes estudantes e promovendo a interação com a sociedade, divulgando novas tecnologias relacionadas às áreas de design.
Evento	III International Symposium on Sustainable Design e III Simpósio Brasileiro de Design Sustentável	A discussão dos conceitos, ferramentas e metodologias sobre a concepção e contribuição para uma sociedade mais sustentável situa o simpósio como o local para o estímulo e encontro da massa crítica que é crescente e se situa como a principal oportunidade para a troca de experiências, a realização de redes de informação e de desenvolvimento de projetos e articulação de sinergias entre pesquisas.
Evento	II Mostra RE-Lamp - Luminárias a partir de reutilização de materiais	- Apresentar trabalhos práticos desenvolvidos pelos alunos no grupo de estudo de Design e reutilização de materiais; - Divulgar ações do curso de design para a comunidade acadêmica do CAA.
Evento	1º Simpósio sobre Práticas de Ensino de Design	1. Promover a troca de conhecimentos entre docentes e discentes dos cursos de Design 2. Contribuir na formação continuada dos docentes 3. Enriquecer a formação acadêmica dos discentes.
Evento	Ciclo de Seminários do GPEHCC - 2011	divulgar e trocar os conhecimentos e expectativas acumulados pelos participantes do grupo para o próprio grupo e para a

		comunidade do CAA.
Evento	Palestra sobre Máquinas e Equipamentos utilizados nos laboratórios para indústria têxtil'	Apresentar equipamentos e normas técnicas utilizadas em laboratórios têxteis.
Evento	Estetização da existência	- Integrar a comunidade acadêmica, a sociedade caruaruense e o mercado local que já tem como potencialidade endógena a confecção do vestuário através das reflexões sobre a contemporaneidade.
Evento	Arquitetura no corpo	Apresentar os resultados do trabalho das oficinas de criação e desenvolvimento da coleção de produtos de moda conceitual.
Evento	Dia Internacional da Animação Caruaru 2010	Comemoração ao Dia Internacional da Animação, a ABCA - Associação Brasileira de Cinema de Animação promove anualmente uma mostra de curtas-metragens brasileiros e estrangeiros.
Evento	DIA INTERNACIONAL DA ANIMAÇÃO RECIFE 2010	Comemoração ao dia internacional da animação, a abca - Associação brasileira de cinema de animação promove Nacionalmente uma mostra de curtas-metragens brasileiros e Estrangeiros
Evento	I JEP - Jornada de Extensão e Pesquisa do Núcleo de Design do CAA	Apresentação em formato de palestras dos diferentes projetos de extensão, em andamento ou recentemente finalizados, do Núcleo de Design no ano de 2010.
Evento	Primeira Mostra de produtos experienciais	Exposição com objetivo divulgar os trabalhos realizados na disciplina de Design Experiencial do semestre 2010.1 paa membros do CAA e comunidade em geral.
Prestação de Serviços	Desenvolvimento de um 'site' para o curso de Design/CAA	Desenvolver um site para o curso de design que atenda à demanda de comunicação e divulgação de eventos (internos e externos) para discentes e docentes.
Programa	Programa Design no Agreste	Contribuir para a construção de uma cultura do design na região do Agreste pernambucano, visando a aproximação deste com as empresas/indústrias da

		localidade.
Programa	Programa de Ações Afirmativas UFPE: formação pré-acadêmica e equidade na pós-graduação	Contribuir para a democratização do acesso aos cursos de pós-graduação stricto sensu, na modalidade mestrado, de estudantes e egressos recém-formados, provenientes de grupos indígenas, afro-descendentes e de origem popular, propiciando oportunidades para o prosseguimento da trajetória acadêmica.
Programa	Educação do Campo, Agroecologia e Agricultura Familiar: núcleo de integração de saberes	Consolidar o espaço permanente, já existente, de reflexão, debate, realização e divulgação de resultados de pesquisas, e efetivação de ações que contemplem a Educação do Campo em articulação com a Agroecologia e a Agricultura Familiar, com vistas a contribuir para a melhoria da Educação do e no Campo e, conseqüentemente, da qualidade de vida do homem e da mulher do campo.
Programa	Infoinclusão (Módulo 1) : Formatação de Trabalhos Acadêmicos Agreste	Promover maior qualidade na formação bolsistas do programa PET Centro Acadêmico do Agreste para sua ação ética e profissional na sociedade, por meio de um processo que contemplará a pesquisa, o ensino e a extensão, com vistas, na primeira etapa, à infoinclusão dos graduandos da Instituição nas tecnologias digitais de informação de comunicação (TDIC) e à instauração, nos estudantes, de uma cultura de formação autônoma e contínua.
Projeto	Projeto de Apoio a Educação Popular e Comunitária: Uma Experiência em Caruaru – PE	Apoiar e desenvolver ações de educação popular e comunitária desenvolvidas por instituições, associações ou movimentos sociais na cidade de Caruaru em 2010 que promovam a cidadania e os direitos humanos de crianças, adolescentes e prisioneiros
Projeto	Políticas de consolidação das licenciaturas em Física, Química e Matemática no Campus do Agreste de Caruaru	Não consta

Projeto	2º CICLO INTERDISCIPLINAR DE PALESTRAS PARA O APRIMORAMENTO EMPRESARIAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO (Organizações em debate)	Criar um espaço propício à apresentação e discussão de temas emergentes ligados à administração, a gestão empresarial, ao meio ambiente e a outros temas de interesse da sociedade.
Projeto	Ética na administração Pública	Sensibilizar os servidores públicos da administração municipal, estadual e federal para o exercício de sua função com ética e respeito pelo cidadão
Projeto	Educação científica baseada em projetos	Desenvolver projeto de Educação Científica com alunos de Educação Básica pública
Projeto	Projeto UFPE-CAA sem fronteiras: Extensão universitária para o resgate das artesãs da renda renascença na cidade de Poção/PE	conscientizar, capacitar, difundir e desenvolver a cultura da renascença através da agregação de valor econômico, promovendo o desenvolvimento local sustentável.
Projeto	Educação, sexualidade e subjetividades contemporâneas	Promover espaços de reflexão sobre educação, sexualidade, subjetividades contemporâneas e o papel dos/as educadores/as na promoção de contextos escolares emancipatórios.
Projeto	Arte-Educação: da universidade à escola (Cópia) 08-03-2012	Contribuir para a formação artístico-cultural da comunidade do CAA, do público externo e, especialmente, de professores e estudantes da rede pública (estadual e municipal) de Caruaru e região circunvizinha.
Projeto	Sucobar, gerando negócios no agreste	inserir os conceitos de sustentabilidade junto a comerciantes informais para provocar e instigar a reflexão sobre as questões ambientais e tecnológicas, além e contribuir na formação acadêmica dos seus discentes.
Projeto	Design e Ergonomia inovando os produtos da indústria de Moda	Esta ação de extensão visa identificar, mapear (quantitativamente e qualitativamente) e intervir nos processos realizados e produtos concebidos pela indústria de moda no agreste pernambucano.
Projeto	Observatório dos Movimentos	contribuir com o fortalecimento da

	Sociais da UFPE - 6ª Edição	sociedade civil organizada da região do agreste de Pernambuco, partindo de uma proposta de forte interação Universidade-Sociedade nas áreas de ensino, pesquisa e extensão na temática Movimentos Sociais e Educação do Campo, interagindo, dialogando e prestando serviços à sociedade, na medida em que se enriquece com a produção de novos conhecimentos produzidos a partir do diálogo com os movimentos sociais e demais organizações da a sociedade civil organizada e suas principais problemáticas.
Projeto	Trabalhando o erro para melhor acompanhamento da aprendizagem	Refletir sobre as concepções acerca dos erros diferenciando os procedimentos de correção dos procedimentos de avaliação das aprendizagens, a fim de encaminhar recursos, meios e estratégias mais eficientes quanto à aprendizagem.
Projeto	Animando Histórias	Pesquisar, roteirizar e produzir animações baseadas em histórias, contos, lendas e mitos da Região Nordeste.
Projeto	Educação do Campo, Agroecologia e Agricultura Familiar: núcleo de integração de saberes	Consolidar um espaço permanente de reflexão, debate, realização e divulgação de resultados de pesquisas, e efetivação de ações que contemplem a Educação do Campo, a Agroecologia e a Agricultura Familiar, com vistas a contribuir para o desenvolvimento regional e humano e a melhoria da qualidade de vida do homem e da mulher do campo.
Projeto	Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: a UFPE estimula a reflexão da sociedade	Estimular a reflexão da sociedade de Caruaru e dos municípios de seu entorno à necessidade de participação ativa no estabelecimento de políticas públicas, em acordo com modelos de desenvolvimento sustentável.
Projeto	TECIDOTECA - UFPE/CAA	Organizar um acervo de tecidos planos, malhas e rendas como um laboratório de moda, Tecidoteca do curso de Design do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco.

Projeto	Memórias e imagens de crianças e infâncias do movimento negro pernambucano	Estabelecer parcerias e diálogos entre as organizações do movimento negro da região e a Universidade; Publicizar e resgatar a história do movimento negro de Pernambuco por meio de imagens de infâncias e memórias de militantes do movimento negro.
Projeto	Instantâneo fotográfico da tradição quilombola: samba de coco parelha trocada	Realizar um ensaio fotográfico das festividades do Quilombo Estrela - Garanhuns/PE, especificamente do Samba de Coco Parelha Trocada que traduz e que revelam a construção da Identidade e o recrudescimento dos valores da tradição de luta das comunidades quilombolas.
Projeto	Instituto de Melhores Práticas em Logística e Operações (IMPLO)	Implantar um centro de Excelência para desenvolvimento da capacidade inovadora e gerencial na região do Agreste com foco nas áreas de operações e logística.
Projeto	Estudo do nível de aprendizagem dos alunos do curso de Engenharia Civil: uma abordagem cognitiva	Obter um panorama amplo do perfil dos alunos, ingressantes e veteranos, no curso de engenharia Civil;
Projeto	Modelando Sonhos: Integrando o Design e o Artesanato para a construção de um município saudável em Barra de Guabiraba-PE	1. Ações que possam favorecer e estimular o turismo no município através da sua produção material e difusão das potencialidades locais; 2. capacitar as artesão com outras técnicas de modelagem e torneamento em barro, vitrificação de cerâmica, corte, costura, modelagem plana e tridimensional e design de moda. 3. Desenvolver novos produtos com uso do Barro, do bordado de fitas, fibras e papel. 4. Desenvolver ações que possam ampliar a comunicação e comercialização dos produtos desenvolvidos pela associação (site, feiras, eventos e desfiles)
Projeto	Amigos do Meio Ambiente: Formação de Agentes Ambientais	Desenvolver, nos alunos, professores e funcionários da escola e comunidade do entorno, o interesse em colaborar com o processo de sustentabilidade ambiental, garantido assim uma melhor qualidade de vida.
Projeto	Discutindo Gênero, processos de inclusão e Direitos Humanos com	Criar espaços de reflexão sobre as construções e desconstruções das relações

	cinema	de gênero, dos processos de inclusão social e direitos humanos no cotidiano da sala de aula, através das percepções e ações expressas, no sentido de promover entre os(as) participantes das oficinas, atitudes fundadas no respeito ao humano e na superação de práticas discriminatórias.
Projeto	PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA EMPREENDEDORES DE MPE's DO SETOR DE CONFECÇÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO	Consolidar o conhecimento sobre práticas gerenciais junto aos micro e pequenos empreendedores do ramo de confecções, em Caruaru, contribuindo para a profissionalização dos seus negócios.
Projeto	Observatório dos Movimentos Sociais e da Educação do Campo - UFPE	contribuir com o fortalecimento da sociedade civil organizada da região do agreste de Pernambuco, partindo de uma proposta de forte interação Universidade-Sociedade nas áreas de ensino, pesquisa e extensão na temática Movimentos Sociais e Educação do Campo, interagindo, dialogando e prestando serviços à sociedade, na medida em que se enriquece com a produção de novos conhecimentos produzidos a partir do diálogo com os movimentos sociais e demais organizações da a sociedade civil organizada e suas principais problemáticas.
Projeto	Inventário Fotográfico do Barro: Mapeamento Visual dos Mestres Artesãos do Barro em Caruaru	Realizar um mapeamento fotográfico da representação da figura humana no reconhecido artesanato do barro de Caruaru com o objetivo de produzir um inventário visual que pretende fazer o registro que será compilado em um catálogo impresso de cinco artesãos.
Projeto	Projeto de Extensão Organizações Não Governamental – Gestão e Desenvolvimento Social	A partir de um processo de pesquisa-ação contribuir com o planejamento, monitoramento, avaliação e a sistematização (PMAS) do Centro de Educação Infantil Santa Maria (CESAMA - LAR TIA DETE), organização não-governamental em fase inicial
Projeto	Ética na Administração Pública	Sensibilizar os servidores públicos da administração municipal, estadual e federal para o exercício de sua função com ética e

		respeito pelo cidadão
Projeto	Adespen - Aplicando design em pequenos negócios	inserir os conceitos de sustentabilidade junto a micro-empresários para provocar e instigar a reflexão sobre as questões ambientais e tecnológicas, além e contribuir na formação acadêmica dos seus discentes.
Projeto	Usina Espaço Design	1. Integrar alunos e professores de design através de projetos colaborativos; 2. Apoiar ações de pesquisa e extensão propostas por todos os setores do CAA; 3. Fortalecer atividades acadêmicas do CAA.
Projeto	Animando Histórias	Pesquisar, roteirizar e produzir animações baseadas em histórias, contos, lendas e mitos da Região Nordeste.
Projeto	Arte-Educação: da universidade à escola	Contribuir para a formação artístico-cultural da comunidade do CAA, do público externo e, especialmente, de professores e estudantes da rede pública estadual de Caruaru.
Projeto	Bordadeiras de Passira - Identidade Cultural e Fashion Branding	Desenvolvimento e monitoração de planejamento de marketing estratégico visando elaborar e executar ações em relação à produto, distribuição, comunicação e preço a partir do diagnóstico da identidade cultural de moda do bordado de Passira visando ações de contágio marcárias entre a Associação das Mulheres Artesãs de Passira como fornecedoras de serviços de bordados para marcas de moda em geral.
Projeto	Diálogo com fabricos e facções rurais do município de Caruaru-PE	Aprofundar a comunicação com as comunidades rurais do município, onde predominam as indústrias de confecções e artesanato; - Discutir melhorias das condições físico-espaciais dos fabricos e facções rurais
Projeto	Técnicas de Design de Moda como suporte para a produção de vestuário utilizando tecidos rústicos produzidos no município de Tacaratu	Confeccionar peças de vestuário utilizando tecidos rústicos a partir de técnicas de modelagens.
Projeto	Instituto de Melhores Práticas em	Implantar um centro de Excelência para

	Logística e Operações (IMPLO)	desenvolvimento da capacidade inovadora e gerencial na região do Agreste com foco nas áreas de operações e logística.
Projeto	Diálogo, Experiência e Formação: os caminhos da Filosofia no Ensino Médio do Agreste	Contribuir para a qualificação do debate acerca da dimensão formativa que envolve a inserção do ensino de filosofia na Educação Básica, assim como dos pressupostos epistemológicos que subjazem o ensinar e o aprender filosofia nessa formação.
Projeto	PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA EMPREENDEDORES DE MPE's DO SETOR DE CONFECCÃO DO AGRESTE PERNAMBUCANO (Cópia) 20-05-2011	Consolidar o conhecimento sobre práticas gerenciais junto aos micro e pequenos empreendedores do ramo de confecções, em Caruaru, contribuindo para a profissionalização dos seus negócios.
Projeto	Quintas de Moda - 2a. Edição	proporcionar o encontro entre pesquisadores, acadêmicos, profissionais de Moda e áreas afins nas instalações do Centro Acadêmico do Agreste. Espera-se que este encontro promova a reflexão, o questionamento e a integração entre as diversificadas abordagens da Moda, beneficiando o público, alvo desta ação de extensão.
Projeto	Diagnóstico e Proposta de Projeto de Melhoria das Instalações Físicas da ONG - Centro de Educação Infantil Santa Maria, no Município de Caruaru-PE.	O projeto tem como objetivo geral diagnosticar as instalações físicas e propor soluções de melhoria para o funcionamento da ONG - Centro de Educação Infantil Santa Maria.
Projeto	Usina Espaço Design (Cópia) 13-09-2011	1. Integrar alunos e professores de design através de projetos colaborativos; 2. Apoiar ações de pesquisa e extensão propostas por todos os setores do CAA; 3. Fortalecer atividades acadêmicas do CAA.
Projeto	PST - PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	promover democracia, de forma lúdica e interdisciplinar, o acesso e conhecimento de atividades esportivas, de cidadania, de saúde e de reforço escolar, a crianças e adolescentes inclusive portadores/as de deficiências, provenientes de populações vulneráveis e em processo de exclusão

		social da Região Agreste de Pernambuco.
Projeto	PRODUÇÃO DE MODA E DESFILE	- Integrar a comunidade acadêmica, a sociedade caruaruense e o mercado local que já tem como potencialidade endógena a confecção do vestuário, por meio de eventos de moda